



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DA SILVA**

**PRECARIEDADE E LUTA POR RECONHECIMENTO NAS METAMORFOSES DE**  
**CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: AS NARRATIVAS DE TESEU,**  
**AQUILES E JASÃO**

**FORTALEZA**

**2020**

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DA SILVA

PRECARIIDADE E LUTA POR RECONHECIMENTO NAS METAMORFOSES DE  
CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: AS NARRATIVAS DE TESEU,  
AQUILES E JASÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor

---

S581p Silva, Maria da Conceição Gomes da.  
Precariedade e luta por reconhecimento nas metamorfoses de crianças e jovens em situação de rua : as narrativas de Teseu, Aquiles e Jasão/ Maria da Conceição Gomes da Silva. – 2020.  
98 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Prof. Dr. Alúcio Ferreira de Lima.

1. Psicologia Social. 2. Identidade. 3. Situação de rua. 4. Crianças. 5. Jovens. I. Título.

CDD 150

---

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DA SILVA

PRECARIIDADE E LUTA POR RECONHECIMENTO NAS METAMORFOSES DE  
CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: AS NARRATIVAS DE TESEU,  
AQUILES E JASÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: 19/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Alúcio Ferreira de Lima (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Juracy Armando Almeida Mariano  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

---

Prof. Dr. Camila Holanda Marinho  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Evan, companheira de jornada.

Aos meus filhos, por terem sido uma das razões  
para continuar vivendo.

Ao Pedro que chegou para alegrar meus dias.

A Teseu, Aquiles e Jasão por me contarem suas  
histórias.

## AGRADECIMENTOS

Aos deuses e deusas, aos espíritos de luz que sempre me inspiraram bons pensamentos e amor ao Outro.

Aos meus pais (in memoriam), que me legaram o amor aos livros.

Aos meus filhos, Ulisses, Caio e Morgana que estão sempre presentes na minha vida! E à Morgana meu agradecimento especial por ficar sem notebook durante algum tempo para que eu escrevesse!

À Evan, parceira e amiga que soube suportar minhas ausências durante a escrita da dissertação.

Ao Pedro, que apesar de muito pequeno, sempre soube ficar “quietinho” porque “vovó precisa escrever”.

Ao Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima, que além de excelente orientador, é um ser humano de primeira qualidade e que se tornou um amigo querido! Obrigada por tudo!

Aos professores participantes da banca examinadora Profa. Dra. Camila Holanda Marinho, Prof. Dr. Juracy Armando Mariano Almeida e Prof. Doutor João Paulo Pereira Barros pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos meus colegas do Paralaxe, pelas excelentes discussões e enriquecimento intelectual. Agradeço demais à José Alves, André Bessa e Kevin Batista! Vocês sempre me apoiaram e a força que vocês me deram foi muito importante!

Ao Vicente Emanuel pela companhia nos finais de tarde e os papos excelentes! Obrigada pela sua amizade!

Meu agradecimento especial às minhas colegas de mestrado e de grupo, que se tornaram amigas, cada uma de um jeito especial: Tatiana Lourenço, Stephanie Lima, Honorata Dias e Anne Joyce, obrigada pelos almoços divertidos no Restaurante Universitário quando conversávamos sobre amenidades ou de nossas pesquisas, sempre foi muito bom está com vocês!

Aos meus outros colegas da turma de 2018 e em especial aqueles que se tornaram amigos queridos: Alan Ratts e Larissa Nunes.

Aos professores das disciplinas do mestrado, pelas valorosas lições, com destaque especial: Profa. Dra. Caciana Linhares, Prof. Dr. João Paulo Barros e Profa. Dra. Veriana Colaço.

À Emilie Boesmans, amiga e incentivadora! Obrigada pelas contribuições que sempre deste a minha pesquisa desde o projeto!

À Milena, minha querida amiga e colega de grupo que me acompanhou nas aventuras da pesquisa! Ao Lucas pelas excelentes transcrições.

À Liga de Direitos Humanos da UFC, por me acolher tão bem, especialmente às professoras Veriana Colaço e Nara Forte, pelas sugestões de leitura e pela oportunidade de participar dos Projetos de Intervenção da Liga. À Jessyca Belarmino, Andrezza, Lara e Vítor pelas experiências trocadas nas intervenções na Escola Santo Amaro! Foram momentos excelentes!

Aos jovens participantes da pesquisa entrevistados, por compartilharem comigo suas histórias.

À Eveline, secretária do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC por sempre ser tão solícita e prestativa.

Ao Cris da xerox, pelo excelente atendimento!

Aos Will pai e Will filho, da Cantina, que tornam nossas existências de estudantes alimentadas e doces!

Ao Isaac, da T.I. do Programa, por sua constante solicitude!

A todos aqueles servidores, que trabalham como porteiros, recepcionistas, na limpeza e manutenção do prédio, que mesmo que eu não saiba o nome, tornam possível a vida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

No sinal fechado  
Ele vende chiclete  
Capricha na flanela  
E se chama Pelé  
Pinta na janela  
Batalha algum trocado  
Aponta um canivete  
E até  
Dobra a Carioca, olerê  
Desce a Frei Caneca, olará  
Se manda pra Tijuca  
Sobe o Borel  
Meio se maloca  
Agita numa boca  
Descola uma mutuca  
E um papel  
Sonha aquela mina, olerê  
Prancha, parafina, olará  
Dorme gente fina  
Acorda pinel  
Zanza na sarjeta  
Fatura uma besteira  
E tem as pernas tortas  
E se chama Mané  
Arromba uma porta  
Faz ligação direta  
Engata uma primeira  
E até  
Dobra a Carioca, olerê  
Desce a Frei Caneca, olará  
Se manda pra Tijuca  
Na contramão  
Dança pára-lama  
Já era... (Chico Buarque).

## RESUMO

A existência de crianças e jovens em situação de rua, denunciam de forma contundente o tratamento dado a infância e juventude pobres do Brasil. Levados muito cedo a utilizar a rua como espaço de sobrevivência e sociabilidade, a essas pessoas são atribuídas, geralmente, identidades estigmatizadas como perigosas e marginais. Entende-se que estas condições são forjadas em categorizações sociais que lhes reservam um lugar de segregados e excluídos, vidas legadas ao abandono e à exceção. Neste sentido, este trabalho, a partir das narrativas de três jovens que experienciaram a situação de rua na infância e na adolescência, visou compreender como se processaram as metamorfoses de suas identidades e suas lutas por reconhecimento diante da precariedade de suas existências. As narrativas dos jovens apontam que há uma enorme invencibilidade na substância humana, que mesmo nas condições mais adversas, seguem lutando. É este o pressuposto básico da compreensão da identidade humana como metamorfose, que mesmo repondo identidades estigmatizadas, mesmo apresentando formas incompreensíveis àqueles olhos que se recusam a lhes perceber a humanidade, seguem sobrevivendo. Concluímos que as identificações como marginais, perigosos e violentos atribuídas às crianças e jovens em situação de rua, são construções sociais que visam desqualificar e tornar descartáveis as vidas cuja insistência em continuar vivendo tensionam o próprio sistema que lhes dão origem, nem que sigam golpeando às cegas. Por fim espera-se que este trabalho ofereça possibilidade a outras investigações, outras visões de mundo, para que se possa vislumbrar a implantação de políticas públicas efetivas que possibilitem fragmentos de emancipação e permitam processos de autodeterminação aos indivíduos das classes invisibilizadas e subalternas.

Palavras chaves: Psicologia social. Identidade. Situação de rua; Crianças. Jovens.

## ABSTRACT

The existence of homeless children and young people bluntly denounces the treatment given to the childhood and youth of those who are poor in Brazil. Due to their necessity to use the street as a space for survival and sociability since a young age, these people are generally attributed to stigmatized identities, such as dangerous and delinquent. It is understood that these conditions are forged in social categorizations that provide them with a place for the segregated and excluded, lives that are bequeathed to abandonment and exception. Thus, this work, from the narratives of three young people who experienced the street situation in childhood and adolescence, aimed to understand how the metamorphoses of their identities and their struggles for recognition were processed in the face of the precariousness of their existences. They point out that there is an enormous invincibility in the human substance, that even in the most adverse conditions, they continue to fight. This is the basic assumption of understanding human identity as metamorphosis, which even replacing stigmatized identities, even presenting incomprehensible forms to those eyes that refuse to perceive humanity, continue to survive. We conclude that the identifications as delinquent, dangerous and violent attributed to street children and youth, are social constructions that aim to disqualify and make disposable the lives of those who insist on continuing to live tensions the very system that gives rise to them, even if they must continue to strike it out blindly. In conclusion, it is expected that this work will offer the possibility of other investigations, other worldviews, so that we can envision the implementation of effective public policies that enable fragments of emancipation and allow processes of self-determination for individuals from the invisible and subordinate classes.

Key words: Social psychology. Identity. Street situation. Children. Young people

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNER	Campanha Nacional Criança não é Rua
CNUDC	Convenção Nacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor
FEBEMCE	Fundação Estadual do Bem- Estar do Menor do Ceará
IDEST	Instituto de Desenvolvimento Sustentável
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRVL	Programa de Redução da Violência Letal
SIP	Sociedade Interamericana de Psicologia
SNPDCA	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO: DA VIDA À PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: O FORJAR DA CATEGORIA SOCIAL DO “MENOR DE RUA” .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Estigmatizados e segregados: o destino da infância e da juventude pobres do Brasil.....</b>	<b>27</b>
<b>3.1.2</b>	<b><i>A construção da identidade estigmatizada do “menor de rua” .....</i></b>	<b>28</b>
<b>3.2</b>	<b>As configurações atuais da situação de rua.....</b>	<b>42</b>
<b>3.3</b>	<b>Crianças e jovens em situação de rua: Precariedade, Reconhecimento, Invisibilidade e vidas produzidas para a “exceção” .....</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>A IDENTIDADE HUMANA COMO METAMORFOSE E LUTA POR RECONHECIMENTO: AS VICISSITUDES DA VIDA NAS RUAS .....</b>	<b>56</b>
<b>4.1</b>	<b>Psicologia Social Crítica e os estudos de identidade humana.....</b>	<b>5</b>
<b>4.2</b>	<b>As narrativas de Teseu, Aquiles e Jasão: as experiências de vida nas rua.....</b>	<b>63</b>
<b>4.2.1</b>	<b><i>“É... porque eu deixava de estudar para jogar jogo”: A narrativa de Teseu .....</i></b>	<b>63</b>
<b>4.2.2</b>	<b><i>“Meu pai ameaçou de me matar, aí proibiu minha mãe de falar comigo”: A narrativa de Aquiles .....</i></b>	<b>73</b>
<b>4.2.3</b>	<b><i>“Meu pai e minha mãe morreram... Então, literalmente, eu fiquei na rua”: A narrativa de Jasão .....</i></b>	<b>79</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Do rio que tudo arrasta se diz violento; mas não se diz violentas das margens que o comprime.” (Bertolt Brechet)

Crianças e jovens em situação de rua no Brasil são o retrato mais pungente e comprobatório de que ao se falar desses dois segmentos, é preciso deixar claro que existem diferentes tipos de infância e juventude no Brasil: As crianças e jovens cujos pais possuem recursos para provê-los e os filhos de famílias que por inúmeros motivos não tem condições de mantê-los junto de si, sendo estes últimos impelidos a sobreviver nas ruas. Para os primeiros, a infância é tempo de brincar, estudar e se desenvolver da melhor forma possível; a juventude é o momento de transição em que há a preparação para a vida adulta, onde estes, darão prosseguimento ao legado dos pais. Temos a imagem que nos passam os manuais sobre a infância e juventude ideais.

Se a infância é o período em que as crianças devem receber todo amor e proteção dos pais, de acordo com Machado Pais (1990, p.139) a juventude<sup>1</sup> tem sido “encarada como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’”. Sendo reconhecida como uma fase contestatória, muitos jovens podem ser envolvidos em situações que os coloca na posição de revoltados e insubordinados. Porém para as crianças e jovens das classes subalternas habitantes da periferia e especificamente em situação de rua, esses estágios de desenvolvimento são completamente ignorados e eles são todos “enquadrados”, como perigosos, violentos e marginais. Não por acaso, Adad (2011) assinala que desde os anos 1990 essas crianças e jovens são “as figuras emblemáticas marcadas pela

---

<sup>1</sup> Para efeito deste estudo utilizarei os termos crianças e jovens para me referir ao público da pesquisa. Sendo crianças aqueles que ainda não completaram 12 anos e juventude as pessoas maiores de 12 anos e menores de 29, embora a lei 12.852 (Estatuto da Juventude) defina como jovem as pessoas entre 15 e 29 anos e a lei 8069/1990 (Estatuto da Criança e do adolescente - ECA) defina como criança aqueles entre 0 e 12 anos, sendo a adolescência o período entre 12 e 18 anos incompletos. O termo adolescência só será usado em citações ou quando houver referência aos direitos elencados no ECA.

Vale ressaltar que os limites cronológicos da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre 10 e 19 anos (*adolescents*) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos (*youth*), critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos. Usa-se também o termo jovens adultos para englobar a faixa etária de 20 a 24 anos de idade (*Young adults*). Atualmente usa-se, mais por conveniência, agrupar ambos os critérios e denominar adolescência e juventude ou adolescentes e jovens (*adolescents and youth*) em programas comunitários, englobando assim os estudantes universitários e os jovens que ingressam nas forças armadas ou participam de projetos de suporte social denominado de *protagonismo juvenil*. Nas normas e políticas de saúde do Ministério de Saúde do Brasil, os limites da faixa etária de interesse são as idades de 10 a 24 anos (Eisenstein E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolesc. Saúde*. 2005;2(2):6-7

exclusão e a violência: meninos de rua, adolescentes infratores, gangues, galeras e principalmente jovens em situação de risco pra si e para a ordem social” (ADAD, 2011, p.51). Isso porque, embora tenha havido uma certa acomodação social com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude, ao longo deste texto se poderá observar que essas leis, diante da realidade brasileira com o avanço do neoliberalismo, terminam por se tornar insuficientes

Então, parte-se da compreensão de que no Brasil há infâncias e juventudes diferenciadas e que o usufruto desta condição tem relação com a posição social ocupada por essas pessoas (COIMBRA, 2000; NASCIMENTO, 2005; DUNKER, 2015) Para ilustrar nossa afirmação partiremos de dois exemplos: Um deles mais recente, do ano de 2017, envolvendo um jovem de 13 anos e outro mais antigo de 2014, envolvendo um jovem de 16 anos. O primeiro, trata-se do caso de João Victor, que ao pedir esmola numa lanchonete em São Paulo, teria sido convidado a sair e reagindo violentamente, teria sido agredido por dois funcionários do estabelecimento e morrido<sup>2</sup> (EL PAÍS, 2018). E o segundo exemplo trata-se do jovem que foi amarrado a um poste, por ser suspeito de assaltar pessoas no Rio de Janeiro. O caso teve grande repercussão, após o posicionamento da Jornalista Rachel Sheherazade e o surgimento de uma montagem publicada no You Tube® originados a partir de outro dois vídeos, onde, em um, a jornalista defende o astro Justin Bieber, justificando suas atitudes rebeldes e violentas como naturais da juventude e importante no processo de constituição de identidade; E no outro, que se refere ao episódio do jovem morador de rua, por quem a jornalista não demonstra nenhuma compreensão em torno da sua condição de jovem e refere-se a ele como o “marginalzinho do poste” e se dirigindo aos defensores dos direitos humanos, ironiza: “Faça um favor ao Brasil, adote um bandido.”

Esta seletividade separa distintamente os jovens pobres dos jovens das classes média e rica, sendo que para esses últimos são dadas amplas condições de viver seus conflitos característicos da idade, mesmo com atitudes violentas e transgressoras, contando, inclusive, com a compreensão dos adultos, enquanto aos primeiros são atribuídas todas as características de uma política de identidade de marginal cujo comportamento é passível de punição que, quanto mais violenta, supostamente mais eficaz.

---

<sup>2</sup> Os funcionários foram apontados como responsáveis pela morte, porém, após a exumação do cadáver de João Victor, foi constatado que ele havia morrido de infarto pelo uso abusivo de drogas e o caso foi encerrado (GLOBO, 2019). Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/10/policia-de-sp-conclui-caso-de-menino-morto-ha-2-anos-no-habibs-sem-apontar-culpad0s.ghtml>

Nesse momento a pessoa que lê essas primeiras linhas pode estar se perguntando: — porque essa autora escolhe trabalhar essa temática e desde já assume uma escrita implicada, assim, fugindo de qualquer neutralidade? Para responder essa questão recorro a Diógenes (2008, p.14), quando essa diz que ao realizamos uma pesquisa, estamos investigando “temas que estão mobilizando processos internos, [ou seja,] investigamo-nos”. Partindo dessa premissa, posso dizer que meu interesse em pesquisar sobre esse assunto se deve ao fato de ter sido algo que sempre me mobilizou e intrigou desde a primeira experiência profissional que vivi, ainda cursando o ensino médio, quando fui aprovada num concurso da extinta Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE)<sup>3</sup> e fui trabalhar com crianças e adolescentes de famílias empobrecidas.

Na época a estrutura organizacional da instituição se dividia em dois segmentos: Um que era chamado de preventivo e outro terapêutico. O primeiro se dividia em creches (para crianças de 0 aos 7 anos) e núcleos (para crianças a partir de 7 anos e adolescentes) que funcionavam no contraturno da escola, com atividades recreativas e reforço escolar; O segundo, funcionava num modelo de privação de liberdade, destinado a adolescentes que haviam cometido delitos ou, simplesmente, eram colocados lá por apresentar um comportamento considerado desviante<sup>4</sup>. Fui selecionada para a parte preventiva, a creche. Cedo observei que as crianças que frequentavam a creche até os 7 anos, quando eram desligadas, perdiam a única possibilidade de cuidado enquanto suas mães trabalhavam e muitas vezes, a única fonte de alimento, ou seja, as refeições fornecidas no local. Depois do desligamento por não disporem de parentes ou laços comunitários que contribuíssem para que se mantivessem na escola e nos outros programas preventivos da FEBEMCE, eram levados a rua como alternativa de sobrevivência. Na época aquilo tudo me causava estranha inquietação, sobretudo, porque, questionava muito o significado de “prevenção” se não havia continuidade do trabalho após o desligamento das crianças da creche. Essa inquietação ficou meio adormecida por alguns anos, devido a mudanças profissionais e pessoais. Embora tenha permanecido trabalhando no mesmo

---

<sup>3</sup> A FEBEMCE era o órgão estadual responsável pela assistência a crianças e adolescentes em situação de risco e responsável pela reintegração social das crianças e adolescentes em situação de rua em conflito com a lei. Órgão subordinado às diretrizes da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada pela Lei Federal 4.513 de 01/12/1964. À FUNABEM competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. A partir daí, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM), com responsabilidade de observarem a política estabelecida e de executarem, nos estados, as ações pertinentes a essa política (PASSETTI, 1999).

<sup>4</sup> Segundo Becker (2008) desviante é aquele que não segue os padrões da sociedade dominante. O desvio não existe por si só, é um conceito relacional: "Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele." (p.27).

lugar, que deixou de ser creche, e passou por uma reestruturação após a organização da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) no Brasil, desencadeada pela Constituição de 1988, passando a ser denominada abrigo, passei a exercer outras funções, agora administrativas e burocráticas.

Anos depois, quando fui selecionada para exercer uma função técnico- administrativa numa casa de passagem<sup>5</sup> para crianças e adolescentes em situação de rua, voltaram as antigas inquietações e me vi imersa de tal forma na realidade desses meninos e meninas que o desejo de voltar à academia, se aliou ao de compreendê-los de modo mais qualificado. Esta decisão me levou a um curso de especialização em Psicologia Social de vertente crítica, quando tive oportunidade de entrar em contato com algumas categorias que ofereceram arcabouço teórico os quais me permitiram uma análise, embora incipiente, de alguns aspectos das trajetórias dessas pessoas. Nas entrevistas, era perceptível o incômodo dos adolescentes entrevistados em relação à sua situação de exclusão e traziam histórias de “conteúdos insuportáveis” (LIMA, 2014, p.29) e que revelavam as inúmeras impossibilidades daquelas pessoas e as contradições da sociedade em que vivemos. Uma das questões que me chamaram a atenção foi a fala de um jovem de 13 anos, que dizia que diante de suas condições de vida, era: “melhor ser ladrão. Morrer”. Essa afirmativa, me levou a indagações acerca dos motivos que levavam esse jovem querer se assumir como ladrão ou morrer. Continuei a ouvir as conversas que eles me contavam informalmente na instituição e entre outras histórias que ouvi, uma me chamou bastante a atenção

Um jovem de 15 anos, contou, que um dia foi abordado por policiais que, ao fazer a revista, um dos policiais percebeu umas cicatrizes no corpo do jovem. Indagado sobre o que tinha acontecido, este respondeu que tinha caído, porém o policial reconheceu que eram marcas de bala. Identificando o jovem como “bandido”, o policial passou a bater e “esculachar<sup>6</sup>” o jovem e depois o mandou “vazar”<sup>7</sup> Mais tarde, ao praticar um assalto, o jovem jogou sobre a moça que abordou, toda a violência e a raiva que sentiu com o tratamento recebido por parte do policial. Enfatizo que o jovem admitiu que a violência não era necessária, que a jovem estava

---

<sup>5</sup> O Albergue fundado num contexto histórico em que havia muitas pressões em torno do atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua, quando foi implantado em 1995, funcionava apenas à noite, era uma instituição de “meio aberto,” e atendia as crianças e adolescentes que costumavam estar na Praça da Sé (FERREIRA, 2000). Em 2004, transferido para outro endereço, na periferia da cidade, passou a funcionar 24 horas por dia e as crianças e adolescentes chegavam lá conduzidos por educadores sociais, conhecidos como amarelinhos. O Albergue teve suas portas fechadas em dezembro de 2018. Nenhum outro equipamento o substituiu.

<sup>6</sup> Esculachar: Essa expressão, segundo o jovem, significa que o policial o tratou mal chamando-o de vagabundo e outros adjetivos desqualificantes.

<sup>7</sup> Vazar significa deixar o local.

sozinha, que entregaria o celular, mas “tia, eu só queria descontar a raiva”. Registrei esta e outras histórias semelhantes num caderno de notas e depois passei a refletir sobre elas. As inquietações me instigaram a elaborar um projeto de pesquisa e submetê-lo ao Programa de Psicologia da Universidade Federal, na linha Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea, no qual obtive aprovação.

A proposta foi então interpelar o fenômeno de crianças e jovens em situação de rua, e questionar suas identidades estigmatizadas como marginais, violentas e perigosas, a partir da concepção de identidade-metamorfose proposta por Antonio da Costa Ciampa (1987/1998), ampliada por Juracy Almeida (2019) e atualizada enquanto teoria por Aluísio Lima (2010; 2014), discutindo a situação de rua como resultado de uma precariedade induzida que os impede de ter reconhecida sua humanidade. A fim de subsidiar essas discussões articulei essas contribuições com um referencial teórico-metodológico que contou, dentre outros autores e autoras, as discussões acerca do reconhecimento (HONNETH 2003; 2011), Invisibilidade (HONNETH, 2011) e precariedade (BUTLER, 2006; 2015; 2018).

O sintagma identidade-metamorfose-emancipação é uma resposta teórica e metodológica iniciada em resposta à chamada “crise da psicologia social brasileira, que assinalou a necessidade da elaboração de uma Psicologia Social Crítica que levasse em consideração as especificidades da sociedade brasileira. Esses estudos foram iniciados por Sílvia Lane, sendo Antônio da Costa Ciampa (1987), um de seus principais colaboradores e responsável por inaugurar uma discussão acerca da identidade que se contrapunha aos estudos essencialistas e deterministas, evidenciando que a identidade deve ser compreendida como metamorfose humana, ou seja, sempre um movimento da pessoa por sua humanização frente à desumanização do sistema capitalista (CIAMPA, 1998; LIMA CIAMPA, 2012), e que essa humanização depende de relações de reconhecimento recíprocas entre as pessoas (CIAMPA, 1998; LIMA, 2010).

É importante ressaltar que, na época da tese de doutoramento, Ciampa ainda não havia refletido sobre a ideia de emancipação, não sendo possível, conforme aponta Lima (2012, p.25) “encontrar em *A estória do Severino e a História da Severina* uma discussão aprofundada sobre esse assunto”, tendo esse aprofundamento sido um desdobramento posterior, como resultado de 10 anos de pesquisas realizadas por Ciampa e seus orientandos e apresentada pela primeira vez no *XXVI Congresso Internacional da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP)*, tendo começado a ocupar um lugar de destaque nas pesquisas de identidade a partir 1999, quando, no *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)*, Ciampa

propôs ampliar a compreensão da identidade-metamorfose, para o sintagma identidade-metamorfose-emancipação e sua relevância para os estudos em psicologia fica bem evidente na afirmação de Lima (2012):

É importante destacar que mais que simplesmente incorporar a palavra “emancipação” às já associadas “identidade” e “metamorfose”, essa proposição indica que o autor reafirma a necessidade de uma psicologia que seja efetivamente social e que estude a questão do desenvolvimento do ser humano em toda sua complexidade e abrangência: desenvolvimento cognitivo, afetivo, estético, ético, moral, sexual, corpóreo, motor, etc.(LIMA,2012,p.26).

Nesse sentido, os estudos de Almeida (2005) e Lima (2010) proporcionaram outras contribuições ao estudo de identidade como metamorfose; o primeiro somando a essa discussão o conceito de anamorfose, ou seja, uma outra perspectiva para compreender as identidades que se constituem fora dos modos convencionais impostos pela sociedade, considerando as possibilidades de busca de emancipação e; o segundo, avançando nesses estudos ao realizar uma crítica da produção dos 20 anos de Ciampa e seus orientandos e propondo em sua tese de doutoramento a possibilidade de proposição de uma teoria de identidade, incorporando, ainda, a noção de reconhecimento perverso, conceito de extrema importância na articulação entre identidade e reconhecimento, evidenciando as implicações políticas do tema identidade. Ou seja, o fato de que pela inevitabilidade da busca por serem reconhecidas, as pessoas se submetem muitas vezes a formas de reconhecimento que não ampliam suas possibilidades de existência e, ao contrário, as condenam a reprodução de representações estigmatizadas e pouco potentes de si mesmas como forma de inclusão na sociedade. Vale ressaltar que todos esses pesquisadores orientaram seus estudos pela perspectiva da teoria crítica, que estuda os fenômenos sociais a partir de sua historicidade, a busca humana pela emancipação e ao mesmo tempo, a prevalência de uma racionalidade instrumental que bloqueia essa emancipação, não levando em conta a humanidade dessas pessoas, apenas objetivam a manutenção do sistema social vigente.

Vale ressaltar que Psicologia Social desenvolvida pela denominada Escola de São Paulo, se alinha, por sua vez, as premissas da Teoria Crítica, que se reveste antes de tudo, do compromisso com as transformações sociais e tem como principal característica um diálogo interdisciplinar, permitindo um caleidoscópio de interpretações com vistas a subsidiar uma discussão mais densa sobre a realidade e sobre as condições de vida na sociedade contemporânea.

Retomando o foco desse trabalho, os motivos que levam essas crianças e jovens se vincular às ruas, numa visão mais geral, continuam sendo os mesmos desde a época que se iniciaram os estudos mais elaborados sobre esse público e podemos perceber que em sua maioria, todos estão ligados à ausência de políticas públicas efetivas que garantam a redução das desigualdades sociais. São situações ligadas à questão de sobrevivência que se relacionam com a situação de desemprego dos pais ou necessidade de completar a renda familiar (MORAIS; NEIVA-SILVA; KOLLER, 2011; SILVA, 2013; SILVA; AVELAR, 2017); Relações familiares conflituosas e violentas (MOURA; SILVA; NOTO, 2009; ARPINI; QUINTANA; GONÇALVES, 2010; SILVA, 2013); Busca por liberdade e sentimento de pertença (CIRINO ALBERTO, 2009; SILVA, 2013; MELLO, 2010); Os Conflitos Comunitários e o uso e o tráfico de drogas (MARINHO, 2012; MONTEIRO, 2013; SILVA, 2013), ao longo do tempo, se tornaram mais aguçados à medida que o tráfico foi se expandindo. Todos esses fatores, demonstrando a inexistência de redes de solidariedade que valorizem a vida.

Essa situação coloca as pessoas numa situação de conviver com identidades pressupostas que lhes são atribuídas por outros, que os reduzem à condição de abandonados/marginais/violentos e passíveis de severas punições. Além disso, essa condição delimita o lugar de existência e nega-lhes a possibilidade de romper com esses enquadramentos, colocando-os na condição de “descartáveis” e inúteis. A situação a que estão expostas, tais como a violência estatal que se manifesta com a ausência de políticas públicas efetivas ou ações policiais desastrosas, tornam essas pessoas elimináveis e matáveis pela fome, pelas doenças, ou como alvos preferenciais de “balas perdidas” ou por serem “confundidas” durante as operações policiais, levando-a a serem os corpos matáveis do Estado de exceção (AGAMBEN, 2004) e da Necropolítica (MBEMBE, 2018). Assim, considerar o fenômeno sob esse prisma, permite questionar o sistema social que contribui para essa situação e pensar a situação de rua como uma possibilidade das pessoas de resistirem aos enquadramentos e às condições que os violentam e aprisionam em outros contextos e que a escolha de estar na rua pode representar uma tentativa de tensionar o sistema e conforme Bergman e Luckmann (1973) apontam, uma forma de agir sobre o contexto, à procura de autodeterminação. Diante dessas premissas, a pergunta de partida deste trabalho foi: como se processaram a luta por reconhecimento e as metamorfoses nas identidades dos jovens que experienciaram a situação de rua na infância e na adolescência diante da máxima precariedade e situação de violência a que estavam expostos? Para obter estas respostas, delineamos alguns objetivos: Analisar, a partir de um retrospecto

histórico, a situação de rua e o surgimento da categoria social “menor de rua” e suas implicações na construção de políticas de identidade estigmatizantes e aprisionadoras; Refletir sobre a produção de máxima precariedade e condições de invisibilidade a que estão expostos as crianças e jovens em situação de rua; Compreender, através das narrativas dos jovens, como se processaram as lutas por reconhecimento e as metamorfoses em suas identidades a partir do sintagma identidade - metamorfose-emancipação.

No intuito de alcançar esses objetivos, este trabalho foi dividido da seguinte forma: Após a introdução apresenta-se a metodologia, que consiste em ouvir dos próprios jovens suas narrativas no intuito de despertar neles os questionamentos sobre sua condição. Após a metodologia, elabora-se um retrospecto histórico sobre a situação de rua, o surgimento da categoria social “menor de rua” como processo estigmatizante e violentador e aborda-se o papel das instituições de acolhimento, mas comumente denominada abrigo, por estes constituíram parte do cotidiano das ruas, seja na vigência dos Códigos de Menores, quando eram organizados como orfanatos no modelo de instituições totais, para onde as crianças e jovens menores de 18 anos de idade eram enviados compulsoriamente, seja na vigência do ECA, que passaram a ser utilizados como tática de sobrevivência nas ruas. Reflete-se também nesta parte sobre os conceitos de precariedade, reconhecimento e invisibilidade e como, a partir deste contexto, as vidas de crianças e jovens em situação de rua são produzidas para a exceção, para abandono e até mesmo a morte. Finalmente na quarta parte apresento as discussões sobre o sintagma identidade-metamorfose emancipação e analiso as narrativas de três jovens que entrevistei, a fim de a partir deles compreender como se realizaram suas metamorfoses e luta por reconhecimento.

Devo ressaltar que não foi fácil para mim, a partir do momento que comecei a minha metamorfose de pesquisadora, lidar com as questões da gestão e alinhar aquilo que eu acreditava com as dificuldades e burocracias presentes no serviço público. Vários descontentamentos aconteceram em meu local de trabalho, o que acabou resultando no meu afastamento do cargo. Digno de nota é que, como já foi dito, um ano depois, o serviço foi encerrado.

Espero que este estudo, cumpra o objetivo que me move: questionar as desigualdades sociais a partir da realidade experienciada por crianças e jovens em situação de rua, e contribuir para elaboração de políticas públicas que reconheçam as singularidades dessas pessoas, em busca de construir possibilidades de metamorfoses e fragmentos de emancipação.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO: DA VIDA À PESQUISA

Segunda Hissa (2013) nós não usamos uma metodologia, somos a metodologia que usamos. Pode-se dizer que esta pesquisa nasceu exatamente daquilo que o autor denomina de “experimentação do mundo como prática” (HISSA, 2013, p.83): dos relatos das crianças e jovens nos corredores da instituição onde trabalhei. Sendo assim, quase inevitável que estas histórias servissem de inspiração ao desejo de adentrar o universo dos pesquisados e construir “junto” com eles, as discussões sobre identidade e reconhecimento que aqui se propõe. Um dos fatos que sempre me chamaram atenção era o fato de correntemente, essas crianças e adolescentes estarem conversando sobre estereótipos que eram atribuídos a eles e que os expunha a constante situações de violência seja nas ruas, seja nas instituições às quais frequentavam de forma voluntária ou compulsória<sup>8</sup>.

Ao perceber o quanto aquelas crianças e jovens contavam entre si suas histórias, comecei a refletir que a narração de experiências, contribui para o processo de reflexão que os sujeitos necessitam para ressignificar determinados aspectos de sua vida. E embora fossem relatos pontuais, que se prendia unicamente a situação da vida nas ruas ou mesmo nas instituições que os recebiam em decorrência dessa situação, percebi que além de aspectos individuais, suas narrativas representavam chaves para compreensão de uma sociedade que produz imensas desigualdades.

Ao ouvir narrativas, o pesquisador se deixa “usar” pelo narrador e avança na perspectiva de se implicar na pesquisa. Implicar aqui no sentido de assumir o compromisso ético em relação ao entrevistado (LIMA,2014). Ao ouvir as narrativas o pesquisador se torna testemunha dos sofrimentos narrados pelas pessoas. Sendo que aqui, o sentido de testemunha se orienta pelo pressuposto de Gagnebin (2006, p. 57):

[...] Nesse sentido, uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos (...) Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

---

<sup>8</sup> Segundo os próprios jovens eram frequentes os encaminhamentos para os centros socioeducativos, sendo esse recurso, muitas vezes manipulado por eles, na tentativa de se proteger de potencial ameaça na rua. Lembro do caso de um garoto que quebrou uma televisão na instituição com vistas a cumprir medida socioeducativa porque precisava dar um tempo das drogas e das ruas. Só uma medida forçada de recolhimento daria efetividade a esse objetivo.

As narrativas como método de coleta, centra-se na figura do narrador e a partir de suas percepções sobre os acontecimentos que marcaram sua história, pode-se perceber as contradições do tempo presente, as impossibilidades sentidas e vividas e os fragmentos de emancipação ocorridas ao longo de sua existência. Para Benjamin (1987), ao narrar suas histórias, as pessoas refletem sobre suas experiências e elaboram suas trajetórias, permitindo-se refletir sobre limitações e possibilidades. Trata-se de resgatar a “faculdade de intercambiar experiências.” (BENJAMIN, 1987, p.198), possibilitando “captar aquilo que acontece na encruzilhada da vida individual e social.” (LIMA, 2014, p.19).

O resgate da narração das experiências como ponto de partida para reelaboração da história das pessoas, é de extrema valia na elaboração de uma história narrada à contra -pelo, sob a perspectiva dos oprimidos, isto é, fora dos padrões hegemônicos impostos pelos dominadores pois como enuncia Benjamin (1987): “Ela [a narrativa] possui em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária [...]” (BENJAMIN, 1987b, p.200). Essa utilidade no caso dos estudos em psicologia social consiste exatamente na proposta da implicação do pesquisador com seu “objeto” de pesquisa. Assumir essa ideia, consiste acreditar na identificação do pesquisador com os narradores desfazendo a ideia de que existe pesquisa neutra ou desconectada dos interesses subjetivos do pesquisador. Assim trabalhar com narrativas é assumir o pesquisar como ofício e se abrir aos encontros que a pesquisa proporciona (KIND; CORDEIRO, 2016).

É da “encruzilhada” entre o individual e coletivo, percebida através da narração que nasce o pressuposto para as pesquisas sobre identidade na perspectiva de Ciampa (1987), Almeida (2005) e Lima (2010; 2012; 2014). Identidade que, “[...] no sentido não essencialista e pós-metafísico, refere-se a uma formação complexa em que identidade e diferença, indivíduo e coletivo, se atravessam e são atravessados pela linguagem de forma dinâmica” (LIMA, 2014, p.22).

O método de narrativas traz a premissa de deixar o mais livre possível o narrador, no sentido de que ele vá contando e elaborando livremente os aspectos de sua vida que considerar relevante. A minha pretensão inicial era interferir o mínimo possível na narrativa, utilizando basicamente três perguntas: Quem é você? Como você chegou até aqui? O que você espera do futuro? Mas como o campo apresenta surpresas, diante de alguma dificuldade dos narradores em contar de maneira livre suas vidas no decorrer das entrevistas, foi necessário fazer algumas modificações. A mudança se deu primeiro, devido a timidez dos narradores e o fato de estarem

sempre perguntando se deviam prosseguir, e se eu queria fazer mais alguma pergunta o que me fez, a despeito da intenção de deixar a narrativa livre, fazer perguntas direcionadas, o que fugiu ao projeto inicial. E para justificar essa mudança no roteiro, tão comum nos encontros de pesquisa, conforme apontam Kind e Cordeiro (2016, p.307) que evocando Charles Wright Mills, vê a pesquisa como “artesanato intelectual” ou como “prática de um ofício” e para ser um bom “artesão” é preciso evitar conjuntos rígidos de procedimentos e o fetichismo de método e técnica.

Assim, ao escolher entrevistar os jovens maiores de 18 anos, cujo critério seria ter experienciado à rua na infância e/ou adolescência, o fiz por dois motivos: o primeiro deles, foi por acreditar que o distanciamento da época da infância e da adolescência, permitiria ao narrador uma melhor perspectiva de reflexão, já que o método de coleta está centrado na própria narrativa; o segundo para não ter que recorrer às instituições para obter autorização para entrevistar menores de 18 anos. Então, os critérios de exclusão/inclusão ficaram assim definidos: jovens de 18 a 29 anos em situação de rua ou não, que tivessem experienciado a situação de rua na infância e adolescência. Ressalta-se que embora todos os entrevistados tenham sido do sexo masculino, esse não foi um critério de inclusão para a pesquisa, tendo sido uma situação surgida e resultante do próprio campo.

Quando iniciei a projeto, a ideia era começar as entrevistas com 01 jovem que eu havia conhecido no abrigo onde trabalhei e com quem costumava encontrar e manter alguns diálogos, falando da pesquisa e prometendo procurá-lo quando o Comitê de Ética me autorizasse a pesquisar<sup>9</sup>. A ideia é que ele me colocaria em contato com outros jovens. Infelizmente, quando o Comitê autorizou, não consegui encontrar novamente esse jovem, e como não dispunha de seu número de telefone, não pude entrevistá-lo.

Fiquei diante de um impasse: afinal, não podia abordar desconhecidos e perguntar-lhes se estavam na rua desde a infância e adolescência e se queriam ser entrevistados. Seria necessário a construção de vínculos. Foi então que lembrei do Projeto Corre Pra Vida<sup>10</sup> e de maneira informal, através de uma amiga, comecei uma aproximação. Conheci alguns jovens que apresentavam o perfil desejado, e já se iniciava um certo vínculo com potenciais

---

<sup>9</sup> O Projeto foi enviado ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará, a fim de atender às exigências da resolução de nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que define os pressupostos éticos que devem ser seguidos na realização da Pesquisa com seres humanos. Foi aprovado sob número 3.098.562 e as entrevistas foram iniciadas.

<sup>10</sup> Projeto do Governo do Estado do Ceará, vinculado à Secretaria de Políticas Sobre Drogas, iniciado em 2015, na perspectiva da Redução de Danos, oferecendo higienização e encaminhamentos para as redes de serviço de saúde e atendimento nos CAPS. O Serviço era executado em Contêineres espalhados em pontos da cidade usualmente frequentados por moradores de rua.

entrevistados, só que novamente veio outro revés: O gerente do Projeto só permitiria a aproximação se eu oficializasse minhas idas ao Contêiner. Iniciei então o processo de oficialização, porém no meio do caminho, fui informada de que o Projeto estava sendo desativado e se fosse novamente funcionar, voltaria sob gestão de outra Secretaria de Governo e não havia nada sinalizado de como ou quando isso aconteceria.

No dia em que estava voltando da última ida ao contêiner, encontrei G., um jovem que estivera na instituição onde trabalhei e com o qual eu tivera bastante aproximação. Ele me contou que depois que completou a maioridade, fora morar com uma moça, mas há algum tempo estava novamente vivendo nas ruas, pois tinham brigado e ela o pôs para fora de casa. Conversamos por algum tempo. Conteí-lhe o que pretendia, a frustração com o fechamento do contêiner e ele sugeriu que eu fosse à Praça do Ferreira<sup>11</sup>, onde poderia conversar com as pessoas. Perguntei-lhe se aceitaria ser entrevistado e este concordou. Pedir-lhe que assinasse o termo de consentimento, e que me desse permissão para gravar. O jovem disse não se sentir muito bem naquele dia para que a entrevista fosse gravada e que era melhor que marcássemos para outro dia pois ele estava sem condição de falar direito. Marcamos para o dia seguinte, mas nos desencontramos e mesmo voltando algumas vezes ao mesmo local, não consegui encontrá-lo novamente.

Então, decidi acatar a sugestão de G. e fui com uma amiga à Praça do Ferreira. Depois de algum tempo observamos que no local existem vários grupos que se reúnem num determinado local. Pouco depois iniciamos conversa com um grupo que era constituído de uma pessoa que eles chamavam de “mãe”, um jovem mais velho, o responsável por aconselhar os mais jovens e de mantê-los na “linha”, um casal que tinha perdido a casa por conta do uso de drogas, e mais outras 9 pessoas, a maioria do sexo masculino. Fomos muito bem recepcionadas, e imediatamente, ao saber de meu objetivo, muitos deles se prontificaram a contar suas histórias. Voltamos alguns dias depois e improvisamos um piquenique com eles, conversamos com vários deles e daí foi o primeiro passo para realização das entrevistas com dois jovens com experiência de rua desde a adolescência.

As entrevistas foram iniciadas com esses dois jovens, que inclusive, eram parceiros amorosos, e que se mostraram bastante interessados em contar suas experiências na rua desde a adolescência. Iniciei a entrevista com um deles e interrompi por perceber que o outro jovem estava ansioso para ser entrevistado. Resolvi dividir a entrevista em duas partes para satisfazer o outro jovem. Marquei um encontro para continuar, mas quando retornei à praça onde

---

<sup>11</sup> Localizada no Centro da Cidade de Fortaleza, a praça é o local onde vivem diversas pessoas em situação de rua.

costumavam ficar, não os encontrei. Um deles havia deixado de pagar três pedras de crack a um traficante do local e o outro estava sendo procurado por “puxar um carro”<sup>12</sup> na praça. Voltei lá mais algumas vezes, eu e minha amiga havíamos desenvolvido uma relação de confiança com o grupo, mas como este não era integrado por outros jovens que tivessem morado na rua desde a infância ou a adolescência, tive que trilhar outros caminhos na busca de jovens para entrevistar.

Assim, consegui com outra amiga contatos de jovens que na adolescência estiveram morando na rua e que agora se encontravam com endereço fixo. Meu primeiro contato foi com Teseu<sup>13</sup>, que conheci quando criança ainda no abrigo. Depois que ele completou 18 anos, ficamos tendo contato pelo *Messenger*, depois nos perdemos de vista. Encontrei-o novamente quando minha colega me passou número do *WhatsApp* dele. Fiz contato e marcamos de nos encontrar. No encontro, expliquei do que se tratava e perguntei se ele queria me acompanhar a UFC para ser entrevistado. Fomos para a sala do Paralaxe<sup>14</sup> lá o entrevistei. Foi interessante observar Teseu para além da entrevista: sua alegria ao almoçarmos na cantina da Psicologia, dizendo que estava se sentindo feliz por estar ali comigo. Seus comentários sobre os escritos nos muros do prédio e sua surpresa por aquilo ser permitido ali, dizendo: “se eu fizesse isso na escola era expulso”.

Aquiles, o (re)encontrei de modo diferente: Ao ligar para uma amiga assistente social de um acolhimento, para obter contatos de adolescentes que tivessem completado 18 anos, ela me informou que dali alguns dias, Aquiles completaria 18 anos, e assim, alguns dias depois, o entrevistei. Fui ao abrigo no dia de seu aniversário, cheguei cedo, conversei com ele e disse que toparia ser entrevistado, só que teria que ser mais tarde, quando seu filho dormisse. Por enquanto ele queria ficar junto do bebê e da namorada. Só muito mais tarde o entrevistei e fiquei feliz de observar o jovem “pai” e “esposo”.

Jasão, foi o jovem entrevistado na praça, cuja entrevista foi interrompida pelo namorado, ansioso por ser entrevistado também. Trata-se de um jovem muito eloquente, de fala fácil e sorriso aberto. Sua desenvoltura, segundo ele, veio de suas aventuras de andarilho por vários estados do Nordeste e de sua experiência com vendas.

---

<sup>12</sup> “Puxar carro” é uma expressão utilizada pelos moradores de rua para designar o ato de furtar veículos.

<sup>13</sup> Para fins de respeitar os aspectos éticos da pesquisa, os jovens são apresentados com nomes fictícios, inspirados na mitologia grega. A explicação para essa escolha vem da minha predileção pela História e pela convivência com crianças e jovens em situação que de maneira afetiva considero verdadeiros heróis na luta por sobrevivência.

<sup>14</sup> Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (UFC), que tem como líder o Professor Doutor Aluísio Ferreira de Lima.

Mesmo tentando outros contatos, não consegui realizar outras entrevistas. Então optei escolher entre as cinco entrevistas realizadas (a concedida por G. foi apenas gravada parcialmente) e trabalhar com três para compor o material empírico desta pesquisa, que não pretende de nenhuma forma produzir um conhecimento universal a partir de uma grande quantidade de informações (como se isso não fosse uma ilusão), e explorar as precariedades enfrentadas por crianças e jovens que experienciam em situação de rua, assinalando o processo de metamorfose e a luta por reconhecimento experienciada pelos mesmos, principalmente a luta frente as políticas de identidades estigmatizadas e as condições de acesso e sobrevivência bloqueadas por condições sociais adversas.

### 3 CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: O FORJAR DA CATEGORIA SOCIAL DO “MENOR DE RUA”

[...]Nunca tivera família. Vivera na casa de um padeiro a quem chamava meu padrinho e que o surrava. Fugiu logo que pôde compreender que a fuga o libertaria. Sofreu fome, um dia levaram-no preso. Ele quer um carinho, u'a mão que passe sobre os seus olhos e faça com que ele possa se esquecer daquela noite na cadeia, quando os soldados bêbados o fizeram correr com sua perna coxa em volta de uma saleta. Em cada canto estava um com uma borracha comprida. As marcas que ficaram nas suas costas desapareceram. Mas de dentro dele nunca desapareceu a dor daquela hora. Corria na saleta como um animal perseguido por outros mais fortes. A perna coxa se recusava a ajudá-lo. E a borracha zunia nas suas costas quando o cansaço o fazia parar. A princípio chorou muito, depois, não sabe como, as lágrimas secaram. Certa hora não resistiu mais, abateu-se no chão. Sangrava. Ainda hoje ouve como os soldados riam e como ria aquele homem de colete cinzento que fumava um charuto. Depois encontrou os Capitães da Areia (foi o Professor quem o trouxe, haviam feito camaradagem num banco de jardim) e ficou com eles [...]. JORGE AMADO, 1937/1980, p.34)

Os meninos de rua são a regra ao mesmo tempo trágica e monótona. Não são vítimas de si mesmos nem de um fado perverso. Trazem em si as marcas de um fracasso coletivo, um fracasso social, um fracasso político. Não falam de nós mesmos porque nós nos salvamos em nossos apartamentos refrigerados. São múltiplos, coletivamente organizados, não trazem como coletividade marcas psicológicas especiais. São comuns, humanos, mas diferentes. Não delimitam nossa condição. Ameaçam nossa condição, ao exibirem de forma inquestionável uma outra face da sociedade e a questionarem, pela sua presença coletiva, qual a verdadeira, qual a excepcional? (SILVA; MILITO, 1995 p.30).

As duas citações, a primeira de um livro de ficção, a outra, fruto de uma pesquisa etnográfica, nos diz de uma realidade que todos conhecemos: da existência de milhares e milhares de crianças e jovens em situação de rua, um cenário comum nas cidades brasileiras. Se, para alguns, a rua é espaço de passagem, de transição entre o espaço público e o privado para outros, a rua é o lugar de moradia e alternativa de sobrevivência.

A moradia de rua expõe de imediato, uma das faces mais cruéis da negligência estatal e da administração da pobreza. E quando se pensa a existência de crianças e jovens em situação de rua vislumbra-se uma situação contraditória: expostos a uma situação de extrema precariedade induzidas, invisibilizados e ao mesmo tempo, visíveis através de estereótipos e estigmas, que os coloca ora como alvo de compaixão, ou seja, como crianças e jovens abandonados pelos seus responsáveis (MOURA, 2010) e ora como potencialmente marginais e perigosos e sendo responsáveis por sua própria situação, dos dois modos, prevalecendo uma perspectiva de responsabilização individual, retirando-se assim o entendimento da situação de rua como uma condição historicamente construída, deixando claro, que no Brasil, existem diferentes infâncias e juventudes, tendo sido efetivadas como categorias socialmente

precarizadas e subalternizadas, para quem, pelo fato de muitas vezes necessitar viver nas ruas por questões de sobrevivência, são negadas as redes de proteção e reconhecimento destinados às infâncias e juventudes das classes privilegiadas.

### **3.1. Estigmatizados e segregados: o destino da infância e da juventude pobres do Brasil**

Segundo Áries (1981) a representação de criança que temos hoje, foi uma construção da modernidade burguesa. Até então a criança era considerada um adulto em miniatura, que logo após começar a andar e aprender a se alimentar por si mesmo, passava a viver com eles e se diluía no seu mundo. Não lhes era dispensado nenhum cuidado especial, quando muito, como aponta Sales (2007, p. 86), eram reconhecidos “como uma categoria diferenciada dos adultos apenas pela incapacidade política, civil e jurídica”. Não havia, portanto, uma distinção clara, entre infância e mundo adulto e muito menos havia a distinção entre adolescência e juventude. Deste modo, a distinção clara entre as idades é uma organização surgida nos fins da idade média, solidificada na Idade Moderna. A “descoberta da infância” e das “idades da vida” deve-se, principalmente à preocupação com a educação das crianças e a transmissão de valores e “sentimentos de família” e de “classe”, importantíssimos para a construção do *ethos* burguês (ÀRIES, 1981, p. 278).

Dessa forma, mesmo as distinções hoje reconhecidas como “naturais” e “biológicas” que distinguem as etapas do desenvolvimento humano, são construções da ciência moderna, orientadas pelos saberes da Psicanálise, da Pediatria e da Psicologia (ÀRIES, 1981). O autor já observa a separação entre as crianças e jovens da burguesia e as das classes populares, não sendo permitido que acessem os mesmos espaços e participem das mesmas atividades. A eclosão da Revolução industrial torna essa diferença bem clara: crianças e jovens das classes populares têm que trabalhar até a exaustão (ou a morte) para contribuir com o sustento de suas famílias, não sendo permitido a estas a viverem seu tempo de infância e juventude (GIOSA, 2010). A infância e a juventude pobre só são consideradas quando começam a incomodar as classes sociais abastadas, sendo alvo de piedade ou encarados potencialmente perigosos e marginais, originando-se as políticas para a infância e juventudes pobres.

### 3.1.2 A construção da identidade estigmatizada do “menor de rua”

A história da infância e juventude em situação de rua tem estado vinculada à questão do abandono e sua conseqüente institucionalização, retratando bem o tratamento que tem sido dado a infância e juventude pobre ao longo da formação social do Brasil. A maneira como se lidou com essa questão atrela-se um tipo de racionalidade que objetiva a administração da infância e juventude ligadas às rotulações dadas a estes, como abandonados pela família, suscetíveis ao crime e à marginalidade, “mantendo-se assim, no caso específico das políticas dirigidas ao público infante juvenil o controle da população pobre, vista como ‘perigosa’” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 16). Conforme podemos depreender das palavras de Vargens (2011):

A racionalidade moderna colonial atravessa os conceitos de infância e de família ao entenderem que a há apenas um único modo “saudável e correto” de educar as crianças. A compreensão da rua como local de ameaça, de risco, parte deste prisma que confere à família nuclear patriarcal é a única apta a cuidar e educar a criança, condenamos a todas as demais a serem inaptas para tal função. Assim, seus filhos cada vez mais são colocadas em instituições fechadas e assumem o papel de “desviantes, fontes de perigo e insurgência, marcadas por formas de vida e padrões de conduta apreendidos como opostos a uma moral burguesa tornada hegemônica” (GOMES; GOUVEIA, 2008, p. 50). Para que atingissem a moral burguesa e se tornassem bons cidadãos, a institucionalização aparece como a solução (VARGENS, 2011, p. 21)

Segundo Rizzini e Pilotti (2011), o abandono de crianças foi uma prática frequente até meados do século XIX, mesmo nos países considerados “civilizados”. No caso do Brasil, a moral religiosa e a pobreza foram responsáveis por muitas situações de abandono:

Segundo a moral cristã dominante, os filhos nascidos fora do casamento não eram aceitos e com frequência, estavam fadados ao abandono, A pobreza também levava ao abandono de crianças, que eram deixadas em locais públicos, como átrio de igrejas e nas portas das casas (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 19).

Como consequência dessa situação se originou a primeira “política de atendimento” de que se tem notícia no Brasil, destinada às crianças abandonadas. Trata-se da “Roda dos Expostos”, um cilindro giratório colocado na porta da instituição (denominadas Casa do Expostos) onde a criança era colocada de forma anônima e recolhida do outro lado pelos trabalhadores da instituição. As crianças eram mantidas nas chamadas Casas dos Expostos até os 7 anos, cabendo aos juízes depois decidir o seu destino, quando poderiam ir para orfanatos ou eram entregues às famílias que os poriam para trabalhar. Segundo Decome Poker (2014, p.

23), “Neste período, o trabalho infantil era explorado sem nenhum constrangimento, principalmente após os sete anos de idade, sob o forte argumento de contribuir para que elas não permanecessem nas ruas”.

É importante pontuar, que mesmo depois da regulamentação do trabalho infantil, o principal meio de controle daqueles que “insistiam” em ficar ociosos pelas ruas, era exercido pelo Juiz de Menores, que combatia “a mendicância e a criminalidade mediante o isolamento da infância em instituições especializadas para menores abandonados e delinquentes” (LEAL, 2007, p. 10).

Voltando à questão da Roda dos Expostos, a prática se estendeu por mais de duzentos anos e a primeira Roda de que se tem notícia foi criada na Bahia em 1726, e em seguida foram criadas outras em várias cidades do país (RIZZINI; PILOTTI2011). Embora o objetivo das rodas parecesse ser facilitar para que a criança pudesse encontrar uma família, na maioria das vezes, isto não acontecia, tornando-se, segundo Decome Poker (2014, p 23), uma “condição que contribuía para que muitas crianças fossem para as ruas mendigar, o caminho encontrado para a sua sobrevivência de algumas meninas era a prostituição”. Quando permaneciam nas Rodas eram acomodados precariamente, “não eram alimentadas adequadamente e inúmeros eram os castigos em que passavam de joelhos um grande período ou ficavam de jejum a pão e água” (DECOME POKER, 2014, p. 23). Essas práticas foram combatidas duramente no início da República e em 1927, as Rodas foram abolidas definitivamente.

Como se pode perceber, não havia uma preocupação com os cuidados da criança em si, mas sim o com o perigo que poderia representar o abandono. Pinheiro (2006) num estudo sobre representações sociais de crianças e adolescentes no Brasil identificou, as várias maneiras como eram percebidas a infância e a adolescência pobres e sua colocação como “objeto” das políticas públicas. A fase que se refere à Roda dos Exposto estaria ligada à concepção de criança como objeto de proteção social, com objetivo de salvá-la do abandono e da miséria e entregar a responsabilidade do cuidado dela para outrem, por exemplo, em orfanatos ou em portas de residências.

Nos séculos XIX e XX, os asilos e orfanatos se tornaram uma prática corrente no Brasil, destinados àqueles que estivessem soltos, fugindo ao controle das famílias e ameaçando a ordem pública. Note-se que esse período coincide com a abolição da escravidão e o processo de industrialização do Brasil, tornando assim, as crianças e adolescentes pobres como objetos de controle e disciplinamento social e objeto de repressão.

Nessa época, “teve impulso a ideia de propiciar educação industrial aos meninos e

educação doméstica às meninas, preparando-os para seu lugar na sociedade” (RIZZINI PILOTTI, 2011, p.20). Seria o momento em que as crianças e adolescentes deveriam passar por um processo de adaptação e disciplinamento a fim de servirem ao progresso do país, tratava-se de preparar uma mão de obra subalterna e sob controle. Esta concepção coincide com o auge das práticas higienistas que davam respaldo a ideia de criar uma nação forte, onde (...) “a vida da criança e do adolescente deveria, então, ser preservada para que fossem eles colocados a serviço do Estado.” (PINHEIRO, 2006, p. 56).

A célere urbanização do Brasil, porém, fez com que, os pressupostos de disciplinamento pelo trabalho fossem aliados a outro mecanismo de controle: a repressão, por conta do acirramento do fenômeno incômodo do público juvenil em situação de rua, “adolescentes, não absorvidos pelo sistema escolar nem pelo mercado de trabalho, tornam-se personagens de presença constante e crescente nos logradouros públicos das grandes cidades” (PINHEIRO, 2006, p. 61). Aqueles que o Estado não conseguiu disciplinar e controlar para o trabalho, prevenindo a delinquência, seriam alvo de confinamento e repressão. Data dessa época a elaboração do Código de Menores de 1927, o primeiro da América Latina, que basicamente tratava de segregar, isolar e punir os adolescentes que representassem perigo para a sociedade.

Vale ressaltar que essas representações não aconteciam isoladamente, como se poderia supor, mas uma vez adotadas, se locupletavam de forma indissociável, pois seu único objetivo era justamente manter a “cultura institucional que se caracteriza pelo recolhimento (...)” que eram formas como do disciplinamento do interno. sob o manto da prevenção de desvio ou da reeducação dos degenerados (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 20).

Aos filhos da pobreza que colocava em perigo a ordem social que incomodava sobremaneira no início do século XX, restavam o disciplinamento pelo trabalho:

Crianças e adolescentes refluíam das habitações coletivas para as ruas e nas ruas encontravam a diversão -os jornais da época são fartos sobre a molecagem dos menores - e/ou a sobrevivência necessária, tanto por meio de esmolas como também de assaltos e roubos. Eram menores considerados pelos locais como moralmente abandonados - e que engrossavam as fileiras dos abandonados de fato - uma vez que o emprego feminino em larga escala não encontrava o necessário respaldo institucional na maternidade assistida por creches e escolas nas quais abrigar principalmente as crianças pequenas. Abandonado de fato, ou não, crianças e adolescentes transformaram-se no foco privilegiado de um discurso que enaltecia o trabalho enquanto instrumento que permitiria, fornecendo-lhes uma profissão, resgatá-los e preservá-los do contato pernicioso das ruas, que projetava sobre a cidade as sombras de uma crescente criminalidade (MOURA, 2010, p. 275-276).

Com podemos perceber, a relação entre situação de rua, perigo social e marginalidade colocou crianças e jovens pobres como alvos da política higienista em voga desde o fim do período colonial e início da República. Para o higienismo, os problemas sociais estavam ligados às condições de higiene, que eram atreladas às questões morais. Para essa vertente, cuidar da saúde da população equivalia também a impor regras de conduta com vistas de garantir o predomínio das ciências médicas sobre as demais ciências e o progresso social (COSTA,1979). Isto implicava numa intervenção direta sobre as classes sociais menos favorecidas e sua prole.

Conforme assinala Coimbra (2001,p.58), trata-se nesse caso de intervir sobre os filhos dos estratos sociais mais pauperizados, considerando-os que “para esses enfermos - vistos como perigosos e ameaçadores” - são produzidas ‘identidades’, cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas.

É nessa perspectiva, que é aprovado o Código de Menores de 1927 (Código Mello Matos) inaugurando a justiça para menores e demarcando a existência de infância e adolescência diferenciadas, sob jugo da intervenção estatal, a fim de não se tornarem um perigo potencial para a sociedade. O que se vestia do desejo de proteção e preocupação com a miséria, na verdade era apenas um desejo de proteger as elites e dar um tom de progresso às instituições da República brasileira iniciada. Para Faleiros (2011),

O Código de 1927, incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrízes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por falta dos pais [...] (FALEIROS,2011,p.47).

Para Melo (2011), o termo “menor” demarca início de uma categorização que os coloca como problema social e jurídico:

Parece-nos que o surgimento do conceito de “menor” é um bom fio condutor desse processo histórico-social. De um lado, ele orienta a criação de uma nova categoria social: a categorização como “menores” de crianças provenientes das classes populares, em situação de miséria,(...)De outro, ele é o conceito operacional que permite a construção de saberes pautados todos por uma ideia de reforma social e moral do indivíduo sob os princípios da Psicologia da Psiquiatria e da Educação e ao mesmo tempo, como aponta Platt, a emergência de instituições judiciais e correccionais voltadas à sua administração (MELO, 2011, p.15-16).

Se, até o início do século XX, “menor” era um termo utilizado juridicamente, para definir aqueles que tinham menos de 18 anos, segundo Pinheiro (2006) com o Código e Menores de 1927,

[...]a nomenclatura “menor” é institucionalizada, consagrando-se como uma classificação de forte teor discriminatório. Refere-se basicamente, a infância e adolescência pobre, enquadrando seus integrantes em uma das subcategorias: carente, abandonado ou infrator. “Menor” é portanto, um conceito institucionalizado a partir de uma lei, o Código de Menores, e que institui exclusões e práticas, por meio da criação de instituições e da formulação de políticas públicas(PINHEIRO, 2006,p.70).

A autora atenta que a categoria menor, plasma outros conceitos ainda mais pejorativos, “o menor de rua” era “mirim”, “flanelinha” “trombadinha”, “pivete”, “pixote”, de acordo com a região em que vivesse, ser criança e jovem e estar na rua, sobrevivendo nela, significava ser considerado perigoso e marginal.

Diante disto, podemos concluir que crianças e jovens menores de 18 anos que faziam da rua seu *locus* de sobrevivência, poderiam ser considerados física e moralmente abandonados, tornando-se alvo de afastamento de suas famílias e consequente institucionalização. Neste processo, em 1941, já sob o governo ditatorial de Vargas, foi inaugurado o Serviço Nacional de Assistência aos Menores (SAM) que, segundo Faleiros (2011) teria como competência:

[...]orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono [...] (FALEIROS, 2011, p. 54).

Com o passar dos anos, o SAM torna-se alvo de várias críticas, sendo extinto em 1964, e substituído em outubro de 1964, pela FUNABEM, que mais tarde é estendida a todo território nacional por meio das FEBEM's. As diretrizes da FUNABEM, como, segundo Faleiros (2011) se pode deduzir das palavras do próprio presidente, o médico Mário Altenfelder, foi se moldando à ideologia de Segurança Nacional, falando da política do menor como “ investimento útil, o mais saudável e promissor” e a define como “a intervenção racional da sociedade em seu próprio processo de desenvolvimento seja através de planos abrangentes, seja através da organização comunitária” (FUNABEM - anos 20, 1984 *in* FALEIROS, 2011, p. 66), O autor ainda aponta, que se formou um “*sistema*” (grifo do autor) que abrangia

[...] tanto a política da Infância, como o conjunto de mecanismos de repressão, inclusive o esquema de controle social e político (com o terror e a tortura), deveria estar em toda as partes, controlando, vigiando, educando, para que a integração se processasse de acordo com o plano racional elaborado pelos tecnocratas(FALEIROS, 2011, p. 66).

Nesse cenário, foi elaborado e aprovado o Código de Menores de 1979, que adotou

expressamente de vez a chamada doutrina da situação irregular, que classifica dentro dessa condição: aqueles privados “de condições essenciais a sua subsistência, saúde, e instrução obrigatória, *ainda que eventualmente*”<sup>15</sup> por “falta ou emissão dos pais ou responsável”; os que representam “perigo moral”; os que exercem “atividade contrária aos bons costumes”; aqueles “com desvio de conduta, em virtude de *grave inadaptação familiar ou comunitária*”<sup>16</sup> e aqueles autores de “infração penal”(BRASIL, 1979, s/p, grifo nosso).

O cenário brasileiro aos poucos foi se modificando marcado por uma série de manifestações internacionais, entre elas o movimento de 1968, ocorrido na França. Iniciado com uma greve de estudantes contra a reforma educacional proposta pelo presidente Charles De Gaulle, o movimento se alastrou e mesmo tendo sido de início sufocado, lançou sementes de contestação que reverberou em vários países da América Latina e nos Estados Unidos. No caso do Brasil, ele se apresenta como resistência à ditadura implantada com o golpe de 1964 e alicerce da luta pela redemocratização (CHARLEAUX, 2018).

O contexto do aumento das desigualdades sociais (GRACIANNI, 2001) e a emergência dos movimentos sociais que marcaram a década de 1980, fizeram emergir, no esteio da Convenção Nacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CNUDC)<sup>17</sup> diversos movimentos questionadores da condição das crianças e adolescentes das classes pobres, em particular aquelas institucionalizadas e em situação de rua. Em 1990, a FUNABEM foi extinta e em seguida foi aprovada a Lei 8069/1990, mais conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nele, eram cumpridas as prerrogativas da Convenção, extinguindo-se a doutrina da situação irregular e adoção da doutrina da proteção integral, derrubando a distinção entre a infância e adolescência das classes sociais pauperizadas e dos filhos das classes abastadas, considerando-os todos como sujeitos de direitos (FALEIROS 2011; SALES,2001).

Desde a década de 1980 que os estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua (MORAIS; NEIVA-SILVA; KOLLER, 2010) tinham obtido certa relevância e embora ainda num primeiro momento a família tenha figurado como o principal responsável pela ida

---

<sup>15</sup> Com o grifo pretendo evidenciar que mesmo estando na rua de forma pontual, não estando com o vínculo rompido com sua família, se fossem encontrados nas ruas, crianças e adolescentes poderiam ser considerados em situação irregular e afastados dos seus pais.

<sup>16</sup> Com o grifo, quero deixar claro que entendo que, crianças e adolescentes em situação de rua se constituíam os principais alvos dos Código de Menores de 1979, pois a situação de rua poderia representar à “inadaptação” da criança e adolescentes à família e à comunidade, evidenciando uma patologia.

<sup>17</sup> Proclamada em 20.11.1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Convenção foi a responsável por sistematizar um conjunto de princípios visando “orientar a legislação relacionada à criança e ao adolescente de cada Estado-parte, de forma a garantir a concretização da implantação de instrumentos, no âmbito da realidade de cada Nação, que se voltem para a promoção e a defesa de seus direitos” (PINHEIRO, 2006, p.89).

das crianças e adolescentes para a rua, nos anos de 1990, passou-se a tratar a situação de rua com um enfoque socioeconômico, deslocando o foco do “problema” como resultado de família “desequilibrada”, para a família com sérios problemas de sobrevivência (SANTANA; SAMPAIO, 2011).

Inicialmente havia a compreensão de uma suposta homogeneidade nesse público com a construção presente no senso comum de que “crianças e adolescentes ‘de rua’ são todos aqueles que circulam com aparência de pobre, malvestidos, sujos e, em geral, pedindo ou exercendo tarefas nas praças e nas ruas” (MORAIS; NEIVA-SILVA; KOLLER, 2010, p. 48), o que dificultava uma compreensão mais abrangente do fenômeno. Diante disto, na década de 1990, Mark Lusk observa a existência de várias tipologias: a) trabalhadores de rua com bases familiares; b) trabalhadores de rua independentes; c) crianças de rua; d) crianças de famílias de rua, alavancam os estudos sobre o assunto (MORAIS; NEIVA-SILVA; KOLLER, 2010).

De acordo com Rizzini e Couto (2019) a compreensão da heterogeneidade desses grupos e a consideração de que a rua não deveria ser considerada uma situação definidora de suas vidas, um estigma<sup>18</sup> tatuado em suas identidades, mas uma situação transitória e efêmera, fez repensar a visão que se tinha dessas pessoas, partindo inclusive de uma mudança na nomenclatura. Então ao se substituir a terminologia de “meninos e meninas de rua” para crianças e adolescentes em situação de rua, tem-se a premissa de uma situação transitória, passível de mudança e abriu-se espaço para se pensar numa maior visibilidade deste público com vistas a implantação de serviços, programas e ações eficazes.

Vários órgãos de defesa da infância e da adolescência se articularam no sentido de dar ênfase no combate ao trato que era dado a este público. Merece destaque entre estes movimentos, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que contribuiu significativamente para alavancar o debate nacional sobre crianças e adolescentes.

Grande contribuição foi pela ação dos “Educadores Sociais de rua. Segundo Graciani (2001), este seria o profissional que

Desenvolve uma ação pedagógica junto às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, que tem dificuldade de inserção social, e uma ação comunitária mediante a promoção de eventos e atividades junto às famílias e comunidades, escolas e toda a sociedade sobre os direitos das crianças; uma ação jurídico institucional de contatos com instituições sociais organizadas, governamentais ou não, como respaldo e retaguarda do seu trabalho educativo (GRACIANI, 2001, p.26).

---

<sup>18</sup> Goffman (2004) define como estigma: “atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído sendo, até de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca” (GOFFMAN, 2004, p.12).

Importante ressaltar que, a educação social de rua, era, além de uma atividade profissional, uma ação política<sup>19</sup>, e teve como um dos frutos uma pesquisa sobre crianças e adolescente em situação de rua, completamente fora dos paradigmas quantitativos/ descritivos. Trata-se do livro *Vozes do Meio Fio*, publicado na década de 1990, baseado nas experiências do trabalho de educadores sociais. As discussões apresentadas no livro traziam as experiências de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro, que acabara de servir de palco para a Chacina da Candelária<sup>20</sup> e revelavam os paradoxos de uma sociedade que acabara de aprovar uma das leis mais progressistas do país, o ECA. O livro revela o tensionamento constante entre os defensores dos direitos de criança e adolescentes e os habitantes de uma cidade que os rotulavam de indesejáveis (SILVA; MILITO, 1995), constituindo o que autores denominaram de “cultura de evitação”.

Essa “cultura de evitação” que resultava na segregação e até o desejo de eliminação das crianças e jovens em situação de rua, era o principal alvo da crítica do MNMMR, que era composto em sua maioria por educadores sociais, que questionavam justamente as condições a que eram submetidas as crianças e adolescentes nas instituições e nas ruas, sendo a principal pauta reivindicatória do movimento a implantação de instituições em meio aberto que favorecesse os meninos e meninas conviverem no espaço a que estavam habituados, participar de atividades pedagógicas, profissionalizantes e reflexivas que permitissem ressignificar suas trajetórias (GRACIANNI, 2001). O que havia de interessante nessas iniciativas é que contava com o despertar do desejo das pessoas sem submetê-las a punições ou privações.

Nessa perspectiva entre os anos 1990 e 2000, houve uma grande aposta na educação social de rua e na implantação de serviços<sup>21</sup> que atuavam com a proposta de dar suporte aos educadores sociais de rua. Eram programas que representavam o apoio necessário para que as crianças e adolescentes tivessem histórias de vida modificadas e aos poucos, por escolha

---

<sup>19</sup> A educação social de rua, surgida no pressuposto da pedagogia popular de Paulo Freire, possuía um projeto ambicioso: despertar nas pessoas a possibilidade de interpretar e modificar suas realidades, nessa perspectiva a educação era pensada “como produção e construção do conhecimento” e como “prática de liberdade e como condição de vida democrática” (GRACIANNI, 2001, p. 49).

<sup>20</sup> Em 23 de julho de 1993, alguns homens encapuzados desceram de dois carros em frente à Igreja da Candelária onde várias crianças e jovens entre 11 e 19 anos dormiam e começaram a disparar, provocando a morte de 8 deles e ferindo vários outros. O caso entrou para a história como a Chacina da Candelária (SOUSA, 2019).

<sup>21</sup> Exemplos: Clube da turma em S. Paulo e Albergue e Ponte de Encontro em Fortaleza (Iniciativas governamentais). Exemplo relevante em Fortaleza foi a experiência realizada pela Associação Barraca da Amizade, organização não-governamental que contava com recursos oriundos de fontes públicas e privadas, inclusive do exterior, que durante muito tempo foi referência de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, por apostar no pressuposto da educação social de rua e no respeito às subjetividades dos acolhidos (GREGORI, 2000; LUCAS, 2015).

própria, retornassem às suas famílias e comunidades, ou na impossibilidade, pudessem caminhar para uma relativa autonomia. De acordo com Ramos (2016, p.30), esses “profissionais inseridos no cotidiano das ruas podiam oferecer-se como uma companhia viva, capaz de facilitar campos de inserção e pertencimento que fizessem articulação com a rede.

Esse movimento de vai e vem entre a rua e as instituições, seria aquele momento de preparação em que os educadores atuariam para que as crianças e adolescentes escolhessem seus caminhos de forma espontânea, como aponta Lescher e Bedoian (2019, p.99), que consideram crianças e jovens em situação de rua “refugiados urbanos”, os educadores sociais de rua seriam a ponte para o que os autores chamam de rematriamento”, isto é, retorno à “mátria” seja ela a família ou alternativas como os serviços de acolhimento caso não seja possível voltar para casa.

Uma aposta dessa natureza, implica no investimento em rede de atendimentos que se orientasse pela mesma perspectiva. Sem este suporte, instituições e acolhimento para esse público, acabavam por se constituir ineficazes e reproduzir o mesmo sistema de dominação que havia nos antigos internatos e instituições totais<sup>22</sup> cujo objetivo era apenas corrigir as condutas consideradas desviadas, e retirar das ruas aqueles que representassem perigo (GREGORI, 2000).

A utilização das instituições por adolescentes e crianças em situação de rua como parte da tática de propiciar a permanência na rua e a própria coexistência da concepção de que essas crianças e adolescentes era um caso sem jeito (ouvi isso muitas vezes na minha prática profissional), fizeram com que acontecesse um verdadeiro retrocesso e a própria política de assistência social<sup>23</sup>, já em 2004, “esquece” esse modelo de atendimento e aposta apenas no abrigo convencional.

Diante dessa afirmação pode-se constatar que essas iniciativas, implementadas no auge dos movimentos e pensadas com boa fé em relação aos militantes, em seguida esquecidas, também tiveram como objetivo maior aliviar a pressão das reivindicações do momento e atender alguns interesses específicos de alguns grupos, do que realmente a preocupação de

---

<sup>22</sup> Instituições Totais foi o termo utilizado por Goffman (1987) para caracterizar os estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral. A instituição funciona como local de residência, trabalho, lazer e espaço de alguma atividade específica, que pode ser terapêutica, correccional, educativa etc. (GOFFMAN, 1987).

<sup>23</sup> A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004, não contempla serviços específicos para as crianças e adolescentes em situação de rua, por entender que esses seriam atendidos nos serviços de acolhimentos já contemplados: Abrigos Institucionais, família acolhedoras, Casas- lares etc.

ressignificar as histórias de crianças e jovens em situação de rua ou de institucionalização, conforme pontuam Rizzini e Rizzini (2004):

(a) a presença de movimentos sociais organizados, que reinauguraram a possibilidade de manifestação e participação popular no período pós-ditadura; (b) o despontar, a partir dos primeiros anos da década de 1980, de diversos estudos que ressaltavam as consequências da institucionalização sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e os elevados custos para a manutenção dos internatos; (c) o interesse de profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuação neste campo também contribuiu para o aprofundamento da reflexão e da produção sobre a questão; (d) os protestos dos meninos e meninas internados, expressos nas rebeliões e nas denúncias veiculadas pela imprensa e por depoimentos publicados em diversos livros (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 46).

Uma das premissas apresentadas pelo Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) é justamente a implantação de serviços de acolhimento o mais próximo possível das famílias e comunidades dos acolhidos. Ora, embora mantenham vínculos com suas famílias biológicas, os vínculos mais sólidos de crianças e jovens em situação de rua, acabam por se constituir na própria rua. Então, nada mais lógico e necessário que os serviços de acolhimentos sejam instalados o mais próximo desses locais, sem as regras rígidas do modelo convencional, que possibilite que a criança e o jovem acessem o serviço sem que tenha que abrir mão, de repente de seus vínculos construídos na rua. Essa característica, permitiria ao educador social de realizar seu trabalho de abordagem e iniciar o processo de “conquista” da criança e do jovem.

A ênfase no modelo de abrigo sem metodologia específica para crianças e adolescentes em situação de rua, com regras mais rigorosas, que fugia ao projeto original de atendê-los a partir de sua própria experiências nas ruas, fez com que se voltasse ao mesmo lugar de antes: A proposta de apenas confinar e retirar das ruas àqueles que eram considerados incômodos sociais, fez com que a profissão de educador social, cujo *locus* de trabalho era a rua, sofresse um enfraquecimento, reduzindo a importância dessa figura como intermediário entre a rua e a instituição e seu papel na vida de crianças e adolescentes.

Sem um trabalho que desperte neles o “desejo” de ir para um abrigo como alternativa provisória e escolhidas por eles, no sentido de protegê-los das violações das ruas, a medida de acolhimento se torna apenas um ato mecânico, que visa apenas a retirada deles das ruas atendendo às prerrogativas segregacionistas e higienistas que sempre nortearam as políticas de atendimento para este segmento. Diante disto é comum se difundir a crença de que as crianças e jovens em situação de rua não querem ser “ajudados” e são “sem jeito”. O que não se pode perder de vista é que esses equipamentos sociais, ao não adotar uma metodologia diferenciada

para trabalhar com crianças e adolescentes em situação de rua, acabam por ignorar aspectos na subjetividade desses jovens, e exige deles uma adaptação aos padrões de comportamento socialmente aceitáveis por conta da “oportunidade” que lhes era dada. No meu entender ao transitar da rua para o abrigo, sem o trabalho de ressignificação proposto pelos educadores sociais de rua e obrigação de lá permanecer, reproduz a cultura de “evitação” e confinamento às quais as crianças e jovens reagem, por se sentirem presos.

Gregori (2000) apontou para uma característica dessas pessoas que me parece bem interessante: “a circulação”. A autora definiu esse conceito como uma condição peculiar em crianças e jovens em situação de rua:

Uma das características mais marcantes da vivência dos meninos de rua é o fato de estarem sempre circulando, seja por instituições que prestam algum tipo de auxílio ou apoio, por instituições repressivas ou de triagem e encaminhamento; seja pelo ir e vir entre suas casas e a rua; seja ainda pelos vários locais nas ruas que “fixam” como referências (os lugares em que comem, onde dormem, onde furtam, onde se drogam etc. [...]) (GREGORI, 2000 p.72).

A autora também afirma que esse “padrão de circulação”, já faz parte da vida desses jovens. Oriundos de famílias que muitas vezes usam como artifício entregar os filhos para parentes criarem ou colocando-os em instituições, sem nunca perderem o vínculo com estas, esta característica de ir e vir já faz parte de suas histórias de vida. Embora eu não considere que haja um fator determinante para a permanência nas ruas, as experiências de liberdade (MELLO, 2011) encontradas na rua, faz parte de um repertório de escolhas subjetivas que farão as pessoas reagirem a toda ação que signifique freios para essa liberdade se não for por escolha própria. Daí a importância de um trabalho psicossocial com a família de crianças e jovens em situação de rua e caso seja necessário o encaminhamento para abrigos, ou qualquer outro encaminhamento, que haja uma reflexão prévia dos indivíduos.

É preciso perceber, que como pontua Marinho (2012), há em moradores de rua uma “singularidade inquietante” que faz da circulação um traço marcante desses grupos, levando-os a assumir um nomadismo que sinaliza uma forma de contestação contra as desigualdades a que estão expostos:

Indivíduos com experiência de vida nas ruas representam uma ruptura, uma contestação, um desencantamento de algo rumo à produção de novas formas de viver, por serem autores e protagonistas de suas próprias histórias. São corpos que não se acomodaram com a fixidez ou com significados preestabelecidos e, assim, fazem da rua os lugares de suas moradas (MARINHO, 2012, p.65-66).

Na pesquisa que realizei com esse público (SILVA,2013; SILVA; LIMA, 2015) podia-se perceber, que a situação de rua, desde muito cedo, já fazia parte da vida deles, que apesar de deixaram pistas da situação de rua como escolha, se incomodavam com a exclusão resultante de sua situação. Revelavam seu desejo de mudar suas realidades, de viver em suas comunidades e suas famílias, porém eram “impedidos” por algo que não sabiam explicar, assumindo uma atitude fatalista (CIDADE; MOURA; XIMENES, 2012) que compreendo aqui como denúncia às violações experimentadas por eles desde bem jovens. Vê-se então que enorme dificuldade há em contornar as condições subjetivas do que significa estar na rua para essas pessoas, algo que só poderia ser feito com a compreensão das condições objetivas e subjetivas que atravessam seus cotidianos.

A instituição, como política pública, se imbuí do sentimento de “Salvadora da pátria” e quer crer que ao atender esse público e propiciar algumas possibilidades já resolvem toda a situação e de que caberia aos sujeitos “aproveitar” a oportunidade que está sendo dada e transformar suas vidas. Teríamos aqui o que foi denominado por Goffman (1985) de carreira moral, que consiste na premissa de que o indivíduo tem que assumir os papéis que se espera deles diante de determinadas situações, pois assim se espera que aconteça e caso não ocorra, o indivíduo é responsabilizado pelo fracasso.

Na instituição, estes se comportam muitas vezes de maneira exemplar, tentando auferir todos os benefícios que esta lhes pode proporcionar apresentando uma imagem que, numa visão reducionista, parece ser revestida de esperteza e cinismo, mas que na verdade se trata apenas de papéis que representam para atender a determinada situação ou determinado público em busca de reconhecimento, embora que efêmero.

Na convivência com essas pessoas tive a oportunidade de presenciar esses diversos papéis que representam, diante da diretora, da assistente social e do educador; são inúmeras personagens que se intercalam, confirmando que a identidade humana se caracteriza por papéis que as pessoas representam a partir daquilo que se espera deles e que se lhes apresenta como possibilidade (GOFFMAN, 1985), premissa básica da categoria identidade como metamorfose, proposta por Antônio da Costa Ciampa (1987/1998).

Na verdade, os serviços de acolhimento<sup>24</sup> ao representar uma parte da sociedade normativa e padronizada cumpre o mesmo papel desta: adaptar os indivíduos para a vida social onde

---

<sup>24</sup> Serviço de Acolhimento é a nova nomenclatura dada aos serviços destinados a atender ao público infante juvenil menor de 18 anos, que por algum motivo, precisa estar afastado de seus pais e/ ou familiares(BRASIL,1990/2010; CNAS/CONANDA, 2009).

os conflitos sejam administrados. Ao exigir que se “adaptem” perdendo de vistas as trajetórias individuais das pessoas, tentam imprimir nestes a obrigação moral de mudarem de vida, achando-se que se sabe o que é melhor para eles.

Outro ponto que torna problemático o acolhimento é o fato de que, alguns serviços reproduzem de algum modo, as violações encontradas nas famílias de origem das crianças e jovens que ocasionaram suas idas para as ruas. De acordo com Furlan (201), dentro dos serviços de acolhimento, mesmo com tudo que está posto no ECA, há a flagrante violação de direitos, onde os cuidadores agredem física e psicologicamente os acolhidos.

Um exemplo emblemático das dificuldades dessas pessoas mesmo diante das supostas oportunidades que lhes são dadas, estão nos exemplos de Sandra Mara Herzer<sup>25</sup> e Paulo Collen<sup>26</sup> que desde crianças vivendo entre as ruas e as instituições adquiriram certa notoriedade ao publicar suas autobiografias. Ao divulgar suas histórias se tornaram “porta-vozes dos menores abandonados” (GREGORI, 2000, p.49), esperava-se dessas pessoas que suas trajetórias de experiências de rua pudessem ser interrompidas a partir dessa oportunidade, sem considerar que a própria experiência nas ruas havia lhes dado essa notoriedade e romper com isto seria renunciar àquilo que lhes havia dado reconhecimento:

A visibilidade que tiveram criou uma situação perversa: esperavam construir uma nova posição fora do mundo em que viviam, mas essa oportunidade só se configurou atrelada à anterior. Se nesta eram notáveis, encontraram imensas dificuldades de adaptação (grifo meu) em posições que implicassem um reaprendizado ou certa tolerância diante da inexperiência (GREGORI, 2000, p. 49).

A citação nos remete ao que por Lima (2010) denominou de Reconhecimento Perverso, uma situação em que as pessoas insistem em manter determinadas personagens, por encontrarem nela algum tipo de reconhecimento. Herzer e Collen, cobrados para renunciar às personagens que representavam e que os fazia reconhecidos, não dispunha de outras personagens que lhes dessem a mesma visibilidade e reconhecimento. Disto resultou que ao completar 18 anos e perderem o apoio institucional, Herzer cometeu suicídio e Collen assumiu a situação de rua de forma definitiva.

Fica claro que as instituições apesar de, como afirmam (MORAIS; NEIVA-SILVA; KOLLER, 2010) representarem um fator de proteção na vida dessas pessoas, utilizada como um meio de reduzir os danos à exposição destas às violências da rua e a proporcionar-lhes

---

<sup>25</sup> A Queda para o alto. Herzer. Círculo do Livro, 1980.

<sup>26</sup> Mais que a realidade. Paulo Collen. Cortez, 1987.

determinados cuidados, acabam por esbarrar no impedimento de considerar aspectos singulares nas histórias de vida delas e ao cair no engodo de normalização, estas acabam reproduzindo o papel das antigas instituições totais; o de segregar e confinar, desconsiderando aspectos singulares de crianças e adolescentes em situação de rua, e reconduzindo ao eterno círculo vicioso de que essas pessoas não tem jeito, colocando sua “perspectiva de futuro” “entrevada numa espécie de ‘eterno retorno’” (GREGORI, 2000, p.49).

Ao se considerar essas pessoas presas a esse “eterno retorno” tende-se a uma visão essencialista de identidade que aprisionando os indivíduos, os impede de serem vistos como capazes de alterar suas trajetórias, ignorando-se que é o próprio sistema que os aprisiona, conduzindo-os ao fracasso pelo qual são responsabilizados.

Na prática, tudo que foi proposto na efervescência dos movimentos em prol da defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua, a experiência de uma educação social de rua, parece ter se perdido nos últimos anos. As vozes que defendem o uso de serviços específicos e metodologia adequada para atender as especificidades de crianças e adolescentes em situação de rua continuam no mesmo diapasão que é seguido na luta por garantia de direitos num país em que a desigualdade é o tom principal. No tensionamento entre garantir de direitos das crianças e adolescentes em situação de rua e a resistência de um Estado a quem eles não interessam, destaca-se a Campanha Nacional Criança não é de Rua(CNER) a que se deve a iniciativa junto com Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) de depois de intensas discussões, aprovar uma resolução que recomenda aos municípios implantarem seus serviços de acolhimento com metodologia específica e a revitalização da profissão de Educador Social de Rua (BRASIL, 2016).

É interessante pontuar outro paradoxo que chama atenção em relação ao serviço de acolhimento: a premissa de trabalhar a autonomia dos acolhidos e prepará-los para a saída da minoridade e conseqüentemente do abrigo (BRASIL, 2009) e caso isso não seja possível, é necessário que se dê continuidade ao acolhimento no formato de república para que esses jovens sigam com seus projetos.

Para dar prosseguimento ao que está previsto no Artigo 227 da Constituição Federal que foi alterada pela emenda constitucional de 13/07/2010 que acrescentou o seguinte parágrafo:

§ 8º A lei estabelecerá:

I - Estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - Plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas (BRASIL, 2010)

No ano de 2013, foi aprovada a lei 12. 852/2013, O Estatuto da Juventude que, em linhas gerais, visa dar continuidade ao ECA no sentido de proporcionar autonomia aos jovens das classes subalternas, pois sabe-se que na prática, os jovens após completar 18 anos, precisam contar com uma rede de apoio. E se, nas famílias que possuem recursos materiais o apoio se estende bem mais, considero o Estatuto da Juventude para as classes subalternizadas, como meio de suprir a lacuna que o ECA deixa ao se responsabilizar em proteger os segmentos criança e adolescentes.

Todas essas leis, porém, esbarram no desinteresse político de investir na proposta e o Estatuto da Juventude permanece desconhecido e ignorado por muitos. E se no caso de crianças e jovens menores de 18 anos, cuja lei de proteção já ultrapassou os 25 anos de existência, se observa o descumprimento sistemático da lei e da política, pode-se entender o descaso geral. Uma observação que pode ser pertinente é o fato da Política Nacional para Pessoas em situação de rua, aprovada em 2009, invisibilizar completamente a existência de jovens em situação de rua, como signatários de direitos específicos e diferenciados dos adultos. A pesquisa que subsidiou a elaboração da Política, só levantou aspectos relacionados ao gênero, raça e a atividades informais exercidas (BRASIL, 2009).

No caso específico de crianças e jovens menores de 18 anos não foram considerados na pesquisa e sequer contemplados numa parte específica da Política Nacional para Pessoas em situação de rua e conforme o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) do Ceará, aponta, que os investimentos da Prefeitura de Fortaleza em política de atendimento de meninos e meninas em situação de rua caíram em 99,8% entre 2014 e 2018, (CEDECA,2018) um dado que representa o abandono deste público, como a expressão máxima da falta de investimento social característico do modelo neoliberal.

### **3.2 As configurações atuais da situação de rua**

Como vimos, os direitos obtidos ao longo do tempo representaram um campo de disputa evidenciado pelo paradoxo existente entre um governo de características de Bem-Estar Social e a crescente solidificação do neoliberalismo no Brasil, evidenciando que a coexistência dos dois modelos, acabaram por acarretar uma agudização dos problemas sociais, que no final, só reforçou o modelo repressivo que conforme Sales (2001, p.92) apresenta as contradições de um “contexto que projeta a família e as crianças e adolescentes na esfera pública e os engrandece

como um dos campos fecundos de redesenho das políticas sociais da cidadania” e ao mesmo tempo, “os deteriora, corrompe, vulnerabiliza e expõe”. Manteve-se, assim, no imaginário social, a ideia sempre acalentada para as elites, que aos pobres sempre esteve reservado um lugar de subalternidade e submissão e em muitos casos, o lugar de responsável pela insegurança social e aumento da criminalidade (COIMBRA,2001; COIMBRA; NASCIMENTO, 2005). Assim, podemos observar, que cada vez mais mantém-se as condições que conduz o público infantojuvenil para a situação de sobrevivência nas ruas.

Vários fatores já foram identificados como responsáveis pela ida e permanência de crianças e jovens nas ruas: desemprego dos pais ou necessidade de completar a renda familiar (MORAIS; NEIVA-SILVA KOLLER, 2011; SILVA, 2013; SILVA; AVELAR,2017); violência doméstica (MOURA; SILVA; NOTO, 2009; SILVA, 2013); busca por liberdade e sentimento de pertença (CIRINO; ALBERTO,2009; SILVA, 2013; MELLO, 2010); conflitos comunitários e uso de drogas e o tráfico de drogas (MONTEIRO,2013; SILVA; 2013; MARINHO, 2012).

O tráfico de drogas, tem se configurado como o meio de obter sustento de muitas famílias e não se pode ignorar, que tanto às crianças como os jovens das classes pobres são atraídos pelos apelos do consumo, e além de toda uma carência de redes de apoio e possibilidades de obtenção de cidadania, como assinala Diógenes (2009, p. 276) “foco de uma tensão por representarem o segmento-alvo da publicidade, da sedução do consumo” e ao mesmo tempo serem o segmento que menos têm acesso a ele, pois conforme Galeano (2012):

A publicidade manda consumir e a economia o proíbe. As ordens de consumo, obrigatórias para todos, mas impossíveis para a maioria, são convites ao delito. Sobre as contradições de nosso tempo, as páginas policiais dos jornais ensinam mais do que as páginas de informação política e econômica. Este mundo, que oferece o banquete a todos e fecha a porta no nariz de tantos, é ao mesmo tempo igualador e desigual: *igualador* nas ideias e nos costumes que impõe, *desigual* nas oportunidades que proporciona (GALEANO, 2012, p. 30).

Nesse sentido, participar do tráfico, significa para o jovem a realização do desejo de pertencer a algum lugar, a possibilidade de acesso aos bens de consumos inacessíveis a eles em outras condições, fazendo-os cair nas redes do tráfico, para o qual são apenas mão-de-obra barata e facilmente substituíveis. De acordo com Freixo (2006) tráfico de drogas, trata-se de

[...]uma empresa capitalista das mais eficientes e completamente adaptada à realidade neoliberal que se instalou no Brasil na década de 1990. É uma empresa concentradora de renda, altamente lucrativa, que utiliza mão-de-obra barata. É uma empresa que se estabeleceu num espaço onde ela não tem nenhuma preocupação com exigências legais ou cobranças de impostos. É uma empresa forte, onde a mão de obra não tem a

menor ideia do quanto rende a empresa. E o efeito social disso é terrível (...) (FREIXO, 2006, p.1).

O tráfico agrava os conflitos comunitários, levando cada vez mais as crianças e jovens para as ruas, expulsando-os de sua comunidade. Marinho (2012), acredita que esse é um dos principais fatores que produz essa expulsão.

Nos relatos dos jovens moradores de rua, especialmente do grupo masculino, ouvia com uma certa frequência que muitos deles estavam impossibilitados de viver com suas famílias em suas comunidades por causa de algum conflito desencadeado com os traficantes e “aviõezinhos”<sup>27</sup> da região. Na maior parte dos casos, os jovens compravam crack e não pagavam pelo produto, ficando, portanto, ameaçados de morte pelos traficantes. Em outras situações, os conflitos eram motivados por causa de desavenças, desconfianças e traições quando os jovens eram os trabalhadores desse mercado (MARINHO, 2012, p. 75).

No caso de jovens em situação de rua, e das comunidades pobres em geral, conforme apontado na pesquisa de Monteiro (2013), que a aproximação deste com o tráfico, na maioria das vezes, é orientado pelo desejo de ganhar dinheiro para consumir drogas, fazendo-os o consumir o produto que devem vender e originando assim uma dívida com o traficante da comunidade ou da área da rua onde se estabelecem. E ainda segundo a autora, esses conflitos têm agravado a questão da letalidade para esse público, pois muitos jovens são exterminados por conta de “ajuste de contas”. Vale destacar, que geralmente, os ajustes de conta não são investigados, naturalizando-se e justificando a morte dos jovens, por seu envolvimento com o mundo do crime (PAIVA, 2019).

### **3.3 Crianças e jovens em situação de rua: Precariedade, reconhecimento, invisibilidade e vidas produzidas para a “exceção”**

Acreditamos que diante do exposto até o presente momento tenha claro que há uma diferenciação bem nítida entre criança e jovens das classes subalternas e aqueles das classes economicamente bem-sucedidas. As formas de vida desses indivíduos nos remetem sempre ao questionamento sobre as contingências sociais e históricas que levam a produção de vidas que são desconsideradas como vidas “dignas de ser vivida”.

Judith Butler (2015), alinhada com esse pensamento escreve que a vida não tem para

---

<sup>27</sup>Aviãozinho é o termo utilizado no jargão policial para definir distribuidores de drogas que geralmente se trata de crianças e adolescentes pobres que são facilmente descartáveis pelos traficantes maiores.

todos o mesmo significado. Embora todo ser humano seja dotado de uma condição precária, Butler (2004; 2015) compreende essa precariedade em duas dimensões: A primeira admite uma ontologia social do corpo que o define como vulnerável e interdependente e segunda, como uma distribuição desigual de condições que dariam suporte à vida, tendo-se assim uma “precariedade induzida” ou maximizada. Assim, embora seja reconhecida uma precariedade inerente ao próprio corpo, o simples fato de nascer, não garante ao indivíduo que ele terá sua vida preservada e cuidada. Pois a vida, para ser “qualificada” como vida, depende de normas de reconhecimento, de “enquadramentos epistemológicos”. Portanto, não há vida fora das “operações de poder” e de “mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida.” (BUTLER, 2015, p. 13-14).

As crianças e jovens das classes pobres e expressivamente aquelas que sobrevivem nas ruas, como vimos até agora, são exemplos de como o abandono por parte do poder público, significam a produção de vidas “descartáveis”. É fácil perceber, que mesmo as políticas sociais que se revestem de solucionadora das desigualdades, possuem mecanismos implícitos que as mantêm. A uma parcela dessas crianças e jovens, desde que se “enquadrem” às normas vigentes, é permitida alguma forma de reconhecimento; à maioria, porém, está reservada apenas a condição de populações em máxima precariedade, isto é, vidas não “passíveis de luto”. Essas pessoas são as marcas de uma sociedade que produz vidas que de acordo com Butler (2015;2018), são vidas “perdíveis”, pessoas que de alguma maneira não interessa que vivam, pois são vidas não dignas de serem vividas, pois de certa forma, já nasceram mortas:

a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações - alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas ‘destrutíveis’ e ‘não passíveis de luto’. Essas populações são ‘perdíveis’, ou podem ser sacrificadas precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas uma ameaça a vida humana como a conhecemos (...). Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vidas dos vivos. (BUTLER, 2015, p.53).

Crianças e jovens em situação de rua seriam então portadores do que Mione Sales(2007) descreve como “cidadania escassa”, ou seja a condição que se traduz “como modalidade de inscrição sócio étnica subalternizada de vários grupos e segmentos sociais na divisão e repartição das riquezas do país [...]” (SALES, 2007, p.48). Dessa afirmativa, podemos inferir que crianças e jovens e adolescentes em situação de rua são frutos de várias desigualdades que se interseccionam e os coloca em condição de “máxima precariedade”, pois segundo o

raciocínio da autora mencionada, a realidade do público infanto-juvenil pobre é estruturada a partir de uma formação social assentada numa profunda “diferenciação social”(SALES, 2007,p.51) negando-lhes o acesso à cidadania e a plenitude dos direitos. Para a autora a sociedade brasileira se constituiu “marcada por discriminações sociais, étnicas, de gênero, religiosas e culturais, polarização entre privilégios e carências, repressão, corrupção e autoritarismo [...] (SALES,2007, p. 56). Por conta do autoritarismo e do afã em proteger os interesses da elite, há um solapamento de direitos e o processo de criminalização da pobreza, o que a coloca como alvo constante de ações violentas segregacionistas e por muitas vezes, de extermínio.

Assinalamos anteriormente que algumas crianças e jovens em situação de rua, como meio de sobrevivência, têm sido levadas à prática de atos ilícitos que os coloca como potenciais vítimas de situações de violência impetradas que se “justificam” a partir de suas formas de vida. Existe um hiper dimensionamento das ações dessas pessoas como responsáveis pelo aumento da violência urbana e de crimes contra a sociedade constituída. Claro que isso não é algo novo no Brasil, em 1993, Silva e Milito (1993) evidenciavam essa tendência de considerar crianças e jovens em situação de rua, como responsáveis pela “intranquilidade” da sociedade carioca<sup>28</sup> e de comumente se usar a expressão “matar os sujinhos”.

A fragilidade aumentada, produzida a partir da carência e negligência em relação a determinadas populações, origina grupos que foram denominados por Arendt (1989, p. 300) como “refugio da terra”, e embora se referisse aos grupos migrantes da Primeira Guerra Mundial, se pode observar que existiria uma tendência dali por diante da “produção” de populações inteiras desprovidas de direitos e proteção estatal e, portanto, expostas a toda sorte de violência, por não pertencerem a lugar nenhum. Butler (2015) acredita que na contemporaneidade, vive-se em constante situação de guerra, que produzem normas de dominação aumentando a condição de precariedade que

[...] assume significados específicos nas condições bélicas contemporâneas: a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações - alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas ‘destrutíveis’ e ‘não passíveis de luto’ . Essas populações são ‘perdíveis’, ou podem ser sacrificadas precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas uma ameaça a vida humana como a conhecemos[...]. Consequentemente, quando essas

---

<sup>28</sup> Nesse período o Rio de Janeiro era alvo dos chamados “arrastões” . Esse termo teria surgido na mídia carioca entre 1989, para designar ações de jovens, que emergindo das favelas, começaram a frequentar a zona sul do Rio de Janeiro e praticavam assaltos em bandos. Denominados de pivetes, esses jovens eram responsabilizados pela violência que se tornava crescente na década de 1990 (ARRUDA, 2010).

vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vidas dos vivos (BUTLER, 2015, p.53).

Percebe-se então, que mesmo diante de uma nova configuração dada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Estatuto da Juventude a lógica é de desrespeito aos direitos e a peculiaridade desses indivíduos, fazendo com que se creia, que para esses grupos, o Estado de Exceção é a regra (BENJAMIN, 1987). E a cada dia, o cotidiano parece confirmar isto: conforme reportagem publicada no G1 em junho de 2019, que afirma ter sido registrado no Brasil entre 2015 e 2017, pelo menos 17.386 casos de violência contra moradores de rua, sendo os atingidos, em cerca de 38%, pessoas entre 15 e 24 anos de idade; 50,8 do sexo feminino e 54,8 % de pele negra e parda; em 37% dos casos, a violência foi praticada por desconhecidos, o que evidencia que o simples fato de estar na rua já é um motivo para a agressão(G1,2019).

Em relação ao segmento criança e jovens menores de 18 anos em situação de rua, estes são mantidos numa dupla invisibilidade, pois não são contemplados em censos populacionais (ABREU; OLIVEIRA; XAVIER, 2009) e são ignorados no contexto da política nacional em população de rua e não contemplados com serviços específicos.

O último censo de que se tem notícia foi realizado em 2011 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA) por meio de parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDEST), em 75 cidades (com mais de 300 mil habitantes) que identificou 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua (CONANDA/ SNPDCA, 2011).

Predominam nas ruas crianças e adolescentes do sexo masculino (71,8%). A faixa etária predominante é entre 12 e 15 anos (45,13%).

Quase metade das crianças e dos adolescentes em situação de rua (49,2%) se declarou parda ou morena e se declararam negros 23,6%, totalizando 72,8%, proporção muito superior à observada no conjunto da população.

A pobreza é um dos principais fatores explicativos da existência de crianças e adolescentes em situação de rua.

E pode-se constatar que há recorte etário, de classe e raça bem específico e se levarmos em conta outro dado significativo sobre esse recorte, tem-se a confirmação da existência de vidas que são tal forma desprotegidas, que são simplesmente passíveis de eliminação. Refiro-me à afirmação de Cerqueira *et al* (2017), de que cada 100 pessoas são assassinadas no Brasil, 71 são jovens do sexo masculino e negros. Em Fortaleza, o Comitê Cearense pela Prevenção

de Homicídios na Adolescência<sup>29</sup>, apresentou dados bem atualizados sobre o fenômeno da letalidade ocorrida sobre a população negra, adolescente e periférica. Segundo o relatório que traz dados constantes do IHA, o Índice de Homicídios na Adolescência saltou de 2,35 para 9,92 por 1.000 adolescentes entre 2005 e 2012. Resultado do esforço de alguns parlamentares em conjunto com organizações da sociedade civil e comunidade acadêmica, esse estudo se destaca pelo fato de considerar os aspectos sociais que levam a essas mortes. Esta iniciativa resultou no Movimento Cada Vida Importa, que conta com o envolvimento de pesquisadores de universidades cearenses numa ampla campanha que tem como objetivo chamar a atenção sobre a letalidade que atinge os jovens da periferia cada vez mais cedo e suas relações com mecanismos de dominação e a produção de vidas que são gestadas numa política de morte (NEGREIROS; QUIXADÁ; BARROS, 2018).

Embora não apresente dados específicos sobre o público infante juvenil em situação de rua, pode-se utilizar este estudo como referência, levando em conta que a origem das crianças e jovens em situação de rua se constituem exatamente nesses contextos periféricos. São territórios negligenciados, territórios que são reconhecidos apenas pela violência, onde reina a criminalidade, portanto estigmatizados, aonde o estado só chega em forma de repressão. É isto que se evidencia numa reportagem do jornal Tribuna do Ceará, publicada em outubro de 2017 cujo título é bastante esclarecedor: *Violências invisíveis: direitos básicos faltam onde a criminalidade é iminente*, torna evidente a existência de territórios que abandonados, produzem pessoas que impelidas à criminalidade, são considerados descartáveis. Nessas áreas, faltam todos os direitos básicos necessários a uma sobrevivência digna (TRIBUNA DO CEARÁ, 2017). Vale enfatizar, que área mencionada na reportagem, a comunidade Moura Brasil, popularmente conhecida como Oitão Preto era a comunidade de origem de alguns jovens com quem conversei durante as visitas ao contêiner do Projeto Corre Pra Vida, mencionado na seção destinada a metodologia.

É importante pontuar que a maioria dos atos cometidos contra as pessoas desprovidas de bens materiais, sejam aqueles em situação de rua, sejam os habitantes das periferias, não são apurados a responsabilidade, pois, via de regra, há uma preocupação imediata em desqualificar essas pessoas e atribuir a violência contra eles como resultado de seu envolvimento com o tráfico de drogas, e os crimes são atribuídos a “acertos de contas”, mascarando muitas vezes o

---

<sup>29</sup> Este Comitê, surgido como iniciativa da Assembleia Legislativa do Ceará, teve como objetivo saber o porquê do número de mortes de crianças e jovens na idade entre 10 e 19 anos, ter aumentado tanto no Ceará (CEARÁ, 2016).

abuso de poder por conta de agentes estatais. Na verdade, são ignoradas as mortes daqueles que não estão necessariamente envolvidos com criminalidade, que são alvos de “enganos” pelo simples fato de serem pobres, negros e viverem na periferia.

Das afirmações de Butler (2004, 2015, 2018) podemos estabelecer diálogo com estudos de Agamben (2004) sobre o Estado de Exceção, na qual ele fornece uma atualização do conceito de biopolítica. Demetri (2017, p. 2) entende que Agamben tensiona conceitualmente o biopoder que é descrito por Foucault como tendo como eixo central a vida e sua regulação através do cálculo e cuidado, ou seja, a “gestão da vida”, observando que para muitas populações há uma política de “gestão de morte”.

Para Agamben, a gestão da morte, faz do Estado de Exceção o paradigma das democracias modernas. Por que isto acontece? Na contemporaneidade, se construiu a premissa de que a democracia se estabeleceu como forma de governo prevalente em grande parte do mundo, sobretudo por conta dos efeitos devastadores da Segunda Guerra Mundial. Formas de governo totalitários, que representam ameaça à vida das pessoas, deveriam ser duramente rechaçados. Porém, Agamben atenta que as experiências da Segunda Guerra despertaram uma situação que tem sido constantemente reeditada pelos governos em tempo de “crises”: o estado de exceção. Isto é, um mecanismo de suspensão da lei, em momentos considerados de “emergência”, sendo uma condição prevista dentro da própria democracia. Se caracteriza pela perda dos direitos civis de grupos, permitindo ao governante agir de forma soberana e inconstitucional. Assim “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal do que não pode ser legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12), sendo uma característica do

(...) totalitarismo moderno que pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (AGAMBEN, 2004, p. 13).

É importante está atento, que as “crises” acontecem exatamente quando numa condição insustentável, começam a surgir “resistências” e “insurreições”, ou seja, crises de segurança que abalam o sistema político e econômico vigente. O exemplo trazido por Agamben é a guerra desencadeada contra os terroristas depois do 11 de setembro de 2001, que ocasionou a suspensão dos direitos civis de vários grupos (AGAMBEN, 2004).

Considerando-se o grande número de não integráveis ao sistema e que o modelo neoliberal capitaliza as vidas humanas no sentido da geração de lucros e que a cultura do empreendedorismo (COSTA, 2009), ao mesmo tempo que responsabiliza as pessoas por seus

fracassos, produz pessoas “fracassadas” sob a lógica da rentabilidade neoliberal, que são oriundos do abandono estatal, se pode supor que essa dinâmica é intrínseca à dinâmica do próprio capitalismo, que gera “formas de vida”<sup>30</sup> específicas, temos os argumentos para compreender as práticas contra as crianças e jovens da classe pobre e que necessitam utilizar a rua para sobreviver pois esses fazem parte do grupo daqueles que

[...] começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo. Muito pelo contrário, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade etc. (HILÁRIO, 2016, p.203).

Pode-se dizer que a falta de efetividade das leis, a falta de investimentos em políticas de garantias de direitos, apesar do reconhecimento formal deles, funciona como mecanismo que permita operar a exceção, configurando o que Benjamin disse sobre o permanente estado de exceção na vida dos oprimidos. Ruiz (2010) traz uma excelente reflexão sobre isso:

Para os excluídos, viver em estado de exceção é a norma. Contudo, neles impera uma exceção duplamente paradoxal. Sua vida é privada dos direitos básicos, porém não há um ato de direito que decreta tal suspensão, pelo contrário: os seus direitos são garantidos pela Constituição. O irônico desse paradoxo é que a exceção opera sobre eles como um fato sem que exista um ato de direito que a decreta. Nessa condição, os oprimidos não podem se insurgir contra uma vontade soberana que os submete a tal condição. Para o direito, eles têm todas as garantias legais, não existem como excluídos de direitos. Sua exceção foge ao ato político da vontade soberana para diluir-se na trama das estruturas do mercado que decreta sua condição de vida excluída. A condição da vida excluída sofre outro desdobramento da retirada dos direitos fundamentais, da exceção, em que o soberano se oculta no anonimato dos dispositivos de poder para deliberar com maior eficiência e menor imputabilidade (RUIZ, 2010, p.343).

Sendo assim, acontece em lugares que Hilário (2016) denomina de “periferias do capitalismo” um outro modelo de gestão neoliberal: a Necropolítica, conceito que define a forma de governo nas democracias contemporâneas. O conceito, que segue os mesmos passos da revisão do conceito da biopolítica seguido por Agamben (2004), segundo Hilário (2016) é um resultado do esforço do filósofo camaronês Mbembe de construir uma teoria crítica periférica, pois segundo o autor: “(...) Achille Mbembe (...) condensa em sua noção de necropolítica tanto a tarefa de resgatar a potencialidade crítica quanto a de exercê-la a partir da

<sup>30</sup> Forma de vida é entendida aqui como uma categoria que permite entender tanto a administração da existência na sociedade capitalista, a partir da orientação de como pessoas e grupos devem viver (JAEGGI, 2015; 2005) como também nas contradições e impossibilidades de adequação completa à ordem estabelecida, os modos de resistência (AGAMBEN, 2015).

periferia do capitalismo” (HILÁRIO, 2016, p. 196).

O conceito de Necropolítica, criado por Mbembe (2018) a partir os estudos do Estado de Exceção enunciado por Benjamin (1987) do qual o autor se apropria a partir de Agamben; O totalitarismo de Arendt (2012); o racismo de estado de Foucault (2005) e a violência colonial estudada por Fanon (1968) traz a biopolítica específica engendrada nos territórios africanos. A apropriação teórica feita por Mbembe (2018) dos estudos de Fanon (1968), coloca o primeiro na relação de autores que se dedicam aos estudos decoloniais, permitindo que se estude a realidade dos países com passado colonial e que até hoje trazem as marcas da colonização implantada a partir do início da Modernidade ocidental. Como países periféricos, são marcados por situações em que os direitos oscilam de acordo com os interesses da classe dominante.

Mbembe (2018), tal qual Agamben (2004), alerta para a existência de uma construção social de inimigo, que, no caso do Brasil são retratados pelo “mito das classes perigosas” (COIMBRA, 2000) pela “metáfora da violência” que se constituem os jovens das classes pobres, que por infelicidade, são praticantes de atos infracionais ou até mesmo, simples “suspeitos” (SALES, 2007). E pode-se perceber ao longo deste texto, que as crianças e jovens que são caracterizados como em situação de rua são, geralmente, encaixados nesse “perfil”.

A meu ver, os estudos de Mbembe ao deslocar os estudos sobre biopolítica do centro europeu para as chamadas periferias do capitalismo, onde sempre foram cometidos atos de violência e opressão, ignorando-se as premissas da democracia, é de extrema importância para compreender as especificidades brasileiras. No caso do Brasil, Bento (2018) afirma que no Estado brasileiro “algumas” (vidas) nascem para viver, outras são vidas matáveis”, numa intersecção entre “negligência” e “deliberação” (BUTLER, 2018) para a construção de uma “cultura política baseada na eliminação do outro” (BENTO, 2018, p.4). É claro que toda uma situação de agressão, rechaço e humilhação, pela própria plasticidade do ser humano (CIAMPA, 1987/1998), podem resultar numa reação violenta por parte daqueles que são negligenciados e violentados, originando formas de vida, que são reações às violências recebidas.

E aqui destaco a importância de discutir outros dois termos que introduzem a teoria da identidade que será discutida amplamente na última parte deste trabalho: os conceitos de invisibilidade e reconhecimento, considerados fundamentais para propiciar um meio de compreensão para a identidades estigmatizadas marginais/ violentas/ perigosas atribuídas às crianças e adolescentes em situação de rua e como de certa forma, eles parecem se apropriar dessas identidades como as únicas possíveis. A ideia é contrapor o estigma de violentos

negando certas ações de crianças e jovens em situação de rua como atos de violência sem sentido, originados numa suposta identidade violenta, e colocar esses atos, na esfera da luta por reconhecimento e visibilidade, essenciais para a compreensão da identidade como metamorfose.

Agamben (2014, p. 77), baseado em Hegel, acredita que “o desejo de ser reconhecido pelos outros é inseparável do ser humano” e para obter reconhecimento o ser humano coloca em risco a própria vida. Diante disto, as formas de vida consideradas descartáveis pelo próprio sistema que os gera, se constituíram, paradoxalmente, como uma manifestação de luta contra esse mesmo sistema.

Ao escrever sobre Reconhecimento, Honneth (2003) afirma que há três padrões de reconhecimento intersubjetivo: Amor, direito e solidariedade. O amor, seria a primeira dessas dimensões, pois é desenvolvido nas relações primárias dos indivíduos em relação, inicialmente à mãe e por extensão ao resto dos familiares. Honneth aponta que:

A assistência com que a mãe mantém o bebê em vida não se conecta ao comportamento infantil como algo secundário, mas está fundido com ele de uma maneira que torna plausível supor, para o começo de toda vida humana, uma fase de intersubjetividade indiferenciada, de simbiose, portanto (HONNETH, 2003, p. 166).

O que o autor quer dizer, é que essa primeira experiência, onde bebê e mãe parecem ser um só, é essencial para o desenvolvimento psíquico dos indivíduos, pois oferece a sensação de segurança que aos poucos, vai permitindo que os indivíduos estendam seus afetos em relação a outras pessoas da família e que surjam relações de amizade, tão importantes para o reconhecimento recíproco entre os indivíduos, estabelecendo-se assim a autoconfiança, como assinala Honneth (2003):

[...]embora seja inerente ao amor um elemento necessário de particularismo moral, Hegel fez bem em supor nele o cerne estrutural de toda eticidade: só aquela ligação simbioticamente alimentada, que surge da delimitação reciprocamente querida, cria a medida de autoconfiança individual, que é base indispensável para a participação autônoma na vida pública (HONNETH, 2003, p.178).

A segunda dimensão, por sua vez, se estende para além do universo familiar e vai colocar o indivíduo em suas relações com o outro. Essa dimensão vai além da estima e abrange o campo do direito e segundo Werle e Melo (2007, p.188) “essa esfera jurídico moral assegura aqueles direitos que permitem que a pessoa seja reconhecida como autônoma e moralmente imputável, possibilitando assim o desenvolvimento de autorrespeito”.

A terceira dimensão do reconhecimento finalmente, que se refere ao domínio da sociedade e da valoração social, abrange o pertencimento do indivíduo em uma comunidade de valores que o reconhece de maneira solidária, como sujeito de direito. Enquanto a segunda dimensão, se refere ao reconhecimento dos direitos e ao respeito que deve ser direcionado às pessoas, essa dimensão se trata da estima social, da inserção dos indivíduos numa sociedade de valores, e no respeito à sua individualidade. Se o reconhecimento jurídico trata da propriedade universal que faz do indivíduo “uma pessoa”, a solidariedade irá considerá-lo em suas “propriedades particulares que o caracterizam diferentemente de outras pessoas” (HONNETH, 2003, p.187). Essas dimensões, proporcionam o que Honneth (2013, p.65) descreve como “formas de autorrelação (sic) prática positiva” que são o autorrespeito, a autoconfiança e a autoestima.

Postas estas três dimensões, Honneth aponta que ao se verem desrespeitados nessas dimensões, os indivíduos reagiriam e daí surgiriam os conflitos sociais. Conforme Werle e Melo (2007, p.189):

a cada forma de reconhecimento, corresponde uma forma de desrespeito: maus tratos e violação, que ameaçam a integridade física e psíquica, em relação à primeira; privação de direitos e exclusão, que atingem a integridade social do indivíduo como membro e uma comunidade político-jurídica, na segunda; e degradação e ofensas que afetam os sentimentos de honra e dignidade do indivíduo como membro de uma comunidade cultural de valores, no caso da terceira esfera de reconhecimento. Cada uma delas abala de modos diversos a autorrelação prática da pessoa, privando-a do reconhecimento de determinadas dimensões de sua identidade.

Nesse aspecto, para Honneth, no desrespeito a essas dimensões, se criam as condições necessárias às lutas que podem resultar em transformações sociais. Não por acaso, ao prosseguir nos seus estudos, Honneth percebe, que existem pontos na sua teoria que, desconsideram que existem nas sociedades atuais certos grupos que são invisibilizados socialmente e que mesmo que procurem lutar por reconhecimento, sua condição de invisível se constituiria uma impossibilidade. Honneth (2011) aponta, ilustrando com o exemplo do romance de Ralph Ellison, *O homem invisível* que a invisibilidade é produzida a partir de atos de superioridade dos “dominantes”, frente seus “subordinados,” demonstrando-lhes que não os percebem (HONNETH, 2011, p.166).

Embora num primeiro momento Honneth se refira ao comportamento dos dominantes diante de seus subordinados, que se manifestam no cotidiano e até em situações de intimidade, quando por exemplo, se despem diante dos criados como se esses lá não estivessem, ao usar o romance de Ellison, que trata do desrespeito com as pessoas negras, por considerar seu passado

de servidão, estende essa condição de invisibilidade para além da fronteira doméstica, denotando que a escravidão negra foi responsável pelo alastramento da condição de invisibilidade:

De estas situaciones de invisibilidad descritas por Ralph Ellison con presencia física se distinguen por su carácter particularmente activo: aquí los protagonistas, esto es, los señores blancos, parecen querer indicar a todos intencionalmente que manifiestan a las personas negras presentes que ellos no son visibles (HONNETH, 2011, p. 166)<sup>31</sup>

Então, o exercício de tornar as pessoas invisíveis, para Honneth, não seria um acaso, em que, sem querer, as pessoas não são vistas, mas um ato performativo, intencional, que pretende desclassificar e depreciar as pessoas, ao “*mirar a través*”<sup>32</sup>(idem) delas, como se elas não estivessem lá. E não se trata apenas de demonstrar aos outros que elas são invisíveis, mas de convencer a elas mesmas que não estão sendo vistas, que são sem importância constituindo assim uma violência que lhes nega a possibilidade de reconhecimento, gerando então nos indivíduos, sentimentos de exclusão e revolta, por reconhecer sua própria invisibilidade. Honneth ilustra esse sentimento de revolta, usando a alegoria do personagem de Ralph Ellison quando este reage e segue “*golpeando adiestro y siniestro*”<sup>33</sup> no sentido de romper com sua condição de invisibilidade.

É importante ressaltar que o tensionamento, ou seja, as lutas por reconhecimento defendidas por Honneth (2003), são as responsáveis pelo que Butler (2005) denomina de “rompimento do quadro”, que se manifestam propiciando certos “alargamentos” e surgimento de políticas identitárias importantes para certos grupos.

Exemplo disto, são as políticas afirmativas que já mencionamos como o ECA e o Estatuto de Juventude, que visam responder a uma comoção social provocada pela visibilidade de certas questões e ao mesmo tempo visam acomodar determinados conflitos. É importante estar atento, porém, para os novos enquadramentos que as políticas podem propiciar ao responsabilizar os sujeitos por seus fracassos, mascarando a falta de efetividade das políticas engendradas no projeto neoliberal de negligência e abandono dos grupos considerados

<sup>31</sup> Tradução nossa. “Destas situações de invisibilidade com presença física se distinguem os casos descritos por Ralph Ellison por seu caráter particularmente ativo: aqui os protagonistas, isto é, os senhores brancos, parecem querer indicar a todos intencionalmente que manifestam as pessoas negras presentes que eles não são visíveis”. (HONNETH, 2011, p. 166).

<sup>32</sup> Olhar através de.

<sup>33</sup> “Batendo a torto e à direita”, refere-se a uma pessoa que se sentiu ameaçada ou encurralada e atacou a todos que se encontravam ao seu alcance, sem se preocupar se eram amigos ou inimigos.

marginalizados. São as armadilhas das políticas de identidade para quais Ciampa (2002) e Almeida (2019) chamam atenção, pois muitas vezes, servem de mecanismo de regulação e acomodação ao sistema estabelecido, dando aos indivíduos a sensação de que estão tendo direitos respeitados, quando na verdade estão sendo envolvidos numa teia de responsabilização individual.

Nesse sentido, concordamos com Butler (2018) de que a luta é constante e para o entendimento da identidade humana como metamorfose, demonstra a capacidade humana de reagir diante das situações de opressão na eterna busca de vir- a -ser. É nessa perspectiva que, na seção seguinte, apresentarei as narrativas de Teseu, Aquiles e Jasão, três heróis que insistem na vida. Apesar de tudo.

#### **4.A IDENTIDADE HUMANA COMO METAMORFOSE E LUTA POR RECONHECIMENTO: AS VICISSITUDES DA VIDA NAS RUAS**

Estudos expressivos foram realizados no sentido de atribuir características às crianças e jovens em situação de rua. Uns admitem que existe uma identidade social de crianças e jovens em situação de rua, promovidos por uma “cultura de rua” (MATIAS, 2011) que os leva a adotar o deslocamento, a circulação e a instabilidade como constitutivas de sua identidade (GREGORI, 2000). Assim, para a autora as crianças e jovens manipulam “recursos identificatórios”, levando-os a cristalização de uma identidade de “rua”, caracterizada pela “viração” (GREGORI, 2000, p. 31). Há nessa ideia, o pressuposto de que a viração seria um fim em si mesmo, pois ele (o menino) “[...] está longe de conseguir projetar um caminho de saída da menoridade. Seu destino permanece preso na circularidade das ações. Parece condenado a ser, para sempre, um menino de rua” (GREGORI, 2000, p. 22).

Leal (2007) discorda da existência dessa cultura de rua, ou da prisão na “circularidade dessas ações.”, afirmando que não há uma identidade que a rua crie, mas que há um espaço de identidade, do qual os que necessitam utilizar a rua como espaço de sobrevivência, se apropriam no sentido de tornar o viver nas ruas, possível. Na rua, se travam relações sociais que reproduzem os “valores sociais dominantes” (RIZZINI; COUTO, 2019, p.108), e os que as pessoas fazem é se utilizar desse espaço da melhor maneira possível. Assim, “a rua, enquanto construção social só pode ser pensada enquanto espaço de relações sociais, se há algo que a rua constitui, não é propriamente uma ação sua, mas das relações que se travam cotidianamente nesse espaço”. Portanto, não há uma fixidez de identidade, mas a identidade social de crianças e jovens em situação de rua, só é constituída e mantida pela desigualdade presente na sociedade capitalista (LEAL; MACEDO, 2015).

Ciampa (1977), alerta para as armadilhas da pressuposição da identidade social e a ideia de cristalização pois pode ser de maneira ideológica, um veículo de manutenção das desigualdades. Admitir que existe uma identidade social que constitui crianças e jovens em situação de rua com características específicas e fixas, pode ser um meio de aprisioná-las a uma identidade que não admite metamorfose. E estudar a identidade como sintagma identidade-metamorfose-emancipação permite perceber que a identidade é luta por reconhecimento e emancipação.

#### 4.1. Psicologia Social Crítica e os estudos de identidade metamorfose

De modo geral, os estudos sobre identidade, denominada inicialmente de personalidade, privilegiava o aspecto individualista, sob as bases do discurso biomédico que versavam sobre o “normal” e o patológico, o natural e o “inerente”. Priorizava-se o ser, biológico e individual que instituiu uma separação entre indivíduo e o grupo, entre homem e sociedade. A partir daí, pressupunha a existência de padrões normativos, que colocava quem não se “encaixava” como portador de uma “personalidade desviante”. Tratava-se também, de teorias “científicas” carregadas de conteúdo moral que colocava dentro de um espectro de delinquente todos aqueles que não se enquadrassem adequadamente inclusive atribuindo-lhes características físicas específicas.<sup>34</sup>

Essa patologização do comportamento humano como algo natural e intrínseco a ele, levou a estigmatização de vários grupos sociais, influenciando a psicologia social brasileira, tornando crime e loucura como algo indissociável (RAMOS,1937), ignorando a relação dialética homem-sociedade. Deste modo, se considerarmos que grande parte da população brasileira é constituída de negros, índios e por sua vez pobres, a disseminação dessa ideia serviu bastante ao processo de dominação da chamada elite brasileira sobre aqueles considerados subcidadãos (SOUZA,2018) ou ainda portadores de uma cidadania escassa (SALES, 2007).

As transformações ocorridas nas ciências humanas, que consistia na elaboração de paradigmas que dessem resposta às especificidades da sociedade brasileira e suas desigualdades, reverberou na psicologia social brasileira dando origem a chamada “crise” da psicologia e que segundo Bernardes (2010) se caracterizou por ter como pontos principais a crítica

[...] dependência teórica metodológica, principalmente dos Estados Unidos, a descontextualização dos temas abordados, a simplificação e a superficialidade análises destes temas, a individualização do social na psicologia social, assim como a não preocupação política com as relações sociais no país e na América Latina. A palavra de ordem era a transformação social (BERNARDES, 2010, p.30).

Vale ressaltar, que esta crise não se tratou de um fenômeno tipicamente brasileiro, mas de toda a América Latina, que apresentava condições de desigualdades semelhantes à realidade

---

<sup>34</sup> Deve-se a Césare Lombroso (1835-1909) a aplicação da medicina legal aos estudos de pessoas com “comportamento criminoso”, onde eram incluídos aqueles com sofrimento psíquico, as que haviam cometido crimes, ou que apresentavam comportamento moral considerado inadequado, como prostitutas e homossexuais. A criminalidade era associada ao tamanho da mandíbula, a conformação do cérebro, a estrutura óssea, e hereditariedade biológica etc. (LOMBROSO, 1876/2007).

brasileira. Tratava-se de uma crítica veemente ao positivismo que até então era predominante nas ciências humanas, da qual a psicologia social não podia se furtar. E aos poucos, foi sendo desvendado o caráter ideológico do modelo positivista no sentido de manter as relações de dominação sobre os povos da América Latina. Dessa crise, resultou o que foi denominado de Psicologia Social Crítica.

No Brasil, a pioneira nestes estudos foi Sílvia Lane (2004) que acreditava que ao procurar a “objetividade dos fatos”, “o positivismo perdera o ser humano” desconsiderando-o como “agente de mudança” e “sujeito da história” (LANE, 2004, p.12). Para a autora era

[...] necessário recuperar o subjetivismo enquanto *materialidade psicológica* (grifo da autora). A dualidade físico X psíquico implica uma concepção idealista do ser humano, na velha tradição animística da psicologia, ou então caímos num organicismo onde homem e computador são imagens e semelhança um do outro. Nenhuma das duas tendências dá conta de explicar o homem criativo e transformador. Tornou-se necessária uma nova dimensão espaço- temporal para se apreender o Indivíduo como um ser concreto, manifestação da totalidade histórico-social- daí a procura de uma psicologia social que partisse da materialidade histórica produzida por e produtora de homens (LANE, 2004, p.15).

Na sua tarefa de construir uma proposta teórico metodológica que desse conta de superar os moldes positivistas e ao mesmo tempo atendesse a realidade do Brasil, Lane buscou suas bases teóricas nos soviéticos Vigostski e Leontiev e a partir das categorias do psiquismo humano, propostas por este último, Atividade Consciência e Personalidade (LEONTIEV, 1978). Segundo esse referencial, Lane e seus colaboradores, com algumas reformulações, propuseram as bases da Psicologia Social Crítica no Brasil (LIMA, 2012).

Uma das modificações foi exatamente a introdução da categoria identidade proposta por Antônio da Costa Ciampa em sua tese. Este autor, já em 1977, procurava evidenciar em sua dissertação de mestrado que a compreensão da identidade parte da compreensão da relação indivíduo sociedade, e que essa só “é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com esse mundo. Ela é formada através de processos sociais que são determinados pela estrutura social” (CIAMPA, 1977, p.19). Ciampa esclarece ainda, baseado em Berger e Luckmann que o inverso também acontece, e “as identidades reagem sobre a estrutura dada, mantendo-a modificando-a ou mesmo remodelando-a” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 68). Neste primeiro momento, o autor procura analisar a identidade e suas relações com a ideologia, abrindo caminho para sua tese que, dez anos depois, apresentaria a identidade humana como metamorfose (CIAMPA, 1987).

Ao apresentar a categoria identidade-metamorfose, Ciampa traz à psicologia social crítica as contribuições de George Mead, reconhecendo a influência do “Outro” na construção

identitária dos indivíduos, fornecendo assim, um referencial teórico que, em linhas gerais, possibilitou desvendar o caráter ideológico dos estudos de identidade numa perspectiva essencialista que ao conceber a identidade como dada, fixa e imutável, reproduz as desigualdades sociais, naturalizando-as.

Ao pensar no que já foi dito até aqui sobre crianças e adolescentes em situação de rua, das identidades fixas, cristalizadas que são atribuídas a eles, percebe-se bem o caráter ideológico dessa premissa: enquanto são considerados como responsáveis sobre sua condição como se fosse um traço estático de sua identidade, desconsiderando-se as condições coletivas e individuais que os atravessaram, se contribui para a ideologia hegemônica e se corrobora as práticas higienistas e de extermínio contra essas pessoas.

Ciampa utiliza a estória fictícia da personagem Severino do poema de João Cabral de Melo Neto e a história real de uma personagem denominada por ele de Severina para construir seu argumento sobre a identidade metamorfose. Ao longo da argumentação vai apresentando as histórias das personagens no movimento em que se percebe momentos de regressão e progressão, momentos em que as pessoas ficam a “zero”, “loucas” ou com desejo de morte, afundando, e ao mesmo tempo emergindo à superfície quando são puxadas por outros, evidenciando a interdependência humana e sua necessidade de reconhecimento

É partindo da ideia hegeliana da necessidade humana de ser reconhecido que Ciampa propõe que a identidade se expressa a partir de várias personagens (LIMA, 2010 2012) sendo “impossível viver sem personagens, na medida em que nos apresentamos como representantes de nós mesmos frente aos outros” (LIMA, 2012, p. 16) e que apesar da aparência de não-metamorfose da ilusão de identidade estática, substantiva, sem movimento, se for considerado a relação atividade - consciência - identidade se perceberá a utilização que as pessoas fazem das personagens que se lhes apresentam possíveis:

Afirmamos que a identidade é posta sob a forma personagem. Por outro lado, vimos que personagens são traduzíveis por proposições substantivas que refletem uma concepção de identidade como um traço estático de que um indivíduo é dotado. Finalmente, descobrimos que a visão cotidiana e pragmática de personagem substantiva oculta o fato de que uma personagem substancial oculta se constitui por atividade, sendo traduzível por proposições verbais. (O papel é uma atividade padronizada previamente) (CIAMPA, 1987/1998, p. 136).

Diante disso, o autor elabora os conceitos de mesmice e mesmidade para explicar com o primeiro a ilusão da não-metamorfose e com o segundo os fragmentos emancipatórios. A mesmice, seria o fenômeno decorrente da reposição de personagens que pode se dar como

“consciente busca de estabilidade ou inconsciente compulsão à repetição” (LIMA, 2010, p. 149) isto é, a reposição de personagens possíveis que dariam ilusão de que os sujeitos possuem uma identidade estática. Ciampa denomina as identidades que se apresentam a ilusão de fixidez e imobilidade como identidades fetichizadas ou identidade-mito. Isto aconteceria, porque o indivíduo na “impossibilidade de atingir a condição de *ser-para si*” (grifo do autor), pela necessidade de reconhecimento (lembre-se a importância dos Outros), faz com as identidades possíveis sejam sempre repostas dando a ilusão de não-metamorfose (LIMA, 2012).

No caso de crianças e adolescentes em situação de rua, suas idas e vindas entre as ruas, suas comunidades e as instituições poderia constituir as várias personagens que estes representam, mas que não são percebidas como móveis, pois predomina seu aprisionamento à situação de rua, por não encontrarem situações objetivas e subjetivas que lhes permitam, minimamente, superar essa condição.

Essa situação dá à identidade humana a aparência de dada permanentemente, e pode se constituir um problema de identidade, pois ao dar ao indivíduo uma sensação de sua identidade é preexistente ou determinada, ou seja, o de fetiche de personagem, que impedirá a busca do sujeito por emancipação. Para Lima (2012, p. 19), “o fetiche da personagem também pode ser entendido como um aprisionamento no mundo da mesmice (da não mesmidade) e da má infinidade (a não superação das contradições) (...)”.

Em relação a mesmidade, que dá conta de explicar a metamorfose, recorro à explicação de Lima (2012):

Como foi assinalado anteriormente, é impossível viver sem personagens, quando muito permaneceremos repondo as mesmas (mesmice). A questão também está em explicar como determinadas representações identitárias enunciam e exigem reconhecimento pós-convencional (LIMA, 2010). Novamente, as concepções de Ciampa se aproximam das concepções meadianas e explicam o processo em que o “eu” se contrapõe ao “mim”( como quando eu não me aceito em uma identidade pressuposta), ou utilizando as palavras do próprio Ciampa, em que o “eu” consegue a negação da negação de minha identidade pressuposta com que me identificava e que assim não mais é repostada, possibilitando uma antecipação no sentido emancipatório (LIMA, 2012,p. 21).

Ao analisar sob essa ótica pode-se arriscar dizer que os diversos movimentos de ida e vindas entre suas casas, abrigos e a rua das crianças e jovens em situação de rua, pode se apresentar como tentativas de negar as identidades pressupostas de “meninos de rua”, “pivetes”, “trombadinhas”, mas que são boicotadas pelas falsas possibilidades que essas idas e vindas proporcionam.

Ao considerar que essas possibilidades vão de encontro às suas aspirações porque resultam em aprisionamentos (como caso de serviços de acolhimentos que tentam moldá-los sem considerar sua experiência da situação de rua) as crianças e jovens retornam à condição que lhes garante, pelo menos, a liberdade e não se pode, a meu ver, ignorar em ver nisto como uma busca por emancipação e que, embora os exponha a outras situações de risco e violações, de certa forma se opera como se estes estivessem no controle de suas escolhas.

É observando o desejo das pessoas de querer estar no controle das próprias escolhas que se pode compreender o que Ciampa denomina de a “inesgotável plasticidade” humana, ou seja, sempre há possibilidades de se obter uma meta emancipatória, mas que essas possibilidades dependem de “condições objetivamente dadas” e de “expectativas interiorizadas pelos próprios sujeitos” (CIAMPA, 1987/1998, p. 35). No exemplo do poema de João Cabral utilizado por Ciampa em sua tese, quando Severino migra, ele está no controle de si mesmo para buscar outras escolhas, nem que isto signifique morrer durante a viagem.

No sistema excludente em que se vive, há sempre o conflito entre realidade objetiva e subjetividade, impossibilitando a concretização da humanidade das pessoas.

As impossibilidades dessa concretização provocam reações nas pessoas e de alguma maneira elas buscam encontrar alternativas às condições objetivas que as aprisionam. É nessa perspectiva, que Lima (2010) e Almeida (2019) propõe as atualizações do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, que nos oferece reflexões sobre os limites do reconhecimento, propondo os conceitos de anamorfose (ALMEIDA, 2019) e reconhecimento perverso (LIMA, 2010).

A expressão anamorfose, utilizada por Almeida em seus estudos de identidade humana, foi retirado de uma técnica utilizada na pintura, que era empregada para produzir imagens que exigiam do observador que ele ficasse mudando de posição até que encontrasse um ponto onde pudesse perceber o que havia nessa imagem. Se isto não acontecesse, a imagem se apresentaria deformada e incompreensível:

Vistas do ponto de vista original, as imagens obtidas através da anamorfose (qualquer que seja a forma adotada) parecem “disformes e sem razão” (ibid.: 39), demandando um deslocamento do indivíduo na busca de um novo ponto de vista a partir do qual, uma vez encontrado, elas (imagens) possam adquirir suas reais dimensões [...] (ALMEIDA, 2019, p.128-129).

No caso, podemos traduzir o “ponto de vista original” ou “pontos fixos” (LIMA, 2010) como a visão pelos padrões normativos da sociedade hegemônica. Ao utilizar o conceito de

anamorfose, Almeida (2019) procurou evidenciar que a compreensão da identidade como fixa e estática, impede que se reconheça a humanidade de alguns grupos, por fugirem aos padrões identitários dominantes. As formas de vida adotadas por crianças e jovens moradores de rua os fazem expressivos exemplos desses grupos, que, de acordo com a concepção do capitalismo tardio, são exceções aos padrões, as quais, “se fossem tomadas as medidas certas”, “poderiam ser eliminadas” (LIMA, 2010, p.238).

Embora a anamorfose, no que diz respeito a esse estudo possa nos oferecer uma explicação do modo como os sujeitos são percebidos dentro dos padrões impostos pelo capital hegemônico, individualista e gerador de grupos considerados irreconhecíveis e descartáveis, o conceito de anamorfose também, de forma inversa, expressa novas formas de vidas das quais os indivíduos vão se apropriando e reelaborando suas identidades, o que representaria para Almeida (2019) baseado em Jurandir Freire Costa, formas de resistência

que podem se tanto se dar pelo que ele chama de fraqueza dos excessos (distúrbios psicológicos tais como desânimo, depressão, síndrome de pânico, insônia, estresse físico, dependência química, hipocondria, transtornos da imagem corporal etc.), como também, pela procura e criação de alternativas às ideias dominantes. Estas são condutas possíveis quando as pessoas sentem as determinações que as afetam como anamorfozes de algo imaginado e desejado. Há sempre a possibilidade de alguns indivíduos tentarem emancipar-se da heteronomia e dos enquadramentos a que estão expostos, buscando um novo ponto de vista que lhes permita descobrir/estabelecer uma nova proporcionalidade entre as exigências dos papéis sociais imputados e seus reclamos de coerência, de realização e de autonomia. Em outras palavras, que lhes permita se (re)posicionarem em relação a um ponto de vista fixo (comum a todos os que se encontram na mesma situação que eles) e, neste processo, construir uma nova identidade (ALMEIDA, 2019, p.137).

Sendo da própria natureza humana se reinventar e buscar reconhecimento (lembramos do que foi dito sobre a plasticidade humana), Lima (2010) inclui o conceito de reconhecimento perverso como uma perspectiva da luta por reconhecimento proposta por Honneth (2003). Os estudos de Lima (2010) reforçam a dimensão política dos estudos de identidade na perspectiva de que todo processo identitário se reveste de uma ação das pessoas em busca de fragmentos de emancipação. Lima sustenta e atualiza os estudos de Ciampa no tocante a relação identidade e reconhecimento, seguindo a proposta de George Mead acerca da simultaneidade da socialização e individualização, avançando no sentido de explicar como, a partir da articulação entre o “mim” e o “eu”, podem ocorrer problemas na autodeterminação individual (LIMA, 2012, p.17).

Em sua tese, Lima (2010) demonstrou a insubmissão das pessoas diante de situações não se lhes apresentam satisfatórias, provocando um sentimento de indeterminação e as fazendo reagir ao sofrimento insuportável a que estão submetidas, levando a assumir a identidade

pressuposta de doente mental, como único modo de escaparem a outras determinações que lhes violenta como pessoas e em busca de reconhecimento, ainda que perverso.

#### **4.2. As narrativas de Teseu, Aquiles e Jasão: As experiências de vida nas ruas**

Teseu, Aquiles e Jasão são aqui representantes de milhares e milhares de crianças e jovens que, por inúmeras razões, são levados a procurar a rua em busca de sobrevivência. Cada um com sua singularidade e diferenças, nos mostram as dificuldades da experiência da vida na rua e desvelam as enormes desigualdades existentes em nossa sociedade demonstrando, conforme assinalado por Ciampa (1987/1998, p.127)

[...]que a exploração e a violência se concretizam, através de mediações, sempre no particular, que é a unidade do singular e do universal. Coletivamente constitui o conjunto de relações sociais que, no nosso caso, materializa um *mundo* (grifo do autor): nosso mundo capitalista.

Mundo, que mesmo sendo Teseu, Aquiles e Jasão únicos em sua singularidade, os iguala pelos descasos com que são tratadas as parcelas da população brasileira desprovidas de recursos materiais e redes societárias, apenas sobrevivendo, conforme as palavras de Jasão: “e a gente não é morador de rua, a gente é um sobrevivente. Porque a gente sobrevive um dia após o outro”.

##### **4.2.1 - “É... porque eu deixava de estudar para jogar jogo”: A narrativa de Teseu**

*(... )vou contar aqui um pouco da minha história. É...minha mãe perdeu minha guarda quando eu tinha treze anos de idade. É... porque deixava de estudar pra jogar jogo, naquele tempo, control strike. É... fui parar em casa de recuperação, primeira casa de recuperação que eu passei foi... Casa dos Meninos que era lá no... em Pedras (TESEU, 23 anos).*

É assim que Teseu, depois de falar seu nome, idade e dizendo-se “ex-morador de rua”, inicia sua narrativa. Seu desejo de garoto de fugir à escola e ir jogar, ele aponta como a causa principal de sua ida para as ruas e de seu afastamento da mãe. O fato dela não conseguir “controlá-lo”, mantê-lo na escola, atestou, para o Conselho Tutelar e para o juiz, a incapacidade da mãe de cuidar de sua prole, fazendo com esta perdesse guarda de Teseu e fosse decretado a medida de acolhimento. O que ele chama de “casa de recuperação”, trata-se de um serviço de

acolhimento onde ele deveria ficar até atingir a maioria, quando poderia voltar para casa. Porém Teseu não ficou no Abrigo, “pulou fora” (sic) na primeira oportunidade e a permanências na rua, antes intermitente, foi assumida e Teseu passou a se reconhecer como morador de rua. Intercalava o tempo na rua com o tempo nos abrigos: “É, ... eu chegava lá, engordava um pouco e pulava, que eu gostava mais de ficar na rua do que ficar em casa de recuperação”.

Mesmo admitindo gostar das ruas, Teseu reconhece aquele momento como “muito delicado”, muito “complicado”, pelas privações porque passou:

*Passei fome, já. Cheguei a morar, como já disse, na rua mesmo, é... comer comida azeda, dormir embaixo de ponte, em terminais. Passar, acho que, mais de um mês sem escovar os dentes, sem tomar banho, sem cortar o cabelo. É uma coisa muito, muito chocante mesmo. Mas, é assim mesmo, né. Mas foi só um aprendizado*

O Teseu-de-ontem preferia as ruas por achar insuportável está confinado nos abrigos. O Teseu-de-hoje, chama a atenção para dificuldades existentes nelas e a situação de degradação que ela pode significar, analisando-a como uma situação transitória e como “aprendizado”. Quando fala e reflete sobre a situação de rua como aprendizado e contingente, uma condição que se apresentou como única possível quando era adolescente, mas que não deseja repetir.

Teseu tem muitas lembranças de sua experiência nas ruas, afirmando que lá havia coisas boas e ruins:

*Bom é porque na rua é um ajudando os outros, entendeu? É você com fome, aí chegava pra você, você, naquele momento, é... debilitado, sem forças pra andar, nem pra pedir, irmão chegava, dava alimento. Chegava, dava até uma roupa pra nós. ‘Se levanta, irmão, vamo... é isso aí mesmo.’ Na forma... de agir, é assim que a gente encontrava o amor, a união dos irmãos. Que a gente sabe ali cada... nós tava tudo junto ali, sabendo o que a gente tava passando, mas tudo tava no mesmo barco.*

Teseu fala da rua como um lugar onde ele pôde encontrar pessoas solidárias que cuidavam dele e que faziam encontrar o amor. De onde pode-se pensar que mesmo em situações adversas, o apoio e o cuidado do outro pode despertar sentimentos positivos de amor e de pertença. Marinho (2012) menciona que a rua é lugar de encontros de afetos, e esses afetos dão sustentação para a sobrevivência nas ruas. Como já foi dito na metodologia, na aproximação com moradores de rua, pude perceber a existência de várias “famílias de rua”, onde uns cuidam dos outros, protegendo-se mutuamente das adversidades.

Lembrando o exemplo do Severino do poema de João Cabral de Melo Neto, quando quase “abandonara a busca da vida e agora queria encontrar definitivamente a morte” (CIAMPA,1987/1998, p.31) ao encontrar numa comunidade de pessoas mesmo tão pobres

quanto ele, sentimentos de fraternidade, comunidade e humanidade, encontra razões para seguir em frente.

Teseu afirma que sobreviveu principalmente através de esmolas e pequenos serviços, como capinar, lavar carros, vender jujuba nos ônibus, tendo poucas vezes, recorrido aos atos ilícitos, preferindo pedir esmolas, porque “tinha medo de roubar e parar na polícia”.

*Eu... só pedia mesmo. Tinha dia que eu tirava o dia só pra [...]pastorar carro. Aí eu pegava um balde, uma flanela, saía lavando os carro. No outro dia eu ia pegar saco de jujuba e ia vender. No outro dia eu saía só pedindo de porta em porta, no outro dia eu saía pedindo dentro dos ônibus, no outro dia eu saía só arrecadando alimento e ia vender, trocar por coisas ilícita, droga*

A atividade de pedir ajuda para Teseu era facilitada pela boa aparência e para que fosse bem-sucedido, dependia de toda uma performance:

*Eu... quando eu estava na rua, quando eu estava muito fraco mesmo, eu não tomava banho não, mas quando eu estava, assim, um pouco esperto eu, eu pegava um balde, ia numa vizinha: “senhora, me dá um balde aí, d’água aí”. Ela: “Tome, meu filho”. Me dava um balde d’água. Só que, quando já vinha lá, lá de cima da rua, eu ia pedindo roupa, aí eu pedia água a mulher, tomava banho num canto... debaixo do pé de árvore, atrás do caminhão, trocava de roupa, e aquela roupa que eu estava suja jogava no lixo e ia usar uma nova que a mulher tinha me dado. E assim ia vivendo. Aí eu gostava também... entrava no Extra, passava perfume da Boticário pra ficar cheiroso. (risos) Pra pedir ajuda. Era. Tem que ser um negócio...eu entrava, assim, no Extra assim do Antônio Bezerra, entrava também no Shopping, estava “banhadin”, né, com mochila nas costas. Era, eu entrava ali na Boticário, tinha amostra, e passava um “perfumezin” e ia pedir ajuda. Passava o dia pedindo dinheiro, a noite é que eu ia me drogar.*

O cuidado com a aparência,

*Eu estava bem, bem-vestido eu só entrava dentro do ônibus, aí me apresentava meu nome. Mentia dentro do ônibus, né, dizia que tinha filho sem ter filho, eles me davam dinheiro e através desse dinheiro eu ia comprar uma caixa de jujuba. Era, era R\$ 10 reais, é 30 unidades. Através de R\$ 10 reais eu ganhava R\$ 30, desses R\$ 30 eu comprava mais três caixas, ia dar R\$ 90 reais, botava crédito no bilhete único, eu tinha também bilhete único, e assim ia vivendo dia após dia. A noite é que eu usava droga.*

Em trechos da fala de Teseu, vemos que muitas vezes, ele utilizava o que ganhava para usar drogas à noite, e quase tudo que ele considera ruim tem relação com o uso de drogas e que, frequentemente, resultava em atos de violência contra ele:

*E ruim é que, entrava nas favela pra pegar droga e, é... comprar aquelas porcaria e a polícia chegava, metia peia na gente, é... o traficante, queria que a gente desse conta do traficante, a gente apanhava, a gente... ia pro saco, a gente levava choque, pimenta de spray, apanhava de traficante também, quando a gente ia buscar droga faltando algum centavo.*

A prática do tráfico de drogas ou mesmo o consumo, colocava Teseu em constante confronto com situações de violência, mesmo ele dizendo evitar roubar para não parar nas mãos da polícia, isto acontecia:

*Preso eu nunca fui não (...), mas apanhar da polícia já apanhei, é... que eu tava até usando droga no meio da rua. Chegava, batia na gente. Sem reação, tava debilitado, né, mas apanhei já da polícia, e muito. Chegava, batia na cara da gente. Eu também tava fazendo coisa errada, né, usando droga, no momento... no local errado, na hora errada, aí chegava, batia na gente.*

Conta que um dia, quando estava “drogado ou fora de si” pulou um muro e tentou furtar uma bicicleta, quando foi surpreendido por um grito de “pega ladrão”:

*[...] Só me lembro quando o rapaz me bateu e... e apaguei. Só me acordei no outro dia dentro do IJF e aí tinha só a polícia lá, pegou só meu nome, meus dados. Pronto, só isso daí [...]*  
*Eu só me lembro que eu gritava pelo nome da minha mãe. “Liga pra minha mãe, minha mãe, minha mãe”. Aí o cara: “Tua mãe o quê, mah. Tu ladrão. E ‘puf’”. Só isso. Foi os irmãos me batendo, né, com a mão aqui na cabeça, eu disse assim: “não, liga pra minha mãe, minha mãe vai resolver, minha mãe vai resolver”. “Tua mãe o quê, mah, tu é um ladrão, mah. Roubando”. ‘pah’. Bateu, me apaguei, me acordei só no outro dia.*

A prática de atos ilícitos ou até mesmo a simples suspeita, nega às pessoas sua condição de humano. Como ladrão, ele não pode reivindicar a presença da mãe, porque perdeu a condição de filho. Para as pessoas ele é só um ladrão e merece apanhar...

Curioso é, que Teseu, hoje, acha que mereceu a surra. Conta que depois que saiu do hospital, voltou para casa (n época já tinha completado 18 anos e podia voltar à casa da mãe) e depois ao melhorar roubou a tia para consumir drogas:

*[...] Aí foi que até eu fui pra casa, o médico me deu alta, fui pra casa. Quando chegou em casa aí eu passei só, mais ou menos assim, duas semanas, eu ainda enfaixado aí roubei minha tia, aí fui usar droga de novo, aí... foi que acabou tudo mesmo. Comecei a usar droga de novo. Comecei a voltar pro mesmo canto.*  
*[...] Foi... eu roubei, como eu disse, eu roubei minha tia e fui pra rua de novo, só... só a peia mesmo.*

Teseu admite, que apesar de ter chorado tanto, “igual menino novo”, quando quase foi linchado, não teve jeito: roubou novamente para consumir drogas. Ele agregou a identidade de

morador de rua à de usuário de drogas, todas as duas, consideradas por ele, como condição aprisionadora. Não é mais por causa do Conselho Tutelar e do Juiz que não pode estar com a família, mas por causa das drogas e pensava que não havia alternativa. Correntemente, o uso de drogas, tem ocasionado às pessoas, a imposição de rótulos que tanto quanto como ser intitulado de ladrão, lhes causa problemas de indeterminação e angústia. Buscada muitas vezes para suprir a necessidade de afeto (MOURA JR; XIMENES, 2016) o uso das drogas acaba por lançar as pessoas numa permanente tensão entre a vontade de largar as drogas e a sensação de felicidade que elas proporcionam (RODRIGUES; LIMA; HOLANDA,2018).

Ao se assumir como merecedor do quase linchamento que sofreu, e mesmo assim continuou com o uso de drogas, fala das outras experiências que viveu em decorrência do uso das drogas e do apoio que pessoas das instituições em que estivera quando menor de idade lhes deram na tentativa de incentivá-lo a não mais usar de drogas:

*Aí foi que eu fui pra uma casa de recuperação, uma casa católica. Quem arrumou pra mim foi até a (...) [nome da profissional do abrigo. Assistente social da (...)] eu fui pra (...) [nome do abrigo. A (...) que ia me ajudar. Aí foi que eu roubei a (...) [abrigo também. Comecei a roubar as lâmpadas. Roubei lâmpada, roubei computador, e, e (...)] Só que eu já tinha 18 anos, né, e ela só foi pra me ajudar mesmo. “Fique aí. Fique aí porque a gente vai lá pro(...), uma casa de recuperação que tem...”*

Teseu afirma, que mesmo tendo 18 anos, pelos laços de afetividade entre a profissional e ele, ela permitiu que permanecesse no abrigo enquanto se realizava o processo de encaminhamento para a comunidade terapêutica, só que ele não conseguiu se manter sem as drogas, abandona o abrigo e passa a viver numa comunidade próxima ao local.

Vale ressaltar, que o uso de substâncias psicoativas, denominada comumente como drogas, é um fenômeno presente nas culturas humanas, remontando a tempos imemoriais. Para Escotado (1998), excetuando as populações dos árticos, que quase não possui vegetação, todos os grupos humanos tiveram relação com substâncias psicoativas. É nessa perspectiva que quando faço uso do termo genérico “usuário de drogas”, concordo com Lima (2008) de que todos somos usuário de drogas e

que quando utilizamos o termo ‘usuário de drogas’, queremos apontar uma categoria na qual estamos todos incluídos direta e indiretamente, mas que por conta das questões morais acabam sendo diferenciadas entre si. Nos referimos tanto à pessoa que fuma seu “baseado” de maconha com os amigos, participa da ‘cervejada’ do final de semana, que usa drogas para dormir, para lidar com a depressão, que toma o ‘cafezinho’ para aguentar mais um turno da exploração no mundo trabalhista, enfim, falamos de nós mesmos e ao mesmo tempo falamos daqueles que são estigmatizados pelo uso abusivo de qualquer uma dessas substâncias, ou seja, diferenciamos-nos das

tradicionais concepções que reforçam a estigmatização dos usuários de drogas(LIMA,2008. p.96)

Nessa perspectiva, todos nós, de uma forma ou de outra, consumimos drogas, e àqueles que, por fortes razões fazem uso abusivo de drogas são estigmatizados por situações que, de acordo com Fiore (2008) estão ligadas questões morais, medicalização e criminalização. Ainda de acordo com Lima (2008) é a própria estigmatização que muitas das vezes faz com que o indivíduo mantenha o uso abusivo de substâncias psicoativas, posto que este uma vez segregado e excluído, com sua autoestima rebaixada, encontra acolhimento e identificação apenas junto a outros usuários de drogas, que também marginalizados, vão lhe proporcionar sentimento de pertença a um grupo social que o reconhece como semelhante.

Obviamente, não se pode afirmar que, necessariamente, todas as pessoas em situação de rua, seja usuário de drogas, porém, no caso de Teseu, este parece sustentar que as duas condições estão relacionadas, atribuindo a permanência nas ruas ao uso abusivo de drogas, o que o mantinha numa situação de aprisionamento à mesmice, nas palavras dele, de “escravizado” ao personagem de morador de rua/dependente químico, que ainda assim, o mantinha estruturado.

A mesmice, ou a reposição de identidade pressuposta, nem sempre pode significar um caráter negativo e como já foi dito, pode apresentar um sinal de resistência e insatisfação das pessoas com sua realidade objetiva e elas que, como no caso de Teseu, se mantém repondo os personagens possíveis, e partindo disto, admite-se que a identidade, mesmo tornando-se “reduzida a uma personagem, fetichizada, ainda assim, é pela relação de reconhecimento que ela se mantém estruturada” (LIMA, 2010, p.167).

O afastamento da família por determinação judicial, que ele considera causado por suas “travessuras” de menino, parece ter marcado profundamente a vida de Teseu, pois durante toda sua narrativa, a mãe aparece como ponto central e apresenta sobre ela opiniões contraditórias, responsabilizando-as pelo envolvimento com drogas:

*[...] acho que foi um dos motivos mais grandes foi isso mesmo porque... não é botando culpa nela não, né, porque a gente quando é criança a gente não tem muita noção das coisas, quando a gente está na fase da adolescência, entendeu, a gente, a gente vê os pais fazendo, as nossas mães, a gente quer fazer também, acha que ali é bom, aí foi que passou na minha cabeça, “vou fazer isso também, que é bom”, aí foi que... eu vou seguir pelo caminho, seguir pelo outro... Seguir os meus pais e as minhas mães, os conselhos deles, o exemplo dele e foi que eu fui, comecei a usar droga, tudo isso na minha vida. Que agente, que a gente, que a gente aprende no mundo a gente começa dentro da nossa casa.*

Dividido entre os sentimentos de amor pela mãe e de julgá-la culpada por seu envolvimento com as drogas, Teseu expõe a fragilidade enfrentada pelas famílias das crianças e jovens pobres, devido falta de proteção social a que estão expostas. De sua fala fica claro que não foi só o fato dela não “controlar” o filho, que fez com que ela tivesse sido destituída do poder familiar, mas isto seria sido consequência do uso abusivo de drogas pela mãe de Teseu, que o teria aproximado da droga também. Esta afirmação abre espaço para algumas reflexões.

A primeira delas é que, como já foi dito anteriormente, a mãe (biológica ou subjetiva e por extensão a família, tem um papel no fortalecimento do indivíduo e suas relações sociais:

Cabe a cada indivíduo fazer o longo caminho que parte do estado de ser misturado (*merged*) com a mãe até o estado de ser um indivíduo separado, relacionado à mãe, e à mãe e ao pai juntos. Daí a jornada segue pelo território conhecido como família, tendo o pai e a mãe como suas principais características estruturais. A família tem seu próprio crescimento [...]. A família protege a criança do mundo. Mas, gradualmente, o mundo se introduz: as tias e tios, os vizinhos, os primeiros grupinhos de crianças, chegando à escola. Essa introdução gradual do ambiente externo é a melhor maneira pela qual uma criança pode entrar em bons termos com o mundo mais vasto, e segue de modo exato o padrão pelo qual a mãe apresenta à criança a realidade externo (WINNICOTT, 2005, p. 60).

Teseu, ao dizer que a mãe o levou ao uso de drogas, por ela mesma ser usuária, reproduz aquilo que correntemente ouvimos: a necessidade de os pais darem bons exemplos para os filhos: “o exemplo tem que vir de dentro de casa”. Apesar de fazer essa colocação, ele não consegue responsabilizar a mãe por isto, pois reconhece que ela, como ele, tinha sido impotente diante do vício e atribui a perda da guarda como responsabilidade sua, que não ia pra escola. E apesar de não dizer ou não saber os motivos que levaram a mãe a usar drogas, explica que antes de tudo ela tinha uma profissão:

*Minha mãe era enfermeira. Minha mãe era enfermeira e costureira. Aí ela deixou de...deixou de trabalhar, deixou, faltar... bebia, né, me lembro, ainda, pequenininho. Aí perdeu o emprego, depois foi pra costura. [...]e também começou a perder o emprego também por causa de cachaça e começou a vender droga.*

A perda do emprego pelo uso das drogas levou a inserção da mãe no tráfico de drogas, fragilizando ainda mais as relações familiares. Isto leva a uma segunda reflexão, que diz respeito a questão da falta de efetividade das leis e da ineficácia das redes de proteção instituídas a partir das prerrogativas constitucionais. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS (BRASIL, 2004), a família está no centro de suas ações, devendo ser protegida e assistida para que possa realizar a tarefa de proteger seus filhos. Diante das inúmeras famílias

que se veem diante da situação de perder seus filhos por conta muitas vezes, de um problema de saúde pública, como o uso abusivo de drogas, cabe questionar o objetivo de tal prerrogativa.

Teseu se responsabiliza pelo afastamento da mãe pelo fato dele não querer ficar em casa e não ir pra a escola, quando na verdade, a mãe fazia uso abusivo de drogas e para cuidar dos filhos, precisaria, antes de tudo, de ser cuidada. Reedita-se o processo de responsabilização individual dos pais, pela situação de “abandono” dos filhos e mais uma vez, a falta de proteção social do estado em intervir efetivamente em situações de precariedade, se traveste de negligência familiar (nesse caso da mãe), sendo alegado como o motivo da retirada das crianças e adolescentes de suas famílias (BOESMANS, 2015).

Apesar de ter se reconhecido entre os 13 e 23 anos, como morador de rua/dependente químico, Teseu entre os 15 e 18 anos, se manteve mais tempo no acolhimento institucional<sup>35</sup> do que em situação de rua:

*Eu tava nesse abrigo que é (...) e a (...)assistente social do Abrigo, junto com a (...)outra assistente social, ela arrumou um emprego pra mim lá no (...), que é lá no (...). Aí passei três anos, foi que... o tempo que eu completei dezoito anos e fui pra casa.*

Teseu relata que nesse abrigo, havia “o desempenho, a união, o amor pelo próximo, é... foi aonde que eu comecei a trabalhar, primeiro emprego (...) muitas coisas também, profissional gente boa”.

A volta para casa ao completar dezoito anos, parece ter contribuído para que Teseu voltasse a fazer uso abusivo de drogas:

*Aí eu tive um tempo, eu saí dessa empresa [...], aí quando eu saí dessa empresa eu peguei seis parcelas de seguro, é...usei só duas, já fui trabalhar de novo em cobrador de ônibus, que é lá na BR-116 e foi que...eu tava já não cumprindo com o horário trabalhista, do horário da empresa, aí foi que eu comecei a, a... comecei a usar droga de novo. Deixava de... eu usava droga pra mim ir pela manhã, muito doido trabalhar, drogado, e foi que eu perdi o emprego. Aí fui parar na rua de novo, perdi tudo o que eu tinha de novo, aí pronto*

Com a saída do primeiro emprego, por causa de uma reestruturação do lugar, Teseu tentou se organizar e morar com a mãe:

*É porque lá, onde eu trabalhava, no Via Sul, não era franqueado, aí o dono comprou lá, era franqueado, ele perguntou quem queria ficar e se alguém ficasse podia dar o nome do RH, que é Recursos Humanos, é... na... RH não, perdão, na administração,*

<sup>35</sup> Vale enfatizar que este serviço de acolhimento, era reconhecido como um espaço que se diferenciava dos outros pela sua condição de mais aberto e por sua tolerância em relação às atitudes consideradas “transgressoras” dos adolescentes, fazendo com que eles se sentissem realmente acolhidos e permanecesse lá por mais tempo.

*aí eu disse que não queria ficar, queria ir embora, aí eu fui embora, comprei umas coisas pra minha mãe, uns ventiladores, geladeira, televisão, e eu já estava também até pensando em tirar minha habilitação, tirar a minha moto, aí foi que eu conheci, é... trabalhei de cobrador, aí eu estava com os pensamentos mais bons, na frente*

Mas algo aconteceu,

*[...] foi quando eu me desviei, fui... passando momento de tribulação na minha casa aí fui me refugiar nas drogas, aí acabou tudo, aí foi que eu fui morar na rua de novo. [...] Foi que a minha irmã fumava droga dentro de casa, aí foi que eu vi também aí fumei também, aí no outro dia ela disse pra mim: “tu tá fumando também?” Aí eu: “não, tô não”. Aí foi que ela me julgou. Se ela estava errada como é que ela queria me consertar? Aí foi que eu: “quer saber de uma coisa, mah, eu vou é fumar na frente dela”. Aí foi que eu fumei um, fumei outro, fumei outro, aí dei fé fui acabando tudo. Aí foi que comecei a roubar de novo as coisas que eu tinha comprado pra minha mãe, comecei a roubar dentro de casa, comecei a vender de novo. Uma coisa que eu comprei, um ventilador por 60 conto, vendi por 10, 5 de madrugada. Rede, panela, é... essas coisas. Só não vendi a televisão porque era grande, não dava pra levar. Minha mãe não estava vendo, né. Mas as coisas pequenas, micro-ondas, liquidificador, tudo isso aí eu vendi.*

Teseu assume o uso abusivo de drogas como a fonte de suas vicissitudes e conta que sempre, mesmo estando no Abrigo e trabalhando, não havia deixado de usar drogas e às vezes, pelo dinheiro ter acabado e chegando à compulsão, fazia “caixa dois” no primeiro e no segundo emprego, por conta da abstinência:

*Vinha vontade, eu não... eu não me controlava, eu... ‘tenho que usar agora’. Como eu disse, o que eu via na minha frente eu roubava. Pensava... agia... não. Era isso daí. Às vezes a mulher ia pagar a passagem, eu não rodava a catraca, eu guardava o dinheiro. Às vezes o irmão ia, quando trabalhar no (...) o irmão ia comprar um sanduíche eu, eu não... não apertava no caixa, eu guardava o dinheiro. E era duas câmeras na minha frente, viu. Duas câmeras e... sei lá, como é que eu fazia isso (...) Aí Aí a noite, quando eu ia dormir, eu pensava: ‘mermão, roubei a Macdonald, macho. As câmeras me pegar?’. Aí meu pensamento: ‘Não, ninguém vai te pegar não. Rouba de novo amanhã.’ Aí, ia roubar de novo.*

Ao fracassar na tentativa de voltar a conviver com a família, fez com o *Teseu Maior-de-idade-e-trabalhador* repusesse a personagem *dependente-químico-morador-de-rua* mantendo-a, até que, aos 20 anos, depois de perder o emprego e estar definitivamente na rua, um encontro com um pastor evangélico, contribuiu para que este se transformasse no *Teseu-Crente*:

*Eu fui na verdade pedir dinheiro, né, porque nesse dia eu tava lavando carro. Aí eu: ‘irmão, você não quer que eu lave seu carro?’ Aí ele disse: ‘pode lavar aí, mas pra quê que você quer o dinheiro?’ Aí eu fui sincero, disse que queria usar droga, aí ele disse: ‘ó, nem lave não, então nem lave o meu carro não, se for pra usar droga, não lave não, sente aqui pra merendar’. Aí eu sentei pra merendar e ele me perguntou como é que eu tinha chegado a esse ponto, a minha infância, até agora, como eu contei. Aí ele perguntou se eu queria ajuda, eu disse que queria ajuda. Ele marcou uma reunião comigo, eu fui, conheci essa casa de recuperação, e até hoje eu tô pé porque... tô de pé, graças a Deus, porque eu deixei o Espírito fazer o trabalho na*

*minha vida. Como eu tô desse lado, é um lado muito diferente do lado que eu tava antes. É... de glória em glória. Todo dia eu aceitar Jesus e deixo Deus trabalhar na minha vida.*

Para Teseu, o fato de o pastor tê-lo chamado para conversar, alimentando-o, despertou, numa atitude diferente daquela que ele estava acostumado, fez a diferença para ele:

*Esse momento foi um momento marcante da minha vida, né. Porque só através de uma palavra, né, ele levantou meu ânimo... disse que tudo ia dar certo, que não estava nada, não estava nada perdido na minha vida. Ele lançou uma palavra profética na minha vida e eu recebi aquela palavra, e... e eu fui vencendo, dia após dia. Você saber que você, é... como eu posso dizer... você saber que você é errante e Deus ele sempre e conserta você. Porque, a gente, nós somos falhos, entendeu? Só a gente pensar, a gente falar, a gente agir, a gente já está errando. Perfeito, aqui, foi só o Espírito Santo de Deus. Resta saber que você errou e tem pra quem recorrer, Deus. Não é remédio, não é irmão, é eu e o Senhor. “Pai, me liberta isso, tira isso de mim [...]”*

Após conhecer o pastor e aceitar a ajuda deste, Teseu vai para uma comunidade terapêutica e lá, ao aderir ao tratamento para o abandono do uso de drogas, começa o processo de alterização de identidade, que se define pelo processo de aprendizado de novos valores e normas e que vão se engendrando ao mesmo tempo que a identidade vai sendo produzida (LIMA, 2010), não com o intuito do surgimento de uma outra identidade fixa cristalizada e imutável, mas como movimento em busca da autonomia e autodeterminação, no movimento constante de metamorfose e transformação.

A alterização é o termo utilizado por Ciampa, para caracterizar o processo de mesmidade, o surgimento de “um outro *outro*(grifo do autor)que também sou eu”(CIAMPA, 1987/1998, p.181) que rompe com as reposições de personagens, e propicia saltos qualitativos na vida das pessoas, significando dizer que não há mudanças radicais (admitir uma mudança radical ou miraculosa, seria admitir uma concepção de identidade estática) mas pequenas mudanças, que vão se articulando e evidenciando uma identidade que se metamorfoseia constantemente, em que as pessoas visam concretizar sua humanidade. E concretizar a humanidade é a condição do sujeito *ser-para-si*, isto é, a tentativa de autodeterminação (CIAMPA, 1987/1998, p.140).

Ciampa admite, que numa sociedade excludente como a que vivemos, é quase impossível que as pessoas obtenham de maneira plena essa condição de autodeterminação fazendo com que a emancipação se evidencie como uma tendência, uma possibilidade, revelando que mesmo quando “impedida, ainda como oculta, a metamorfose expressa a

*invencibilidade da substância humana* (grifo do autor), como produção histórica e material” (CIAMPA, 1987/1998,p. 182).

No caso de Teseu, pode-se perceber sua luta em “se manter firme” no propósito de não voltar a antiga situação, lutando contra a abstinência:

*É como eu disse, bate a abstinência eu fico com pensamentos... querendo pegar o que eu tenho de valor: chinela, cordão, é... dinheiro, celular e vender, usar droga. Mas, no mesmo momento, o Espírito Santo vem e conforta a minha mente, eu vou orar, vou ler bíblia, vou botar uma pregação na internet. Eu chego pro irmão: “irmão, vamos orar, vamos...” Pra que aquele momento passe, né, vontade fazer isso que não é do agrado de Deus. Que eu sei da onde foi Deus me tirou, irmã. Estava na rua, comia do lixo, dormia na rua, fiz muitas... eu era especialista de magoar as pessoas.*

Teseu admite que tem orgulho em se manter afastado das drogas:

*Eu já amanheço dizendo na minha vida santidade. “Senhor, me liberta disso, me liberta disso e daquilo.” Agradeço a Deus por mais um dia sem usar nada. É só Jesus mesmo. É só Deus que faz isso na nossa vida mesmo. Porque eu não podia nem mais voltar pra casa, andar na minha casa de cabeça erguida. Hoje, hoje aqueles irmãos que me chamava pra usar droga já não chamam mais. Esses dias, lá em casa, eu moro dentro de uma favela, eu passei aí tinha um viciado lá que falou assim: “Irmão”. Falou, não irmão, né, “ei, pivete, tem como pegar uma pedra de crack ali pra mim que eu te dou 5 conto”. Aí os irmãos que é do movimento, disse assim: “Ei, mah, presta atenção o quê que tu tá falando. O irmão hoje aí é crente. Não usa mais droga não.” Foi até esse irmão que pediu perdão a eu. “Ei, irmão, me desculpa aí.” “Não, tudo bem”. É você ser reconhecido dentro da sociedade que um dia você não valia nada, hoje você já vale, entendeu. Muitas coisas*

Teseu, evidencia em sua fala, que agora se sente reconhecido, o sentimento que antes carregava de não valer nada, vai aos poucos desaparecendo dando lugar a planos para o futuro:

*O meu futuro é... eu ter uma esposa, dar pra ela atenção, dar pros meus filhos educação, respeito com o próximo, é honestidade, é dignidade[...]  
Daqui pra frente são só coisas boas, entendeu. É estudar, é fazer uma faculdade, fazer uma coisa que era pra mim ter feito antes, não fiz porquê... por causa dessas coisas que aconteceram. Estudar, ter uma faculdade. É estar dentro da sociedade focado, ajudar aquelas pessoas que estão com necessidade como um dia eu estava. Casar, dar o melhor pro meu filho, dar o melhor pra minha mãe. É isso aí. Só esperar mesmo. Deus.*

#### **4.2.2 “Meu pai ameaçou de me matar, aí proibiu minha mãe de falar comigo”: A narrativa de Aquiles**

Aquiles inicia sua narrativa se apresentando e explicando que suas experiências nas ruas se iniciaram desde pequeno, devido os conflitos com o pai, alegando que o mesmo não gosta

dele, preferindo os outros irmãos:

*Desde pequenininho. A minha vó dizia que, quando eu era pequeno, ia fazer meu mingau, né, aí ele jogava água quente em mim, apagava cigarro nos meus peito. Teve uma vez que, a vó diz que quando eu tinha uns cinco, seis anos, que ele ia me jogar dentro do canal, aí minha vó chegou mesmo na hora e me pegou. Aí disse: 'não, joga ele não, deixa que eu crio ele.' Aí minha vó me criou. Desde pequenininho que ela me cria. Aí desde pequenininho que eu não dô valor a ele. Gosta do meu irmão, da minha... dos meus dois irmãos e da minha irmã, mas não gosta de mim.*

...

*tava na casa da, do meu pai, aí... meu pai ameaçou de me matar, aí proibiu minha mãe de falar comigo, aí eu fui pra casa da minha avó. Aí chegou lá ele chamou os cara pra me matar lá dentro. Não sei por que é. É... coisa de família, né. Aí ninguém entende.*

Em outro momento Aquiles, afirma que o pai não gosta dele por ter, por ele ser “o único da família que deu pra errado”. O errado seria seu envolvimento com o uso e o tráfico de drogas. Mas o pai não era o único que o expulsava, morando com a avó, a tia também o colocava para fora de casa:

*Comecei a fazer quando eu tava em casa, né. Aí eu saí de casa, fui pra fora de casa, minha família todos os dias ela botava eu pra fora de casa. Eu não tava aguentando. Minha tia era um, botava eu pra fora de casa, a minha vó de noite me botava pra dentro porque ela não queria deixar eu dormir na rua. Aí chegava de manhã minha tia botava eu pra fora de casa de novo. Eu não aguentei mais e fui pra rua.*

Conta que se envolveu com o tráfico e com facções criminosas por vontade própria:

*Aí eu disse assim: 'ei, man, tem como tu botar umas (...) de maconha pra mim vender?' Ele disse: 'não, man, não tem como porque eu já pego de outra pessoa'. Aí eu ficava andando com um pivete lá direto, aí ele já era padrin<sup>36</sup> já. Aí ele disse: 'quer vender droga pra mim'. Aí eu: 'quero'. Aí ele: 'pois então, pronto'. Aí eu comecei a vender droga pra ele. Aí passou um mês, dois meses...*

Diógenes (1998), em um estudo sobre jovens da periferia, evidenciou que a participação em coletivos, como as gangues, gera a criação de uma expressão cultural que vai ao encontro das necessidades dos jovens de se firmarem. As gangues criavam seu próprio repertório e linguagem para demonstrar que se “garantiam”. O medo que provocavam era o instrumento utilizado para se firmarem em seus territórios, numa demonstração de força. Carentes de toda forma de expressar seus anseios juvenis, num apartheid social que os tornavam invisíveis e ao mesmo tempo os expunha como artífices da violência, as gangues eram a possibilidade

<sup>36</sup> Segundo o jovem, “padrin” é alguém que recruta os novos membros para a facção, financiando as drogas, as armas e se responsabilizando por ele, a quem este deve prestar contas.

encontrada por esses jovens de se tornarem visíveis de alguma forma e driblar as condições de existência que lhes eram impostas.

Embora, segundo Paiva (2019) não se possa afirmar que as facções sejam originárias das antigas gangues, devido suas especificidades de surgimento<sup>37</sup> e dinâmica de funcionamento diferente, tal qual como as gangues, dão aos jovens a sensação de reconhecimento e pertença a um grupo:

a facção é um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam (PAIVA, 2019, p.170).

A participação em grupos, conforme aponta Honneth (2013) faz parte do processo de socialização dos indivíduos. Tão importante quanto as primeiras relações com a mãe, o pai e os familiares mais próximos, onde se adquire a autoconfiança, a participação nos grupos dá conta de outra dimensão: a do indivíduo se sentir aceito fora das relações familiares, se sentindo parte de uma comunidade de valores. Para o autor:

o processo de socialização humana contém a ideia de um entrelaçamento entre individualização e socialização [...] que permite tirar algumas conclusões sobre a importância dos grupos sociais para o amadurecimento individual. Eu havia afirmado que a internalização da relação de reconhecimento, que gradativamente se diferencia, leva ao surgimento de uma forma complexa de autorrelação, através do qual a criança aprende pouco a pouco a conceber-se como um membro competente de seu ambiente social. De certa forma, o devir da autonomização está entrelaçado com o processo de socialização (HONNETH, 2013, p.64).

Isto significa que ao longo do processo de socialização os indivíduos precisam continuar participando “de grupos sociais, que de certa forma, representam um espelho do comportamento original do reconhecimento” (HONNETH, 2013, p.65), originado na infância e nas primeiras relações grupais.

Com a descrição das facções e as considerações do autor mencionado, pode-se compreender que os jovens e até crianças em situação de rua, são facilmente recrutáveis e como no caso de Aquiles, até se “voluntariam” a entrar para uma facção, por estas lhe proporcionarem algo que não encontraram em outros lugares. É claro que não se pode generalizar e afirmar que todo jovem em situação de rua é necessariamente um membro de facção (a narrativa de Teseu

---

<sup>37</sup> As facções surgiram no contexto prisional como forma dos detentos se organizarem e contestarem contra as condições das prisões. Essa organização permitia aos presos negociarem melhor tratamento no sistema carcerário (PAIVA, 2019).

reforça isto), o que quero deixar claro, é que esses coletivos, tais quais as gangues dos anos 1990, proporcionam uma sensação de pertencimento que os indivíduos em situação de rua devido sua condição, podem ter dificuldade em experienciar.

Paiva (2019) em relação às facções, diz ver nelas elementos de insurgência e rechaço às ausências e violências do Estado, embora reproduza dentro delas a mesma violência dos fortes contra os fracos. Eu considero formas de vidas engendradas como elemento de reação aos problemas de reconhecimento experimentadas por jovens pobres, como resposta aos imperativos de não serem percebidos como humanos. Enquanto anamorfoses.

Aquiles, como se pode perceber, considerando a intermitência de estar sempre buscando na casa da avó e ou do pai uma oportunidade de permanecer por lá, embora rechaçado por suas práticas, não se reconhece como morador de rua. A impossibilidade de contar com o apoio familiar, que o reconhecia apenas como o Aquiles - viciado, o garoto que desde cedo revelava “problemas de conduta”, constituindo assim um círculo vicioso, o afasta de casa e o aproxima da facção pela necessidade de pertencer a um grupo.

Neste ponto, considero importante refletir com Moura Júnior e Ximenes (2016) que as principais dificuldades de um indivíduo em vencer os vícios das drogas é exatamente a identidade-mito de drogado que o aprisiona, desacreditando-o perante a família e pessoas próximas. Isto se deve ao preconceito que o senso comum tem em torno das drogas, como já foi mencionado. A ideia de que o usuário deve ser punido e segregado do meio social, desconsiderando os outros aspectos que envolvem sua vida, o não investimento em outros personagens que possibilitem fragmentos de emancipação, leva os indivíduos a se manterem presos na identidade de drogado. E assim, o uso de drogas cria um indivíduo possuidor de uma identidade social estigmatizada que ele reproduz, pois de acordo com Goffman (2004), o estigma é gerado na interação social, não existindo “um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais (...) o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais” (GOFFMAN, 2004, p.117). Assim o estigma em torno do usuário de drogas é resultado de uma construção social que estabeleceu o uso de drogas como desviante e fora do normal e enquanto considera o usuário de drogas como “um nada”, reconhecendo-o perversamente apenas como drogado, o induz a reproduzir esse papel (MOURA JR; XIMENES, 2016).

A compulsão para usar drogas, fez com que Aquiles quebrasse um dos códigos do tráfico: consumir os produtos que deveria vender, colocando-o em sérios perigos:

*ai eu fui vender. Ai num deu certo, comecei a dever. Ai saí fora de lá. Ai fui pra outro canto. Ai... esse outro canto que eu fui foi quando eu conheci a minha mulher e fui morar com ela na casa da mãe dela. Lá [...].na Messejana, [...] ai lá eu conheci mais outras pessoas. Lá pra Messejana. Ai conheci maus amizade de novo, né. Só que eu já tava, já vinha já de... das minhas áreas já afoguetado. Ai cheguei lá e fiquei mais afoguetado ainda. Fui andar nas área que... ai eu conheci maus amizade e fui vender droga. Ai Também não deu certo. Comecei a usar a droga dos cara lá... ai fiquei devendo, ai o homem não ia me matar, né. Porque eu tinha se batizado, já, na facção. Ai ele mandou eu ir roubar.*

Na mesma época, Aquiles conheceu a moça que viria a ser a mãe de seu filho, o que o faz sentir medo de roubar, ser apreendido e ter que ir cumprir medidas socioeducativas, o que o afastaria da mesma:

*Só que eu tinha medo de roubar, de novo. Tinha medo de ir preso porque eu tinha conhecido ela e tinha medo de ficar longe dela. Ai eu tive que sair fora de lá. Só que eu antes eu não saía, eu fui e deixei de vender droga*

Mas ao ficar devendo dinheiro de drogas e não querer roubar para pagar a dívida Aquiles havia se comprometido demais:

*Ai comecei a ir pra igreja, ai com cinco dias indo pra igreja, quando eu cheguei do meu trabalho, que eu arrumei um trabalho lá, ai eles estavam lá em frente de casa me esperando. Ai eu perguntei o que é que eles tavam querendo. Ai eles “bó fumar um bagulho, num sei o quê”. Não, num vou não. Ai eu... só que eu já sabia o que era já, né. A minha mulher não sabia.*

*Ai um disse assim: “não, não vamo matar ele na frente da mulher dele não, vamo matar ele lá na favela”. Ai me levaram lá pra favela. Chegaram lá, me amarraram, ai botaram uma corda no meu pescoço e, e eu desmaiei. Ai quando eu me acordei eles começaram a querer cortar o meu pescoço. Ai eu pedindo socorro, por favor pra ele não cortar, só que a faca tava cega. Eles começaram a me furar, todim. Ai eu sou cheio de marca aqui. Ai eles começaram a me furar, eu consegui escapar, pedi ajuda lá e fui pro Frotinha. Ai de lá eu fui lá pro... pro Conselho Tutelar.. Ai de lá minha mulher foi pro, pro outro Acolhimento, que era o (...), esse aqui ela veio pra cá, e eu fiquei lá. Ai eu passei dois meses lá e vim pra cá.*

O “vim pra cá” a que Aquiles se refere é o abrigo onde permaneceu nos últimos oito meses anteriores à entrevista, onde o entrevistei. O medo da morte, a gravidez da namorada, reforçou a decisão de Aquiles de deixar o crime e este resolve se tornar crente. Decide fazê-lo por ser esta a única chance de ser perdoado e deixar a facção, pois ao ser “batizado” na facção o único meio de sair, segundo Aquiles, é a conversão ao protestantismo,

*eu tenho que ir, né, e dizer por que é que eu tenho que sair. Porque se eu for dizer assim, ‘ não, vou sair, não quero mais participar disso’, eles vão pensar que eu vou entrar pro lado errado. Ai eu tenho que dizer que eu vou sair porque eu tenho um*

*filho, tenho uma mulher pra dar de comer, quero mudar de vida, eu não vou entrar mais pra essa vida. Aí tem o quê, tem que entrar pra benção. Tem que ser crente(...) Eles rasgam a camisa, aí pronto. Aí se eles pegar, aí a pessoa passa, passa um mês, três mês, dois mês, é... de, de, como é que se diz, man? Eles passam três mês vigiando a... eu, pra ver se eu tô usando droga, se eu tô andando com maus amizades, tô vendendo. Aí se eu tiver, eles vão querer me matar. Aí se eu não tiver é sossegado, aí ele deixa pra lá. Mas até hoje eles não vieram atrás de mim não. Graças a Deus. Ando por aí, sossegado.*

O relacionamento com a jovem, ofereceu a Aquiles uma nova perspectiva, o transformou na personagem esposo-e-pai

*E ela foi que conseguiu me tirar também dessa vida, porque ela não usava nada, não usa droga nenhuma. Sempre me aconselhava pra mim sair dessa vida, eu que não escutava. Usava droga... tava, cá fumando pedra no canto da parede, ela ficava do meu lado. Não saía do meu lado. Aí eu vi que... porque a única menina que fugiu mais eu, passou oito meses na rua comigo, dois meses foi só fumando pedra, e ela... fumando pedra no canto mais os noieiros e ela... do meu lado. Nunca saiu do meu lado. Sempre me aconselhando. Sempre me aconselhando. Eu nunca escutava, agora quero escutar ela. Ela conseguiu me tirar dessa vida. E eu prometo ficar com ela pra sempre. Minha família agora é eles dois, agora.*

Aquiles reconhece que com a chegada da criança, precisa se organizar no sentido de dar uma família para o filho, de ser para o filho o pai que não teve,

*O bom é porque eu tô estudando. Se Deus quiser eu vou fazer um curso. Vou trabalhar... sair daqui com um emprego, sair daqui com tudo nas mãos. E assim, né, man, aqui dentro a pessoa só muda se quiser. Se não quiser, não muda. Continua do jeito que tá. Mas eu tento mudar. Já tenho dezoito anos, já. Sou um pai de família, né, vamos dizer assim. Antes eu era apenas um filho pro meu pai, nem sei se eu era um filho pro meu pai, porque querer fazer uma coisa dessa comigo. Aí... agora eu tenho que mudar de vida, né, man. Botei uma criança no mundo agora tenho que cuidar agora.*

Vivendo a experiência concreta de ser pai, Aquiles tenta se manter no abrigo, garantindo assim que a namorada não queira estar nas ruas com ele e esse sentimento o faz se submeter às regras do abrigo, pois este lhe permite encontrar a namorada duas vezes por semana e conviver com o filho.

Aquiles no momento da entrevista, pareceu não lembrar que logo teria que sair do abrigo em breve, posto que completaria dezoito anos de idade. O tempo de permanência não lhe permitiu, apesar de seus propósitos, conseguir realizar seus projetos de conseguir um emprego e ao ser desligado, foi morar com na casa da sogra com a namorada e o filho. As notícias que tive dele depois, quando o procurei foi que na falta de emprego, aconteceu o que ele tanto

temia: se envolveu novamente com o crime e foi preso, mais uma vez, tendo a possibilidades da realização de suas metas frustradas por sua realidade objetiva.

#### **4.2.3 “Meu pai e minha mãe morreram... Então, literalmente, eu fiquei na rua”: A narrativa de Jasão**

Jasão inicia sua narrativa dizendo que até os 14 anos tinha uma vida boa. É oriundo de um outro estado do Nordeste e sua família, pelo que ele conta, possuía alguns bens. A morte dos pais, contudo, fez com que Jasão se tornasse um andarilho, passando por vários lugares até se fixar em Fortaleza

*Sou de família boa, mas infelizmente os meus pais morreram e... meu pai e minha mãe morreram então eu fiquei numa situação, como que eu posso dizer assim, que... meu pai e minha mãe morreram, e como minha mãe devia IPTU, essas coisas, o banco tomou terras. Entendeu? O banco tomou terras, ficou com tudo. Então, literalmente, eu fiquei na rua. E... assim, saí do Maranhão, saí do Maranhão eu tinha 14 anos de idade, passei de cidade em cidade, passei por vários momentos, entendeu? E... assim, a cada cidade que eu ia passando eu ia aprendendo devagarzinho como era a vida, entendeu?*

Ao dizer que é de família boa, Jasão pretende deixar claro que, o fato de estar morando na rua não foi escolha sua e sim de uma situação de precariedade induzida que de repente, fez com que este, desprovido de uma rede de proteção, se lançasse no mundo em busca de sobreviver. Não se sabe se Jasão tinha outros parentes além dos pais e se estes não o acolheram, ou se Jasão, por algum motivo escolheu viajar pelo Nordeste, o fato é que, para Jasão, a experiência da situação de rua seria resultado da morte precoce de seus pais.

Depois de falar da morte dos pais, Jasão reflete sobre as razões que o teriam levado a praticar os primeiros atos infracionais que o fizeram passar 45 dias num Centro Socioeducativo:

*A minha escolha não foi morar na rua, entendeu, minha escolha não foi morar na rua, mas infelizmente, pelas situações que eu convivi eu tive que, infelizmente, participar das coisas erradas. Tipo, eu chegava em certos locais que as pessoas não davam comida, os pessoal não davam água e infelizmente o ser humano ele é muito adaptado a participar das coisas ruins e eu participei das coisas ruins. É... roubei, entendeu, infelizmente eu roubei. Que esse foi o meu maior erro, foi da primeira vez que eu roubei, entendeu, e quando eu roubei, que eu fui preso, isso... quando eu cheguei lá dentro, que eu fui preso*

Suas impressões da experiência não são das melhores:

*Aí lá... só que a gente, o nosso tratamento não era uma ressocialização, era “peia” por cima de “peia”, entendeu? Então isso causou uma revolta em mim. Então o que foi que causou? Infelizmente, de lá pra cá, quando causou essa revolta, eu não tive nenhum pensamento de ressocializar, o meu pensamento era só revolta com as pessoas.*

O Jasão-revoltado é conhecedor de que, tanto no sistema socioeducativo, quanto no sistema prisional, o objetivo é a ressocialização do indivíduo, porém enfatiza que tanto em um como no outro, tudo que encontrou foi violência. Sabemos que faz parte do Sistema de Garantia de Direito da criança e do adolescente - e o ECA garante isso na seção especial que trata das políticas de atendimentos que os adolescentes que cometem atos infracionais -, que eles devem ser atendido em centro socioeducativos e receber tratamento digno observando-se as condições de higiene e oferecer a eles a oportunidade de desenvolver as potencialidades que por motivos diversos, esses não teriam tido até a época da internação (BRASIL, 1990/2010).

Entretanto, na realidade vemos na narrativa de Jasão-revoltado que mais uma prerrogativa legal é totalmente desconsiderada, no descompasso entre lei e realidade que já evidenciei em outros momentos deste texto: as péssimas condições dos centros socioeducativos, que apresentam exatamente o oposto. Exemplo disto é o Relatório de Inspeção realizada nos Centros Socioeducativos do Ceará em 2015, que de modo geral identificou uma série de violações, como tratamento degradante, falta de condições mínimas de higiene e salubridade; ausência de atividades pedagógicas, denúncia de torturas, entre outros (CEDECA, 2016). Segundo o mesmo relatório, por conta dessa situação, no ano de 2015, foram registrados mais de 60 rebeliões, motins e episódios conflituosos envolvendo as Unidades de Atendimento Socioeducativo, destinadas a adolescentes do sexo masculino de Fortaleza.

Como se pode apreender do que foi colocado, não há a maior possibilidade se esperar que com tal a realidade, os centros socioeducativos cumpram a proposta de sócio educação. Porém, são os adolescentes que são responsabilizados por isto, por sua violência, revolta e “insubordinação”. No sistema prisional para adultos, embora juridicamente seja estabelecido que cabe ao Estado adotar medidas educativas e ressocializadoras que tenham como objetivo oferecer aos presos orientações e condições humanizadas enquanto estiverem encarcerados, devendo não só privar de liberdade, mas também oferecer condições para que eles possam ser reintegrados ao meio social, diminuindo os números da reincidência e, conseqüentemente, reeducar o prisioneiro por meio da capacitação profissional, educação, atendimento psicológico

e assistência social (PESSOA, 2015), a situação de violação dessas prerrogativas não é diferente. Frequentemente se tem notícias de maus tratos e desrespeitos aos direitos humanos.

O fato é que tanto nas medidas socioeducativas quanto no sistema prisional, prevalece apenas a ideia de punição, com flagrante desrespeito aos direitos, respaldada pela crença dogmática de que o caminho para a resolução dos conflitos sociais estaria no endurecimento das penas e na imposição de sofrimento:

A história da criminologia apresenta inúmeras evidências de que a pena não “diminui a criminalidade”. O caso brasileiro é uma prova contundente disso: nos últimos 20 anos multiplicamos nossa população carcerária e somos macabros campeões da letalidade policial. No entanto, aprofundamos cada dia mais nossos problemas criminais demonstrando que nossa fé obtusa no poder punitivo não provém dos fatos mas daquilo que denominei de “adesão subjetiva à barbárie” : Os grandes meios de comunicação vêm inculcando a nossa fé na truculência por meio de uma cobertura desleal dos fatos criminais (BATISTA, 2015, p.30).

Segundo Wacquant (2007) esta seria uma característica do modelo neoliberal em que o capitalismo gera mais desemprego do que emprego, empreendendo-se a criminalização da pobreza e a passagem do Estado de Bem-Estar Social ao Estado Penal. Os serviços sociais perdem a função assistencial para transformar-se em instrumentos de vigilância e controle das novas classes perigosas”. Bento (2018) reforça ainda que, as práticas nas prisões,

são um conjunto de técnicas sistemáticas racionais, para provocar a morte daqueles que estão sob os “cuidados” do Estado. Comida estragada, superlotação das celas, pessoas presas sem acusação formal e sem sentença são algumas dessas técnicas”. Não se trata de uma crise da população carcerária, ou falta de orçamento [...] (BENTO, 2018,p.9).

Trata-se, portanto, não de uma exceção, mas de um projeto de eliminação das populações consideradas descartáveis e das vidas que não são dignas de ser vividas (BUTLER, 2006,2015).

Voltando à narrativa de Jásão, as condições encontradas tanto nos centros socioeducativos quanto no sistema prisional para adultos, agudizou os sentimentos de revolta, mas que, mesmo assim, ele tenta justificar:

*apesar de eu ter sido preso, não foi escolha minha roubar nada de ninguém, foi só que infelizmente foi um opção errada que eu escolhi, entendeu? Foi só uma opção errada porque naquele momento que eu tava ali, que aquela pessoa me negou aquele prato de comida em (Município do Ceará) eu me senti constrangido porque ela tava almoçando naquele momento, ela podia ter dado um prato de comida, mas aí não foi só por mim, foi pelas pessoas que tavam do meu lado, se eu tivesse se juntado com pessoas boas não teria acontecido aquilo. Mas não, o ser humano sempre se trata pelo lado ruim e as pessoas que eu se envolvia era aquelas que dizia assim: “ah, meu*

*mano, tu vai ligar pra aquela pessoa que tá daquele jeito? Tu vai ligar pra ela que tá comendo caviar?” Então sempre criei maldade na minha mente, entendeu, então eu fui sempre fazer as coisas erradas*

O jovem tenta explicar também que nem todas as pessoas que moram na rua roubam, e existem aqueles que roubam porque querem e outros que roubam por revolta:

*É... o que causa, o que causa a maioria dos moradores de rua, não vou dizer todos porque uns fazem isso porque quer, tem muitos que roubam, tem muitos que furtam, tem muitos que, que, dormem na rua, é... não dormem na rua, digamos assim, faz coisas erradas por conta dos muitos preconceitos que alguns, “entre aspas” que eles se acham melhor do que a gente. Tem muita gente que tem o pensamento fraco e diz assim: “Ah, esse maluco eu pedi um prato de comida a ele, ele não quer dar a gente, então eu vou tomar”.*

Jasão pede, pede e ninguém dá, então ele toma. Eis a causa da maioria dos atos ilícitos cometidos pelos jovens das classes empobrecidas que utilizam a rua como alternativa de sobrevivência. Haveria nesses atos, além da ideia de obter aquilo que não lhe é dado, a ideia de se tornar visível, ainda pela via de praticar violência e impor o medo. Soares (2008), ao analisar a relação juventude /violência e a letalidade de jovens entre 15 e 24 anos e negros ocorridas no Brasil contemporâneo, afirma que o preconceito e a indiferença tornam os jovens pobres invisíveis e vítimas da intolerância, negando-lhes o reconhecimento necessário à sua autodeterminação como ser humano, sendo, “a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem unguida de valor” (SOARES, 200 p. 131), sem este reconhecimento, as crianças e jovens pobres e no caso deste estudo, aqueles em situação de rua, transitam pela cidade totalmente invisíveis, até que:

Um dia um traficante dá um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma, estará provocando em cada um de nós um sentimento - o sentimento do medo, que é negativo, mas é um sentimento. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade (SOARES, 200, p.131).

Mais uma vez é necessário dizer que nem toda criança ou jovem em situação de rua comete atos delituosos, o que se quer ressaltar, é que quando o fazem, é o resultado de um encadeamento de fatos, que o leva a assumir a identidade de “ladrão” e “assaltante”, onde objetiva tirar a forra da própria sociedade que o produziu. Uma vez cometido o ato e reconhecido pelos outros como “desviante”, a possibilidade de que o estigma o acompanhe por muito tempo, tal qual, a identidade de drogado, é muito grande e como a prerrogativa é prender, segregar e não ressignificar as vidas, a probabilidade de reincidência se torna quase inevitável.

Jasão conta que diante da impossibilidade de conseguir um emprego, apesar de ter terminado o ensino médio e feito alguns cursos, o faz continuar a realizar uma atividade que o teria levado algumas vezes à prisão:

*Fui preso seis vezes. Eu nunca roubei celular, eu nunca roubei bicicleta, não, como vários alguns aqui, todo mundo me conhece. É... tenho minha habilitação, tenho minha carteira, entendeu? E... e, assim, gostava muito de roubar carro. E nessa, foi essa forma, roubei vários carros. E fui preso seis vezes...*

Mas, para além da revolta que diz sentir, Jasão reflete que não gosta dos efeitos sociais que o ato de roubar carros lhe traz:

*Mas depois de um certo tempo eu fui perceber que isso não era normal. Normal eu trabalhar todo dia, suar e ganhar o que eu tenho pra mim comer. Porque eu tenho certeza que se eu trabalhar o dia “todin”, até meio dia, eu vou ter o meu dinheiro do meu almoço. Sem ninguém tá me chutando, sem ninguém tá me constrangendo, sem ninguém tá me chamando de vagabundo.*

Jasão deseja que

*alguém, assim, algum governante, alguma pessoa, chegue assim pra nós e diga assim: morador de rua, ou vocês mesmo ou seus cachorros, que eles tratam a gente assim, como cachorro, desculpe falar isso pra vocês, certo, que eles tratam a gente dessa forma, é... é o seguinte, eu vou botar vocês “tudin” pra costurar, eu vou tirar vocês “tudin”, vou botar vocês “tudin” dentro do projeto que vocês vão costurar o dia todin, vocês vão ter o almoço de vocês e a janta de vocês e a sua dormida. É isso que eu espero do futuro, entendeu? Alguém de vontade, de boa vontade, um empresário chegar aqui e dizer pra todos esses moradores de rua assim: ó, agora vai ter um trabalho pra vocês, vocês nunca mais vão precisar tá pedindo dinheiro a ninguém.*

O Jasão- revoltado, mesmo em meio a seu pedido de ser reconhecido de outra forma, do desejo de ter reconhecido sua humanidade, não deixa de expressar sua mágoa, quando diz que são chamados de “cachorro”, deixando evidente o sentimento de exclusão já percebido na narrativa de Teseu, a sensação de não ser “nada”. Esse sentimento, aplicando a análise de Jodelet (2011), foi interiorizado a partir dos estigmas e dos preconceitos de que foram alvo os dois narradores ao longo de suas experiências nas ruas.

São episódios que revelam toda a violência que os jovens encaram nas ruas, sejam das pessoas comuns:

*Eu já fui banhado de álcool. Só não tocaram fogo em mim porque... eu acordei no momento. Já passei por uma situação que fui banhado de álcool. Por simples jovens, filho de papai. Uns simples jovens, filhin de papai, desceu a hillux, assim me disseram, quem tava do meu lado, que eu acordei só depois, é... acordaram, eles acordaram, simplesmente chegaram pra mim, acordaram, e disseram assim pra mim: “ó, mah,*

*maluco chegou e jogou álcool em ti”. E o cara já estava com o isqueiro. Foi quando o cara tocou no meu ombro e disse assim: “vai, mah, corre, o cara vai tocar fogo em tu”. Essa situação que a gente passa na rua.*

## Sejam de policiais

*Entendeu? Já apanhei muito. Nossa, moça, se eu disser pra ti o quanto eu apanhei. Moça, é ... ontem mesmo, ontem, ontem mesmo eu tava vendendo ali, [...] E... e um policial pegou minhas pipoca, ele tava bêbado, pegou as minhas pipoca e pisou tudo em cima. Amassou, esfarelou tudo. Entendeu? E eu fiquei olhando pra ele. Entendeu? Simplesmente ele mandou eu ir embora. Entendeu? E ele é autoridade. Aquelas pessoas que a gente tem que respeitar. Então, episódios que a gente passa, isso é direto, é direto. É... semana passada eu apanhei, levei uma surra da polícia, por conta que, por conta que eu tava vendendo pipoca mais de 11h da noite. Aliás, vendendo não, eu tava só vindo com as minhas pipoca, que eu vim de longe e eu passei por ali, eles disseram que eu não estava vendendo pipoca, disseram que eu tava roubando, tava só escondendo, por conta de eu dever, infelizmente, dever não, que eu já paguei, né, tô só assinando. Mas por conta de eu ter algum artigo na minha eles não acreditam na nossa mudança, infelizmente. Alguns. Eles não acreditam na nossa mudança, eles pensam que a gente vai morrer torto. Entendeu? Então é dessa forma. E a gente vai vivendo.*

Ciampa aponta que as identidades fetichizadas repostas pelos indivíduos que se encontram impossibilitados de se autodeterminar, ocorre pelo fato de que interiorizamos “aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nós nos predicarmos coisas que os outros nos atribuem” (CIAMPA,1987/1998, p.131). O fato de as pessoas não acreditarem no processo de mudança de Jasão o leva a reposição das personagens possíveis.

Jasão afirma que além da condição de morar nas ruas, outro aspecto agrava e mantém sua situação de exclusão, sendo responsável por não conseguir emprego:

*... é eu... tipo, é... pra falar mais profundamente, eu fumo cigarro e bebo cachaça, entendeu? Mas, assim, esse vício que eu tenho não é porque dizer assim: “cara, esse cara é um vagabundo, bebe cachaça porque ele quer”. Não, é porque a vida na rua é muito difícil e felizmente eu aprendi, eu aprendi a viver o lado errado, é... eu não consigo passar uma noite numa rua, olhar pro tempo, se deitar de boa, não consigo. Por quê? Eu tenho que beber, tenho que fumar um cigarro pra passar o tempo, entendeu? Porque eu sei que as pessoas que passam por mim, elas não ligam pra mim. Elas não tão nem aí, entendeu? As pessoas que passam por mim elas não têm coragem nem de olhar pro meu lado. Elas simplesmente passam. Entendeu? Então, infelizmente, isso na nossa mentalidade é que a gente tem que usar alguma coisa pra gente poder passar o tempo, entendeu? E é assim que a gente vai vivendo a vida, entendeu?*

Durante a narrativa, Jasão, embora não se refira ou diga que já esteve no serviço de acolhimento para criança e adolescente, em relação aos abrigos para adultos tem críticas a fazer:

*É... eu não fiquei em abrigo, por que que eu não fiquei em abrigo? É... os abrigos, eles... eles são... como é que eu posso dizer? É só um canto pra você dormir, é só aquilo. Mas, qual a diferença de dormir num, num abrigo do que aqui na rua? O abrigo é a lei do murici, é cada um por si. O que é que eu quero dizer com isso? Lá, se você faz um erro, eles querem...eles querem esfaquear você, eles querem matar você. Aqui na rua, não. Aqui na rua onde eu vivo, é... se eu fazer uma coisa errada, vai uma pessoa lá na frente e vai tomar a voz saber se eu tô certo ou tô errado, entendeu? Os abrigos que o governo bota, é... os abrigos que chegam, os abrigos... clínicas de recuperação que o governo bota, isso é altamente, é só uma ilusão.*

Mas sua reflexão é marcada pela ambiguidade:

*Assim, eu não vou mentir que o governo não ajuda, ele ajuda sim a gente, com certeza, que ele dá bolsa família, ele dá... aquelas ajudam que eles dão a gente, eles ajudam, mas só que infelizmente, infelizmente, como é que eu posso dizer? Não existe aquela pessoa dentro do abrigo que faça a gente entrar na situação que a gente tenta pensar, como é um psicólogo, né? É... a gente tem o pensamento meio misturado, tá certo?*

A crítica de Jasão, remete novamente à reflexão de que a existência das instituições, por si só, não garante sua afetividade, pois ao revelar que prefere dormir na rua que no abrigo, por considerar menos perigoso, nos interroga do verdadeiro caráter protetivo destes lugares. O destaque da falta de profissionais que possam oferecer uma escuta qualificada, uma conversa reconfortante, também se constitui uma carência que afeta Jasão.

Jasão, após alguns anos viajando pelos lugares, se fixou em Fortaleza, aqui parece ter encontrado algo que o deteve e lhe fez construir vínculos:

*Porque, graças a Deus, a família que eu encontrei aqui, a família que eu encontrei aqui, né, foi só alegria, entendeu. Ultimamente eu vivia vida de tristeza, dormia sozinho na rua, e encontrei uma família que a família tenta que o dilema da família é sorrir. Entendeu? Então isso que foi que me fez ter o meu autoestima, entendeu? Porque, não vou mentir pra senhora, os lá de fora, né, eles não vão chegar pra você fazendo palhaçada, fazendo alegria pra você não, entendeu? O máximo que eles vão fazer é cuspir aqui no, na sua... cuspir no seu banco pra você dormir em cima dele. Infelizmente é dessa forma. Tá certo? Por quê? Agora eu vou ser sincero. Por quê? Tem muito morador de rua que ele tem a mente fraca e pela revolta que ele causa ele vai fazer alguns roubos, vai fazer alguns delitos, ele vai traficar, então, o que é que ele causa, qual a impressão que ele causa para as pessoas? É que ele é um [...]tamente vagabundo, ele não trabalha porque não quer. Mas não. O meu namorado ali, ele é... ele é cabeleireiro, ele é formado em estética. Tá trabalhando? Não tá. Entendeu? Mas, assim, vamos entrar na sinceridade, que eu gosto de ser sincero, ele tem o uso da droga dele, entendeu? Infelizmente. Então, assim, ele tem o uso da droga dele, você sabe muito bem que só Deus muda uma pessoa ou então você mesmo. Então, se ele não chegar na capacidade dele se mudar, ele nunca vai se levantar. Hoje em dia eu não durmo sujo, hoje em dia eu compro uma roupa, por quê? Porque eu consegui se sair da situação que eu estava. Entendeu? Isso eu não vou botar tudo culpa do pessoal não, de fora não, viu. Eu não vou dizer aqui que eu tô na rua por causa das pessoas não. Eu estou na rua aqui não, também, não por*

*opção, porque na minha opção não é a rua, minha opção com certeza é morar numa casa, pagar uma pousada ou, então, pagar um aluguel. Mas eu não tenho condições de pagar um aluguel. Por quê? Eu vendo uma simples pipoca, não tenho emprego fixo, e a única coisa que eu faço é trabalhar normalmente, mas só que as condições é pouca.*

Jasão encontrou uma família e um namorado que vive as mesmas experiências que ele e que se tornou seu parceiro de vida. Afirma em outro momento que o fato de namorar um homem já lhe trouxe alguns problemas com pessoas que passavam pela praça, mas isso não o preocupava pois em seu grupo, era totalmente aceito e se sentia protegido e assim, vai driblando as condições precárias como pode, como ele diz, “sobrevivendo...”

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que ao longo da dissertação tenha ficado claro como a condição de rua tem sido uma realidade reiterada em toda a história da infância e juventude do Brasil, assim como esse problema revela as condições perversas submetidas essas pessoas, tratadas como refugos humanos e aliados do convívio social. Discutimos como despeito da aprovação da Constituição Brasileira que traz princípios que garantem amplamente a “proteção integral” a crianças e jovens na compreensão de que esses se encontram numa fase que necessitam de maiores cuidados, direitos fundamentais são ignorados a ponto dessas pessoas chegarem a se encontrar em situações semelhantes às aquelas anteriores à aprovação das leis de proteção.

No paradoxo que se evidencia diante da existência das leis de proteção a esse público e a falta de investimento em políticas públicas, essas crianças e jovens desde sempre são portadores e expressão de uma subcidadania, ao mesmo tempo que são reconhecidos como possíveis causadores da violência urbana. Sendo que diante dos inúmeros estigmas, são colocados como alvo da exceção implícita na forma de democracia presente no modelo neoliberal, que parte do princípio de que há um alvo a ser combatido como inimigo da estabilidade social.

Esta situação evidencia, que no sistema de mundo em que vivemos não há lugar para todos e mesmo que as leis propiciem algumas possibilidades, são alimentados mecanismos que vão manter sempre alguns grupos fora do quadro, pessoas que são rotuladas como perigosas e indesejáveis. Pessoas que serão julgadas como responsáveis por sua própria condição, porque não se esforçaram o suficiente”, acusados de possuir uma “essência “originalmente “má”, “sem jeito”, portanto serão vítimas do abandono, da negligência e da morte calculada. Assim funciona o mecanismo da exceção.

As narrativas de Teseu, Aquiles e Jasão, ofereceram exemplos da trajetória de invisibilização que as crianças pobres, cujas famílias, também necessitadas de proteção, não têm condições de proporcionar-lhes os cuidados materiais necessários à sobrevivência e/ou as atenções necessárias ao desenvolvimento das dimensões necessárias ao seu processo de individualização/socialização.

As narrativas dos jovens também assinalaram como mesmo nas condições mais adversas esses jovens continuaram a alimentar seus projetos, nutrir seus sonhos e insistir, na luta por uma existência digna. Os jovens ensinam que mesmo repondo identidades estigmatizadas socialmente, mesmo apresentando formas de existência incompreensíveis àqueles olhos que se

recusam a lhes perceber a humanidade, é preciso seguir em frente, nem que seja simplesmente, como assinalou Jasão, para “sobreviver”. Sobreviver, em suas palavras, para provar que, pela via do reconhecimento, são capazes de transformar suas realidades ou, como Aquiles e Jasão ensinaram, continuarem denunciando as violações à que estão expostos.

Suas histórias evidenciam que as identificações como marginais, perigosos e violentos que fazem parte do script das políticas de identidade direcionadas a crianças e jovens em situação de rua, são construções sociais que longe da possibilidade de produção de alguma transformação das condições materiais a que estas são submetidas, servem apenas para desqualificar e tornar descartáveis as vidas cujas existências e circulação de seus corpos nas ruas tensiona o próprio sistema que lhes dão origem.

Finalmente, é certo que precisamos encerrar a pesquisa, entretanto, com tudo aquilo que ela apresentou sentimos que ela não terminou de fato. Várias outras histórias ainda estão por serem contadas e muitas denúncias estão esperando para serem registradas. Por enquanto, é melhor dizer, que suspenderemos aqui temporariamente nossa discussão e desejamos que ela tenha acendido pelo menos uma pequena brasa. Brasa que possa, se tiver bons ventos, produzir um grande incêndio muito em breve, instaurando um verdadeiro estado de exceção, como esperava Walter Benjamin.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Domingos; OLIVEIRA, Juliana Alves de; XAVIER, Natália Pinheiro. **Censo da exclusão ou falta de inclusão nos censos?: a (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras**. Fortaleza: Campanha Nacional de Enfrentamento à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes, 2009.
- ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Corpos de rua: Cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. 1. ed. Tradução de Davi Pessoa Carneiro.. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fins**. Tradução de Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- ALMEIDA, Juracy A.M. **Sobre anamorfose: identidade e Emancipação na velhice**. São Paulo: Som das Palavras, 2019.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora. 1978.
- ARPINI, Dorian Mônica; QUINTANA, Alberto Manuel; GONÇALVES, Camila dos Santos. Relações familiares e violência em adolescentes em situação de rua”. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 28, n. 63, 2010, p. 325-336. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20241>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- ARRUDA, Ângela *et al.* De pivete a funqueiro: genealogia de uma alteridade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 407-425, ago.. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 16 jul. 2019.
- BATISTA, Vera Malaguti Batista. A juventude e a questão criminal no Brasil. *In*: MAGALHÃES, José Luiz Quadros; SALUM, Maria José Gontigo; OLIVEIRA, Rodrigo Torres (org.). **Mitos e verdades sobre a justiça infanto juvenil brasileira: Por que somos contrários à redução da maioridade penal?** Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2015. p. 22-31.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: um estudo de sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador; considerações sobre a obra de Nikolai Leskov *In: BENJAMIN, Walter . **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987a, p.197-221.*

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987b, p. 222-232.*

BERNARDES, J. S. História. *In: STREY, Marlene N. et al. (org.) **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010. p. 19-33.*

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 jan. 2020.

BOESMANS, E. F. **O Acolhimento Institucional**: o paradoxo entre o interesse da criança e a aplicação da lei à luz da psicanálise. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BRASIL. Lei 6697/79 de 10 de outubro de 1979. **Código de Menores de 1979**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília, 10 de outubro de 1979. Revogado pela Lei 8 069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm). Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. Lei no. 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. Atualizado até a lei n.12.010 de 2009/ Fortaleza: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2010.

BRASIL. CNAS/MDS- Conselho Nacional de Assistência Social/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução N.º 78, de 22 de junho de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social( PNAS). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20.10.2004.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília – DF: Conanda, 2006.

BRASIL. CNS - Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, Brasília, 2012. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso\\_96.htm](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm) Acesso em: 19 maio 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas Correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Download em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Resolução nº 01 de 15 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua. Resolução Conjunta Cnas/ Conanda. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 20 dez. 2016 , n. 247, Seção 1, p.38.

BUTLER, Judith. **Vida Precaria**: el poder del duelo y la violencia. Tradução de Ferm Rodrigues. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das ruas**: notas para uma teoria performativa de Assembleia. Tradução. Fernando Siqueira Miguens Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. Cada vida importa. **Relatório Final** . 2016. Disponível em: [https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio\\_final.pdf](https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf). Acesso em: 20 jun. de 2019.

CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S.;BUENO, S.; VALENCIA, L. I.; HANASHIRO, O.; MACHADO, P. H. G.,; LIMA, A. S. **Atlas da violência**. Brasília, DF: IPEA, 2017.

CHARLEAUX, João Paulo. Explicado. Maio de 1968: as origens e os ecos do movimento. **NEXO**. [S.l.], 05 maio 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/05/05/Maiode-1968-as-origens-e-os-ecos-do-movimento>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

CIAMPA, A.C. **Identidade Social e suas relações com a ideologia**. 1977. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

CIAMPA, A.C. **A estória do Severino e a história de Severina**. Um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1998. Originalmente publicado em 1987.

CIAMPA, A.C. Políticas de identidade e identidade políticas. In: DUNKER, C. I. L.; Passos, M. C. **Uma Psicologia que se interroga** –Ensaio. São Paulo: Edicon, 2002, p.133-144.

CIAMPA, A.C. Identidade. In: LANE, S. M. T.; CODO, W (org.) **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 58-75.

CIDADE, E. C.; MOURA JR J. F.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Rev. Psicologia Argumento** Curitiba, v. 30, n. 68, p.87-98, jan./mar. 2012. Impresso.

CIRINO, Daniele Cristine da Silva; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 14, n. 3, p. 547-555, Set. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722009000300016&lng=en&nrmiso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000300016&lng=en&nrmiso). Acesso em; 20 jan. 2020

COIMBRA, C. M. B; NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre, é ser perigoso? **JOVENES**: Revista de Estudios sobre Juventud. México, ano 9, n. 22, p.338-355.jan./jun., 2005.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

CONANDA/ SNPDC. **Pesquisa do Conanda revela as condições de vida de crianças e adolescentes em situação de rua**. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) / Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDC, 2011. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/migrados/pesquisa-do-conanda-revela-as-condicoes-de-vida-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 05 jul. 2018.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. São Paulo: Graal, 1979.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/8299/5537>. Acesso em: 29 jun. 2019.

DECOME POKER, Thalita Catarina. (2014) **O que eu fiz com o que as instituições fizeram de mim?** A história de Molly, e a sua luta por emancipação frente as políticas de identidade no acolhimento institucional. (Dissertação) Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 2008.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, MT. (org.) **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232-0624-6. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3w52w/pdf/mendonca-9788523208974-12.pdf>. Acesso em: 6 dez. de 2019.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Estado, política e justiça: reflexões éticas e epistemológicas sobre Direitos, Responsabilidades e Violência Institucional. In: MAGALHÃES, José Luiz Quadros; SALUM, Maria José Gontigo; OLIVEIRA, Rodrigo Torres (org.). **Mitos e verdades sobre a justiça infanto juvenil brasileira**: Por que somos contrários à redução da maioria penal? Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2015, p.63-77.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas**. Madrid: Alianza Editorial, 1998. Disponível em: [https://www.academia.edu/34319330/Historia\\_de\\_las\\_drogas\\_-\\_Escohotado.pdf](https://www.academia.edu/34319330/Historia_de_las_drogas_-_Escohotado.pdf). Acesso em: 11 dez. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 33-96.

FIORE, Maurício. Prazer e risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre o uso de drogas. *In*: LABATE, Beatriz Caiuby *et al.* (org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16166>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FÓRUM DCA/CEDECA. **Relatório de Inspeção Unidades de Internação do sistema socioeducativo do Ceará**. Ceará: CEDECA. 2016. Disponível em: [http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Relatorio\\_Inspecoes\\_2016-V3.pdf](http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Relatorio_Inspecoes_2016-V3.pdf). Acesso em: 28 jun. 2019.

FREIXO, Marcelo. Tráfico não tem nada de revolucionário. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 mar. 2006. Opinião, p. 2-3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fspcotidian/ff2603200603.htm>. Acesso em: 19 dez. 2019.

FURLAN, Vinícius. **A história de Davi: Metamorfoses na identidade e o (pós) abrigamento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GAGNEBIN, J.M. Memória, história, testemunho. *In*: GAGNEBIN, J.M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. Disponível em [https://www.academia.edu/8839791/GAGNEBIN\\_J.\\_M.\\_Lembrar\\_Escrever\\_Esquecer\\_1\\_](https://www.academia.edu/8839791/GAGNEBIN_J._M._Lembrar_Escrever_Esquecer_1_). Acesso em: 03 mar. 2019.

GIOSA, Beatriz A.N. **Trabalho Infantil: entre a exploração e a sobrevivência**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle>. Acesso em: 07 dez. 2019.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985a.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1985b.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Tradução de Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HILÁRIO, L.C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **SapereAude**, Belo Horizonte, v.7, n.12, p. 194-210, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://e/periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/articleview/P.2177-6342.2016v7n13p194>. Acesso em: 20 jun. 2018.

HISSA, Cássio. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. **La Sociedad del desprecio**. Tradução de Francesc J. Hernandez y Benno Herzog.Ferraz. Madrid: Trotta S.A, 2011.

HONNETH, Axel O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p.56-80, mai./agosto, 2013.

JAEGGI, Rahel. “No Individual Can Resist”: *minima moralia* as critique of forms of life. **BlackwellPublishing**. Oxford, v. 12, n. 1, pp. 66-82, 2005.

JAEGGI, Rahel. O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo? Três vias de crítica do capitalismo. **Cadernos de Filosofia Alemã[S.I.]** v. 20, n. 2, p. 13-36, 2015.

JODELET, Denise. Os processos Psicossociais da exclusão. *In*: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 55-67.

KIND, Luciana; CORDEIRO, Rosineide. Os encontros que compõem o ofício de pesquisar. **Athenea Digital**. Revista de pensamiento e investigación social, [S.I.], v. 16, n. 2, p. 307-324, jul. 2016. ISSN 1578-8946. Disponível em: <https://atheneadigital.net/articleview/v16-n2-kind-cordeiro> Acesso em: 20 jan. 2020.

LANE, S.M.T. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. *In*: LANE, S. M. T. ; CODO, W (org.) **Psicologia Social**: O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004, p 10-19.

LEAL, Denise Maria; MACEDO, João Paulo Sales. Situação de rua de crianças e adolescentes: uma proposta de análise pela ótica da identidade social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7, 2015. **Anais**. Maranhão– UFMA, 2015, p.50-60.

LEAL, Eduardo Martinelli. “Da porta para fora”: a constituição de um problema social. **Ponto Urbe**, São Paulo, v.1, n.1, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1217>. Acesso em: 14 dez. 2019.

LEONTIEV, Alexei N. **Atividade, Consciência e Personalidade**. Tradução. Maria Silvia Cintra Martins.. [S.I.]. The Marxists Internet Archive, 1978, Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000004.pdf>. Acesso em: 13 dez.2019.

LESCHER, Auro Danny; BEDOIAN, Graziela. **Refugiados Urbanos**: Rematriamento de crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Petrópolis, 2017.

LIMA, Aluísio Ferreira de. Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade. **Psicol.**

**Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 91-101, abril de 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 jan. 2019.

LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: A identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: EDUC, 2010.

LIMA, Aluísio Ferreira de.; CIAMPA, Antônio da Costa. **Metamorfose Humana em busca da Emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. In: **Psicologia Social Crítica: Paralaxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LIMA, Aluísio Ferreira de Lima & JÚNIOR, Nadir Lara. (org.) **Metodologias de Pesquisa em psicologia social crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/8460215/O-Homem-Delinquente-Cesare-Lombroso>. Acesso em: 09 dez. 2019.

MARINHO, Camila Holanda. **Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da cidade**. 2012. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MARINHO, Camila Holanda. **Singularidades Inquietantes: Quando a rua é um lugar de encontros de afetos**. **Revista Diálogos Acadêmicos**. Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (FAMETRO). Fortaleza, v.1, n. 1,p. 118-129, 2012.

MATIAS, Hugo. **Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido**. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 23, n. 2, p. 237-247, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326470004.pdf>. Acesso em: 13 de dez. 2019.

MELO, Eduardo Rezende. **Crianças e adolescentes em situação de rua: direitos humanos e justiça -uma reflexão crítica sobre a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua e o sistema de justiça no Brasil / Eduardo Rezende Melo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

MELO, Doriam Luis Borges de; CANO, Ignácio (org.) **Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1192.html>. Acesso em: 30 de jun. 2019.

MELLO, Sílvia Leser de violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 131-157.

MONTEIRO Juliana. **Vidas Marcadas: O olhar do adolescente morador de rua e ameaçado de morte**. Artigo (Especialização em Gestão social) Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, Fortaleza, 2013. (Não publicado).

MORAIS, Normandia Araújo de; NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. (org.). **Endereço desconhecido: Crianças e Adolescentes em situação de rua**. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MOURA, Yone; SILVA, Eroy; NOTO, Ana. Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 31-46, 2009, Disponível em: <http://educasaude.com/wp-content/uploads/2013/07/Redes-sociais-no-contexto-do-uso-de-drogas.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MOURA JR, James Ferreira; XIMENES, Verônica Morais. O lugar do uso de drogas na identidade de uma pessoa em situação de rua. **Gerai**s, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 277-289, dez. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202016000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jan. 2020.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, abril de 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000100165&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000100165&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 jul.2019.

PESSOA, H. R. Ressocialização e reinserção social. **Jus Brasil** [S.l.], jun.2015. Disponível em: <https://heliorigaud.jusbrasil.com.br/artigos/201967069/ressocializacao-e-reinsercao-social>&gt;. Acesso em: 20 de jan. de 2020.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e Adolescente no Brasil**: Porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

RACHEL, Sheherazade: Justin Bieber x Marginalzinho Do Poste.[S.l. s.n] 1 vídeo (2 min.) Publicado pelo canal Izaque Lucas, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A7u5XqUFLZU>. Acesso 25 jun. de 2018.

RAMOS, Arthur. **Loucura e Crime**: Questões de Psiquiatria, Medicina Forense e Psicologia Social. Porto Alegre: Edições Globo, 1937.

RAMOS, F.Q. **Reflexões sobre o potencial terapêutico dos encontros com crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIZZINI, Irene (coord). **Vidas nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** São Paulo: Loyola, 2003.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas**, ,, Porto Alegre v. 19, n. 1, p. 105-122, abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci\_arttext&pid=S1519-60892019000100105&lng=en&nrmiso. Acesso em: dez. 2019.

RODRIGUES, Jéssica Silva; LIMA, Aluísio Ferreira de; HOLANDA, Renata Bessa. Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 424-436, set.2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932018000300424&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300424&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 jan. 2020.

RUIZ, Castor. A Exceção Jurídica na biopolítica moderna. **Revista IHU**, São Leopoldo, , v.2. n.5, p. 28-32, 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/343>. Acesso em: 25 jul. 2019

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTANA, Ana Flávia S.; SAMPAIO, Sonia Maria R.; A heterogeneidade psicológica do fenômeno das crianças nas ruas. **P O I É S I S**. Revista do Programa de Pós-graduação em Educação- Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Tubarão, v. 4, n. 8, p.504-523, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/93939452/A>- Acesso em: 2 jan. 2019.

SILVA. M.C.G; LIMA, D.A; Reflexões sobre a história da psicologia social. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA SOCIAL DA ABRAPSO, 16, 2011. **Anais**. Recife- UFPE, 2011.p. 200-210.

SILVA. M.C.G., “**Mas eu só quero, eu só queria mesmo era poder mudar de vida**”: Exclusão Social e afetividade em adolescentes em situação de rua. Monografia (Especialização Lato Sensu) Faculdade de Tecnologia Intensiva -FATECI. Fortaleza, 2013.

SILVA. M.C.G; LIMA, D. “Mas eu só quero, eu só queria mesmo era poder mudar de vida”: Exclusão Social e afetividade em adolescentes em situação de rua. **Revista de Humanidades**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 399-418, 2015,. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=25655>. Acesso em: 2 jun. 2019.

SILVA. Josianne Maria; AVELAR. Telma Costa de; “Crianças em situação de rua e suas representações sobre lar e família por meio do desenho”. **Psicologia Argumento**,[S.l.] v. 32, n. 76, pp. 69-77, nov.2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20165>. Acesso em: 5 jun. 2019.

SOARES, Luiz Eduardo Soares. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo *In*: NOVAIS, Regina Novaes; VANNUCHI, Paulo.(org.), **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania Brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LEYA, 2018.

SOUZA, Alana.. Chacina da Candelária. Uma noite de brutalidade no Rio de Janeiro. [S.l.] 30.11.2019. **UOL**. AH-Aventuras na História. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-chacina-da-candelaria-uma-noite-de-brutalidade-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

VARGENS, Paula Werneck. “**Isso para nós é massagem**”: Crianças e adolescentes nas ruas – Limites, fronteiras e possibilidades do direito à cidade. Dissertação (Mestrado),- Programa de Pós- graduação em educação PG-EDU, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,. 2011. Disponível em: <https://ppgedu.org/ffp/teses.html>. Acesso em: 15 de dez. 2019.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos -A onda punitiva. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WELMA, Jéssica. Violências invisíveis: direitos básicos faltam onde a criminalidade é iminente. **TRIBUNA DO CEARÁ**. Especial. Fortaleza [*on line*] 18 out. 2017. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/violencias-invisiveis/> Acesso em: 21 jun. 2019.

WERLE, Denilson; Luís; MELO, Rúrion Soares. Introdução: Teoria crítica, teorias da justiça e a “reatualização” de Hegel. *In*: HONNETH, Axel. **Sufrimento de indeterminação: uma reatualização da Filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Editora Singular, 2007.